



DATA DA REUNIÃO: DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES, TENDO SIDO SUBSTITUÍDO PELA VICE-PRESIDENTE, ENGª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA DURANTE OS ITENS DOZE A VINTE E SEIS – C.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –
PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES
QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: TREZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

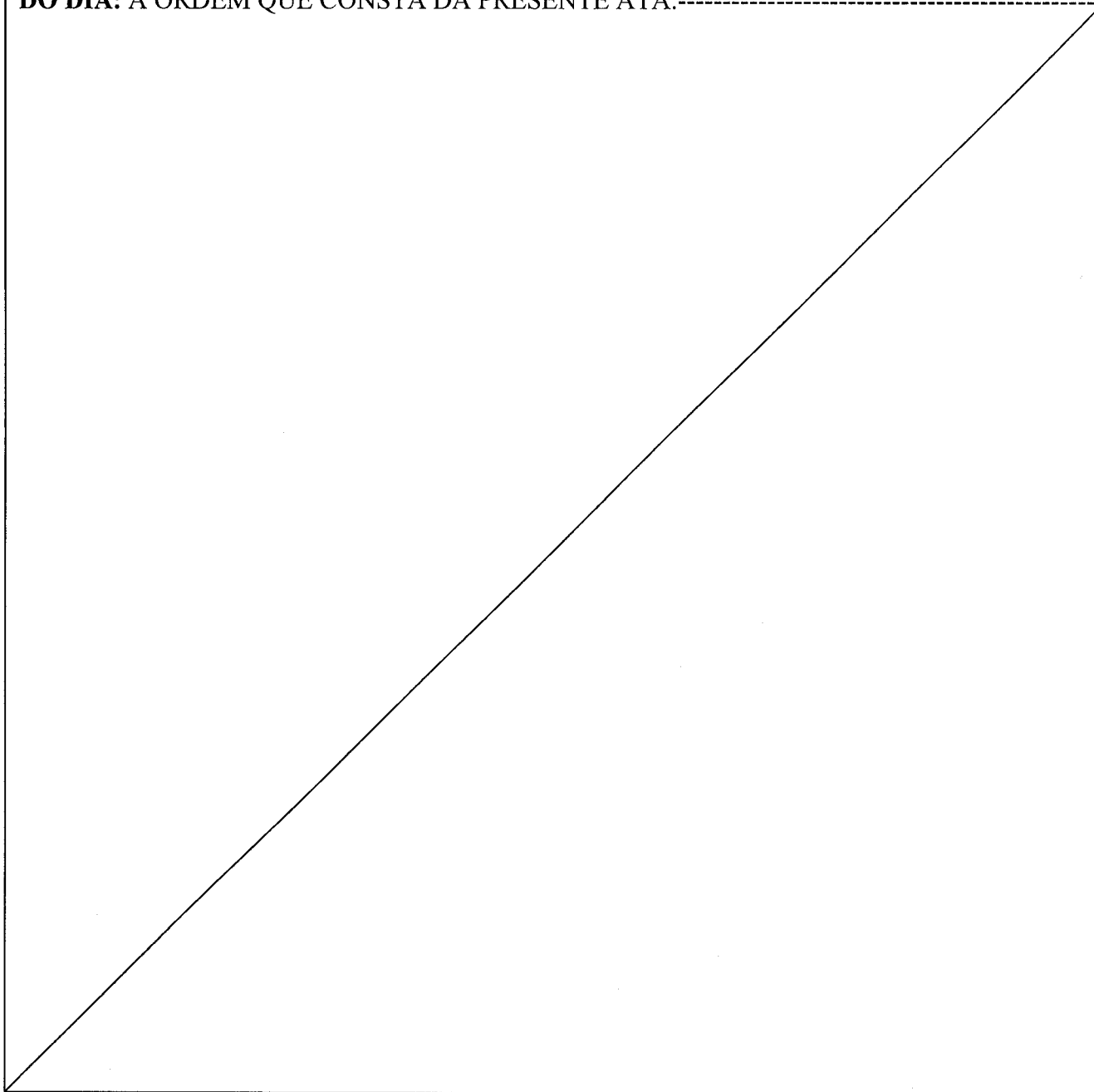


A

87

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----





A

7

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (05/12/2012)
- 2 – Adequação da estrutura orgânica do município de Santo Tirso às regras e critérios previstos na Lei 49/2012, de 29 de agosto: Proposta a apresentar à assembleia municipal
- 3 – Criação de unidades orgânicas flexíveis e definição das respetivas atribuições e competências: Aprovação
- 4 – Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º graus: Proposta a apresentar à assembleia municipal
- 5 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2013
- 6 – Autorizações Relativas à Execução do Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal para o ano de 2013
- 7 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2013
- 8 – Regulamento da “Fábrica de Santo Thyrso”: Aprovação
- 9 – Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal (artigos 4º e 12º): Aprovação
- 10 - Proposta de 12ª alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito do concelho de Santo Tirso
- 11 - Proposta de celebração de contrato de parceria pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão, tendo por objeto agregar os sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas e pedido de autorização da

subscrição do aumento do capital social na sociedade anónima Águas do Noroeste, S.A.: revogação da deliberação camarária de 15/06/2011 (item 3)

- 12 – Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000324 designada por “Programa de Animação do Parque Urbano da Rabada, do Percorso Pedonal e da Nave Cultural”: Ratificação**
- 13 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000344 designada por “Gestão do Programa e Animação da Parceria”: Ratificação**
- 14 - Adendas ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 09 – 0448 – FEDER – 000127 designada por “Unidade de Saúde de Areias – Caldas da Saúde”: Ratificação**
- 15 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000349 designada por “Percorso Pedonal das Margens do Ave”: Ratificação**
- 16 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000357 designada por “Realização de Provas de Pesca Desportiva”: Ratificação**
- 17 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000378 designada por “Fabrica do Teles – Valorização do Património Edificado e Arranjo da Frente Ribeirinha”: Ratificação**
- 18 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000384 designada por “Escola Profissional Agrícola – Auditório e Escola de Hotelaria”: Ratificação**
- 19 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 10 – 0241 – FEDER – 000412 designada por “Passeio da Ilha-1ª fase”: Ratificação**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6
[Handwritten signature]

- 20 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 09 – 0137 – FEDER – 000008 designada por “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”: Ratificação
- 21 - Adenda ao Contrato de Financiamento tendo por objeto a realização da Operação com o Código Norte – 09 – 0352 – FEDER – 000042 designada por “A Biblioteca Municipal de Santo Tirso: Preservação e Divulgação da Memória Local”: Ratificação
- 22 – Requerimento da sociedade Fernando Azevedo, S.A.: Pedido de redução / isenção do pagamento de taxas no processo de obras particulares n.º 1870/66
- 23 – Celebração de contrato – programa de desenvolvimento desportivo entre o município de Santo Tirso e o Centro de Atletismo de Santo Tirso
- 24 – Outros subsídios
- 25 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
- 26 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 07 de dezembro de 2012

P/O Presidente,

Castro Fernandes

Nota: Foram aditados à ordem do dia desta reunião os assuntos que constituem os itens 27 e 28 da mesma



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (05/12/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia cinco do corrente mês de dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----



2. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO ÀS REGRAS E CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEI 49/2012, DE 29 DE AGOSTO: PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

O artigo 25º da Lei 49/2012, de 29 de agosto prevê que os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos naquela Lei até trinta e um de dezembro de dois mil e doze;-----

O número de cargos dirigentes a prever na estrutura orgânica e a prover depende da população do concelho, do número de dormidas turísticas existentes na área territorial do município e da participação do município no montante total dos fundos a que se refere o n.º 1 do artigo 19º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais);-----

Tendo em conta as regras e os critérios previstos na referida Lei 49/2012 e as competências da assembleia municipal previstas no artigo 6º do DL 305/2009, de 23 de outubro, propõe-se que a câmara municipal delibere aprovar a proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes oito folhas, na qual se prevê:-----

a) O modelo de estrutura orgânica do município – Manutenção do Modelo de estrutura hierarquizada;-----

b) Estrutura orgânica nuclear – Previsão de quatro unidades orgânicas nucleares (departamentos municipais), ainda que só possa prover três cargos dirigentes de nível intermédio de 1º grau – diretor de departamento municipal, tudo conforme consta da proposta anexa;-----

c) Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis – Doze unidades orgânicas flexíveis, lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau, ainda que só possa prover dez, e quatro unidades orgânicas flexíveis lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior, ainda que só possa prover três, tudo nos termos da mesma proposta;

d) Fixar em trinta o número máximo de subunidades orgânicas flexíveis;-----



A

7

e) A definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, do período de experiência profissional, bem como o nível remuneratório dos cargos de direção intermédio de 3º grau;-----

f) Aprovação de disposições transitórias, nomeadamente a manutenção até ao final do respetivo período das comissões de serviço dos dirigentes em funções à data da entrada em vigor da dita lei 49/2012, e as demais questões enunciadas na parte final da proposta anexa com o título “Outras Disposições”.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a proposta apresentada pelo senhor presidente da câmara e submeter a mesma à assembleia municipal.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nova Estrutura Orgânica e Mapa de Pessoal

A Nova Estrutura Orgânica e Mapa de Pessoal apresentada para aprovação decorre da obrigatoriedade imposta pela Lei 49/2012 que adapta a Lei 2/2004 que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do estado.

**Só aprovamos esta proposta por ela ser uma obrigatoriedade e imposição legal.
Porque:**

- Consideramos que esta é mais uma intromissão do estado central no exercício do poder local que mais uma vez põe em causa a autonomia e o poder local democrático;
- Esta lei conjugada com outras já aprovadas, a “ Lei dos compromissos”, a Lei do Orçamento de Estado de 2012, a Lei da Reforma da Administração Local, e com outras em fase de aprovação, a Nova lei de Atribuições e Competências dos Órgãos Autárquicos, a Nova Lei das Finanças Locais, vem condicionar e limitar o exercício do poder local, legitimado por sufrágio universal;
- Esta lei ultrapassa em muito os limites impostos pelo memorando assinado com a Troika, já que neste se previa uma redução na ordem dos 15% e a atual lei prevê uma redução de quase 50% das unidades orgânicas e dos cargos dirigentes;
- A nova estrutura orgânica, cujo número de unidades nucleares e flexíveis é determinado por lei, afeta a organização dos serviços; não se adequa às competências conferidas por lei à Câmara Municipal, não tem em conta a história da estrutura municipal e prejudica gravemente a relação de confiança do executivo com os seus dirigentes.
- A implementação desta estrutura vai trazer problemas de estabilidade aos serviços da autarquia, deteriorando as relações existentes e implicando alterações orgânicas e físicas, que se repercutirão no desempenho dos trabalhadores e no serviço público que estes prestam;
- Contra o que é afirmado, a aplicação desta lei não se traduz em poupanças significativas para o erário público, podendo pelo contrário gerar despesas resultantes do pior desempenho e de necessidade de contratação externa de serviços. Além disso a lei prevê mecanismo de funções.

Votamos a favor desta proposta porque:

- A proposta foi elaborada com o cuidado de prejudicar o menos possível: a estrutura existente e o seu funcionamento; a relação de confiança do executivo com os seus dirigentes; as expectativas legítimas dos trabalhadores quanto à relação entre a qualidade do seu desempenho e o cargo de chefia que ocupam; em suma, o serviço público.

Votamos a favor desta proposta porque ela é o menor mal possível.

Não deixaremos contudo de nos pronunciarmos contra o ataque que vem sendo feito à autonomia do poder local democrático.

Santo Tirso, 2012-12-12



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

PROPOSTA

De acordo com o n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, em articulação com as regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, até 31 de dezembro de 2012.

Nos termos do disposto nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas.

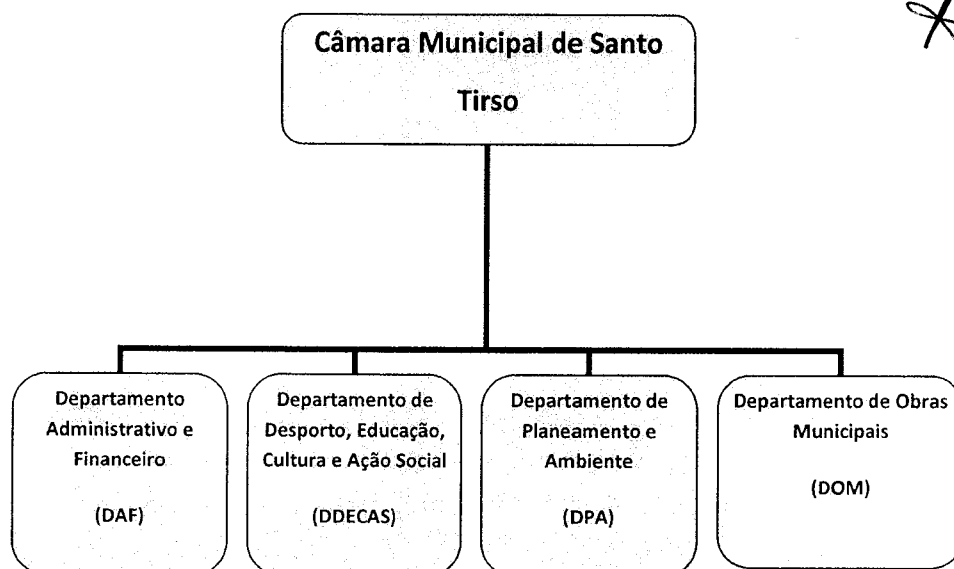
Assim, para cumprimento do estipulado nos parágrafos anteriores, propõe-se o seguinte:

Modelo de Estrutura Orgânica

O modelo de estrutura a adotar por este município deverá continuar a ser o modelo de estrutura hierarquizada, pois é o que se adequa melhor à organização interna dos serviços municipais.

Estrutura Nuclear

O município de Santo Tirso, de acordo com as regras instituídas no artigo 7º em conjugação com o artigo 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, reúne as condições para prever quatro unidades orgânicas nucleares, ainda que só possa prover três cargos dirigentes de nível intermédio de 1º grau – diretor de departamento municipal. Neste contexto, propõe-se que a estrutura nuclear da câmara municipal de Santo Tirso seja composta por quatro departamentos municipais fixos, três dos quais dirigidos por diretores de departamento - cargo de direção intermédia de 1º grau, com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os quais dependem diretamente do Presidente da Câmara Municipal.



As designações e atribuições destes departamentos são as seguintes:

a) Departamento Administrativo e Financeiro, ao qual compete genericamente:

- Assegurar e coordenar as atribuições, competências e atividades que se insiram no domínio administrativo, garantindo o controlo, gestão e arquivo da documentação administrativa, de acordo com as disposições legais aplicáveis, normas internas estabelecidas e critérios de boa gestão;
- Assegurar a gestão dos recursos humanos, coordenando os procedimentos legais e regulamentares exigíveis e garantindo a adequação do mapa de pessoal à política definida pelo executivo;
- Gerir os processos dos acidentes de trabalho; estudar, propor e dar execução às normas em vigor sobre saúde ocupacional e higiene e saúde do trabalho; efetuar ações de sensibilização, informação e formação dos trabalhadores sobre os problemas inerentes à segurança, higiene e saúde nos seus postos de trabalho.
- Prestar assessoria administrativa e jurídica aos órgãos e serviços municipais, assegurando, nomeadamente todas as tarefas de caráter administrativo necessárias ao funcionamento do executivo camarário e da assembleia municipal; garantir todo o apoio em processos, ações e recursos em que a autarquia seja parte; dinamizar o conhecimento oportuno de normas legislativas e regulamentares essenciais à gestão municipal, bem como das suas alterações ou revogações;
- Instruir os processos de contraordenação nos termos da lei, assim como organizar e acompanhar os processos de execuções fiscais;
- Assegurar a adequada elaboração dos contratos em que a autarquia seja parte; assegurar os procedimentos inerentes à aquisição de bens imóveis necessários à prossecução das atividades municipais, seja pela via do direito



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

privado, seja pela via da expropriação; apoiar o notariado privativo da câmara municipal;

- Assegurar, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, todos os procedimentos administrativos e formalidades relativos à obtenção de vistos do Tribunal de Contas, em matéria de fiscalização prévia;
- Providenciar pelo registo na Conservatória do Registo Predial de todos os bens imóveis adquiridos pelo município.
- Elaborar o orçamento e outros documentos previsionais de índole financeira, proceder à coordenação e controlo da gestão financeira e patrimonial, garantindo o cumprimento das obrigações legais, designadamente, da prestação de contas e cooperação financeira;
- Garantir a gestão orçamental, patrimonial e de custos, dentro das normas legais em vigor, no que concerne às áreas de contabilidade, finanças, tesouraria, taxas e licenças;
- Organizar e promover a tramitação dos processos de aquisição de bens móveis e serviços;
- Gerir os stocks;
- Inventariar o património municipal;
- Assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área financeira.

b) Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social ao qual compete genericamente:

Na área do desporto:

- Gerir e coordenar os equipamentos desportivos municipais;
- Promover a prática desportiva, nomeadamente através da promoção, apoio e acolhimento de iniciativas desportivas.

Na área da educação:

- Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, no 1º ciclo do ensino básico;
- Gerir os equipamentos e materiais escolares sob responsabilidade municipal;
- Garantir o apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14

- Assegurar os serviços de ação social escolar, no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Administrar o pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- Garantir as refeições dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Gerir a oferta dos transportes escolares.

Na área da cultura:

- Promover e gerir os equipamentos culturais municipais;
- Definir a programação cultural;
- Promover, apoiar e acolher iniciativas culturais;
- Dinamizar e promover o interesse pela leitura;
- Gerir o fundo documental e o Arquivo Histórico;
- Promover ações de defesa, valorização, conservação e divulgação do património cultural, móvel e imóvel e imaterial;
- Desenvolver ações de defesa, valorização e divulgação das potencialidades turísticas concelhias;
- Gerir o posto de turismo e assegurar o atendimento e disponibilização de informação ao turista.

Na área da ação social:

- Gerir os conjuntos habitacionais municipais;
- Garantir a implementação das políticas municipais de habitação, nomeadamente através de ações de realojamento e do subsídio ao arrendamento;
- Assegurar o apoio às famílias dos bairros sociais municipais;
- Apoio a grupos de risco, nomeadamente na área da toxicodependência e alcoolismo, avaliação e acompanhamento psicológico e grupos de autoajuda;
- Desenvolver ações de apoio ao emigrante;
- Assegurar a participação do município na rede social, no rendimento social de inserção, e na CPCJ, estabelecendo nos três casos uma ponte com os restantes parceiros.

c) Departamento de Planeamento e Ambiente, ao qual compete genericamente:

- A implementação do programa municipal de ordenamento do território, nas suas vertentes urbanística e ambiental, quer pela elaboração de programas, planos, estudos urbanísticos e projetos, quer pela gestão urbanística;
- Programar a execução dos programas, planos, estudos urbanísticos e projetos;
- Organizar os procedimentos, informar tecnicamente e assegurar a tramitação administrativa dos requerimentos de particulares que exijam intervenção municipal, nomeadamente os relacionados com o regime jurídico de urbanização e edificação e disposições legais e regulamentares associadas, bem como os requerimentos de publicidade, ruído e ocupação do espaço público;
- Elaborar e acompanhar a execução de projetos de obras municipais ou outras que no âmbito das competências municipais lhe incumbam;
- Conduzir procedimentos de aquisição de serviços relativos aos projetos e planos acima referidos;
- Elaboração, submissão e acompanhamento da execução das candidaturas a financiamentos externos;
- Promover, apoiar e acolher ações de sensibilização ambiental;
- Assegurar as atribuições e atividades na área do saneamento básico (abastecimento de água; drenagem e tratamento de águas residuais; recolha, tratamento, valorização e deposição dos resíduos sólidos urbanos); participar na elaboração e apreciação de estudos e, proceder ao acompanhamento a nível multimunicipal, intermunicipal e municipal dos vários sistemas na área do saneamento básico; coordenar e fiscalizar o contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos;
- Gerir o SIG municipal;
- Desenvolver ações para assegurar a regulamentação, ordenamento, sinalização e manutenção da boa ordem do trânsito, de harmonia com a legislação aplicável e posturas municipais;
- Promover e participar em ações de coordenação dos transportes públicos.

Departamento de Obras Municipais

- Planear, programar e executar as obras municipais, procedendo nomeadamente aos procedimentos necessários com vista à formação dos respetivos contratos de empreitadas, de acordo com as orientações dos órgãos municipais;
- Organizar e conduzir os processos de aquisição de bens necessários ao funcionamento dos edifícios e infraestruturas municipais, quando relacionadas com as empreitadas conduzidas pelo DOM;
- Assegurar a manutenção dos edifícios públicos municipais e dos equipamentos adquiridos no âmbito de empreitadas, procedendo aos respetivos contratos de aquisição de serviços relativos às sua manutenção;
- Gerir as vias de comunicação municipais;
- Coordenar a utilização das viaturas municipais e mantê-las;
- Dar apoio logístico e operativo no âmbito da Proteção Civil, em articulação com outros serviços municipais;
- Manter em bom estado as zonas verdes do município, conservação de mercados e feiras, gestão e manutenção dos cemitérios, limpeza e conservação dos edifícios públicos, equipamentos e espaços públicos.

Estrutura Flexível

O município de Santo Tirso, de acordo com as regras instituídas nos artigos 8º e 9º em conjugação com o artigo 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, reúne as condições para prever as seguintes unidades orgânicas flexíveis, ainda que só possa prover dez cargos dirigentes de nível intermédio de 2º grau e três cargos dirigentes de nível intermédio de 3º grau ou inferior:

Lideradas por titulares cargos de direção intermédia de 2º grau – doze unidades orgânicas flexíveis;

Lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior – quatro unidades orgânicas flexíveis.

Assim, propõe-se que a estrutura flexível seja composta, no máximo, por dezasseis unidades orgânicas flexíveis, a criar, alterar ou extinguir pela câmara municipal.

As unidades orgânicas inseridas na estrutura flexível serão dirigidas por dirigentes intermédios de 2º e 3º grau, que correspondem, respetivamente, a chefes de divisão municipal e chefes de serviço municipal.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17.

Subunidades Orgânicas

Propõe-se que o número máximo de subunidades orgânicas, previstas no n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro seja fixado em trinta.

Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau

De acordo com o n.ºs 2 e 3 do artigo 4º da Lei n.º 49/2012, de 29. de agosto a estrutura orgânica pode prever cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior, cabendo à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, do período experimental e respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3ª e a 6ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior.

A câmara municipal de Santo Tirso pretende prever apenas a existência de cargos de direção intermédia de 3º grau.

Designação e Grau

São cargos de direção intermédia de 3º grau os que correspondam a funções de direção, gestão, coordenação e controlo de serviços, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada, designados por Chefes de Serviços Municipais.

Competências

Sem prejuízo das competências previstas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aos titulares dos cargos de direção intermédia de 3º grau compete-lhes garantir o desenvolvimento das atribuições cometidas à unidade orgânica que dirigem, assegurando o seu bom desempenho, através da otimização de recursos humanos, materiais e financeiros, de forma a promover a satisfação dos destinatários da sua atividade, de acordo com os objetivos gerais do município.

Requisitos de Recrutamento

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3º grau são recrutados de entre trabalhadores dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo e que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) No mínimo, formação superior graduada de licenciatura pré-Bolonha ou de segundo ciclo ou mestrado integrado pós-Bolonha;

- b) Dois anos de experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior.

18

Nível Remuneratório

A remuneração dos cargos de direção intermédia de 3º grau corresponde à 6ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.

Outras Disposições

Pela faculdade prevista no n.º 7 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto mantém-se até ao final do respetivo período das comissões de serviço os dirigentes em funções à data da entrada em vigor desta lei, ficando suspensas as correspondentes alterações decorrentes da adequação à nova estrutura orgânica.

No entanto, nas situações em que a reorganização das unidades orgânicas impliquem a fusão de mais que uma unidade orgânica do mesmo nível e grau e estejam providas de titulares de cargos dirigentes, assim que a primeira comissão de serviço chegue ao seu termo, todas as outras que estejam envolvidas deverão também terminar, aquando do provimento de cargo dirigente dessa nova unidade orgânica.

O mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 tem como base a estrutura orgânica atual, nele se prevendo as futuras alterações e adaptações à nova estrutura orgânica.

De referir ainda que, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 10º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os serviços da Polícia Municipal, Veterinário Municipal e Proteção Civil não devem ser contabilizados para efeito do limites previstos nos artigos 6º a 9º desta lei, pelo que consequentemente não concorrem para o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Mantêm-se em vigor os procedimentos concursais a decorrer à data da publicação da deliberação da assembleia municipal que aprovar a presente proposta.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 6 de dezembro de 2012

O Presidente,

Castro Fernandes



[Handwritten signature]

3. CRIAÇÃO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS E DEFINIÇÃO DAS RESPETIVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS: APROVAÇÃO.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando o modelo de estrutura orgânica do município, a sua estrutura orgânica do município, a sua estrutura nuclear e a definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis, constantes da proposta que consta do item anterior da presente ata;-----

Considerando que o artigo 7º do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, estipula que compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, deliberar sobre a criação de unidades orgânicas flexíveis, e a definição das respetivas atribuições e competências;-----

Considerando que, em princípio, esta é a última reunião da câmara municipal até ao final do ano em curso;-----

Proponho, que a câmara municipal aprove a criação das unidades orgânicas flexíveis previstas na proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes onze folhas, ficando a presente deliberação da câmara municipal condicionada à aprovação pela assembleia municipal da proposta que antecede.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

[Large diagonal line across the bottom half of the page, likely a placeholder for a signature or stamp.]

PROPOSTA

De acordo com o n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, em articulação com as regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, até 31 de dezembro de 2012.

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação de unidades orgânicas flexíveis e a definição das respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.

Condicionado à aprovação pela Assembleia Municipal de Santo Tirso da proposta do modelo de estrutura orgânica, a estrutura nuclear e as correspondentes unidades orgânicas nucleares, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas, proponho desde já à Camara Municipal a criação das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

1. Divisão de Ação Social
2. Divisão de Ambiente
3. Divisão de Cultura e Turismo
4. Divisão de Educação
5. Divisão de Empreitadas
6. Divisão de Finanças e Compras
7. Divisão Jurídica e Administração Geral
8. Divisão de Obras Particulares
9. Divisão de Planeamento e Projetos
10. Divisão de Recursos Humanos
11. Divisão de Serviços Gerais
12. Divisão de Serviços Urbanos
13. Serviço de Atendimento, Modernização Administrativa e Comunicação

- 14. Serviço de Candidaturas e Gestão de Financiamentos
- 15. Serviço de Desporto
- 16. Serviço de Trânsito
- 17. Proteção Civil
- 18. Polícia Municipal
- 19. Veterinário Municipal

As unidades orgânicas inseridas na estrutura flexível são compostas por Divisões Municipais, dirigidas por Chefes de Divisão – cargo de direção intermédia de 2º grau, com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e por Serviços Municipais, dirigidos por Chefes de Serviço – cargo de direção intermédia de 3º grau, com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e nos critérios aprovados pela Assembleia Municipal.

A Proteção Civil, a Polícia Municipal e o Veterinário Municipal regem-se por legislação específica, abaixo discriminada.

1 – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS NA DEPENDÊNCIA DIRETA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

Serviço de Atendimento, Modernização Administrativa e Comunicação, ao qual compete genericamente:

No domínio do atendimento:

Garantir o atendimento multicanal integrado (presencial, telefónico e online); assegurar a receção, registo e encaminhamento dos pedidos recebidos no Balcão Único; gerir o Balcão Multiserviços.

No âmbito da modernização administrativa:

Gerir a informação a disponibilizar no atendimento multicanal (presencial, telefone e online), em articulação com os serviços municipais; executar os projetos transversais de simplificação e modernização administrativa com impacto no atendimento ao munícipe; gerir e representar o sistema de gestão da qualidade (SGQ), orientar e apoiar todos os serviços da câmara nas atividades relacionadas com o SGQ na premissa da melhoria contínua dos serviços prestados ao munícipe.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

22

No domínio da comunicação:

Promover, de forma adequada e coerente, a imagem institucional do município e a atividade da câmara municipal; fazer a assessoria de imprensa às ações da câmara; elaborar e editar o boletim, a revista municipal e outras publicações periódicas de carácter informativo regular que visem a promoção e divulgação das atividades dos serviços municipais e as deliberações e decisões dos órgãos autárquicos; estabelecer relações de colaboração com os órgãos de comunicação social (OCS) em geral, e em especial com os de expressão regional e local, procedendo à recolha, análise e divulgação das notícias, trabalhos jornalísticos ou opiniões publicadas sobre o concelho; manter atualizada a página eletrónica da câmara municipal no que às notícias diz respeito, ajudando a difundi-las pelas redes sociais e proceder à gestão corrente da inserção de publicidade do município nos diversos OCS.

No domínio da informática:

Gerir e manter os programas, equipamentos e rede informática.

Ao nível da segurança, assegurar cópias de segurança (backups) de todos os documentos que se encontram no servidor e assegurar o controlo dos acessos (identificação, autenticação e autorização).

Proceder à recolha, sistematização e tratamento, por meios informáticos, de todos os dados de interesse para a gestão e organização dos serviços, bem como o procedimento automático dos processos internos e de ligação ao exterior em apoio a todos os serviços da câmara.

Compete ainda a estes serviços assegurar os serviços de metrologia.

- Proteção Civil, ao qual compete genericamente:

A organização e competências do Serviço Municipal de Proteção Civil constam da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

- Polícia Municipal, ao qual compete genericamente:

A organização, atribuições e competências da Polícia Municipal constam do Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Polícia Municipal do Concelho de Santo Tirso, aprovado pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 30 de Maio de 2000 e pela Assembleia Municipal, em sua sessão extraordinária de 5 de Junho de 2000.

- Veterinário Municipal, ao qual compete genericamente:

Cumprir as competências descritas no Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio de forma a promover a defesa da saúde pública e do meio ambiente, assim como a defesa do bem-estar animal.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2 – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS INTEGRADAS NO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

- Divisão Jurídica e de Administração Geral, à qual compete genericamente:

Garantir todo o apoio em processos, ações e recursos em que a autarquia seja parte, acompanhar o desenvolvimento dos mesmos e manter a Câmara informada sobre a situação pontual em que se encontram; emitir pareceres jurídicos, quando solicitados, sobre quaisquer matérias de interesse para a autarquia; desempenhar tarefas para que for chamado, em inquéritos e processos disciplinares, no âmbito da gestão de pessoal; promover o registo e encaminhamento das queixas, reclamações ou exposições de natureza jurídica ou administrativa formulada por particulares, emitindo parecer sobre o conteúdo das mesmas; obter, a solicitação dos órgãos/pessoas competentes, os pareceres jurídicos externos que se mostrem necessários; dinamizar o conhecimento oportuno de normas legislativas e regulamentares essenciais à gestão municipal, bem como das suas alterações ou revogações; Instruir os processos de contra-ordenação nos termos da lei, bem como assegurar o seu acompanhamento em juízo em caso de recurso; organizar e acompanhar em todos os seus trâmites os processos de execuções fiscais; prestar apoio técnico-administrativo ao notário privativo da Câmara; assegurar, preparar, lavrar e promover o adequado registo e arquivamento de todos os contratos (exceto contratos de pessoal, seguros e empréstimos) em que a Câmara Municipal seja outorgante, bem como de protocolos e outros atos formais, mesmo aqueles para os quais não é exigida a forma de documento autêntico, obtendo para o efeito a colaboração e as informações necessárias de outros serviços; assegurar, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, todos os procedimentos administrativos e formalidades relativos à obtenção de vistos do Tribunal de Contas, em matéria de fiscalização prévia; providenciar pelo registo na Conservatória do Registo Predial de todos os bens imóveis adquiridos pelo município; instruir, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, os processos de expropriação e proceder ao seu registo e acompanhamento; organizar os processos de desafetação de bens imóveis do domínio público do município; organizar os processos de aquisição e alienação de bens imóveis.

Prestar assistência técnico-administrativa aos órgãos do município e seus membros; assegurar o apoio administrativo necessário à Assembleia Municipal; assegurar e executar os procedimentos e formalidades de todos os processos respeitantes a atos eleitorais; prestar o apoio solicitado pelas Juntas de Freguesia no que respeita ao recenseamento e atos eleitorais; assegurar todos os procedimentos relativos ao funcionamento do executivo

A

h

h


camarário, executar tarefas inerentes à classificação, distribuição e expedição de correspondência e outros documentos; superintender e assegurar os serviços de reprografia e do arquivo geral do município; propor a adoção de planos adequados de arquivo, assim como a respetiva catalogação, propondo, logo que decorridos os prazos legais, a sua inutilização; colaborar na articulação entre o arquivo, arquivo histórico municipal e bibliotecas públicas na transferência de documentos de interesse para essas unidades, logo que decorridos os prazos estipulados por lei.

- Divisão de Recursos Humanos, à qual compete genericamente:

Promover o recrutamento e seleção dos recursos humanos; proceder à análise, estudo e proposta de normas e regulamentos para definição da política de pessoal; gerir o mapa de pessoal da autarquia; planificar, acompanhar e controlar a formação profissional e a qualificação dos recursos humanos, em estreita articulação com os dirigentes dos serviços; gerir o processo de avaliação de desempenho; elaborar e gerir o orçamento das despesas correntes com pessoal; assegurar o processamento de remunerações e outros abonos; gerir o sistema de assiduidade; elaborar os indicadores de gestão e balanço social; assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área dos recursos humanos; assegurar a divulgação e garantir o cumprimento das disposições legais, normas e ordens de serviço que digam respeito aos trabalhadores.

Gerir os processos dos acidentes de trabalho; estudar, propor e dar execução às normas em vigor sobre saúde ocupacional e higiene e saúde do trabalho; efetuar ações de sensibilização, informação e formação dos trabalhadores sobre os problemas inerentes à segurança, higiene e saúde nos seus postos de trabalho.

Apoiar e acompanhar os munícipes na resolução dos seus problemas relacionados com o emprego e a formação profissional. Acolhimento e orientação profissional visando a integração no mercado de trabalho da população abrangida, dando apoio na definição do seu percurso formativo e profissional através da sua respetiva colocação e acompanhamento; a realização e promoção de contactos regulares com as empresas e outras instituições locais e regionais estabelecendo-se um interface munícipe «empresa» munícipe de forma a potenciar a empregabilidade; a recolha e divulgação de ofertas de emprego e de formação profissional; o apoio à realização de trabalhos de grupo e de pesquisa sobre assuntos relacionados com emprego, formação e voluntariado jovem; a informação sobre os direitos e deveres de índole laboral e formativa; o apoio ao desenvolvimento de estágios curriculares, profissionais e de cursos de formação profissional; a elaboração, implementação e desenvolvimento de



candidaturas a programas operacionais regionais de emprego e formação profissional; a organização e dinamização de medidas ativas de emprego através de ações, exposições e campanhas.

- Divisão de Finanças e Compras, à qual compete genericamente:

Organizar e promover a tramitação dos processos de aquisição de bens móveis e serviços; inventariar os bens móveis e imóveis do município e gerir os stocks; administrar os artigos de consumo corrente existentes e proceder à sua distribuição interna, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições de material e os consumos; organizar e manter atualizado um ficheiro de fornecedores, bem como o inventário do material de utilização permanente e sua distribuição.

Garantir a gestão orçamental, patrimonial e de custos, dentro das normas legais em vigor, no que concerne às áreas de contabilidade, finanças, tesouraria, taxas e licenças; elaborar o orçamento e outros documentos previsionais de índole financeira, proceder à coordenação e controlo da gestão financeira e patrimonial, garantindo o cumprimento das obrigações legais, designadamente, da prestação de contas e cooperação financeira; assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área financeira; assegurar no âmbito da tesouraria o recebimento de todas as receitas e o pagamento de todas as despesas devidamente autorizadas; promover a celebração de contratos de seguro e diligenciar pelo respetivo cumprimento; promover a celebração de contratos de empréstimo e preparar os respetivos processos a serem submetidos a visto do Tribunal de Contas; executar todos os demais serviços que lhe são cometidos pelas disposições reguladoras da contabilidade autárquica.

3 – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS INTEGRADAS NO DEPARTAMENTO DE DESPORTO, EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL:

- Divisão de Ação Social, à qual compete genericamente:

Atuar em situações de maior desfavorecimento ou carência económico-social com vista a uma sociedade mais inclusiva; promover a coesão territorial numa política social de proximidade e descentralização dos serviços camarários, através do atendimento no local às famílias residentes em habitação social (realojadas ou a realojar), acompanhando-as na organização e gestão doméstica, com vista à melhoria das suas competências sociais e pessoais; preparar um futuro próspero através do bem-estar das crianças e jovens; garantir respostas adequadas nos diferentes níveis de intervenção da área da toxicodependência e do alcoolismo, promovendo uma articulação com as entidades estatais e da

sociedade civil implicadas neste campo; agir pela igualdade de oportunidades; prestar informação, apoio/orientação nas reclamações e mediar pequenos conflitos de consumo, na defesa dos legítimos interesses dos consumidores em nome individual; prestar aconselhamento jurídico aos munícipes no âmbito das suas competências.

- Divisão de Educação, à qual compete genericamente:

Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, no 1º ciclo do ensino básico; gerir os equipamentos e materiais escolares sob responsabilidade municipal; garantir o apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; assegurar os serviços de ação social escolar, no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; administrar o pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; garantir as refeições dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; gerir a oferta dos transportes escolares. Assegurar o cumprimento dos protocolos assinados com o Ministério da Educação.

- Divisão de Cultura e Turismo, à qual compete genericamente:

Desenvolver ações de defesa, valorização, conservação e divulgação do património móvel e imóvel concelhio, designadamente através do estudo, musealização e proteção do património arqueológico, histórico, artístico, pré-industrial e industrial; apoiar e desenvolver ações que visem a valorização do património, da história e da memória concelhia.

Promover e gerir os equipamentos culturais municipais; definir a programação cultural municipal; promover, apoiar e acolher iniciativas culturais.

Dinamizar e promover o interesse pela leitura; gerir o fundo documental e o Arquivo Histórico.

Apoiar e fomentar o associativismo; promover o intercâmbio com outros municípios, no âmbito de geminações.

Desenvolver ações de defesa, valorização e divulgação das potencialidades turísticas do concelho e intervir, nos termos da lei, nos processos que se relacionem com aspetos turísticos; promover e acompanhar as várias atividades ligadas aos serviços de animação, tais como: feiras, concursos, festivais, entre outros. Gerir o posto de turismo e assegurar o atendimento e disponibilização de informação ao turista.

- Serviço de Desporto, ao qual compete genericamente:

Contribuir, numa perspetiva cultural de desenvolvimento desportivo, para melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes através de atividades

físicas que satisfaçam os seus interesses; fomentar e apoiar o desenvolvimento das coletividades desportivas e recreativas; apoiar e dinamizar o desporto nas escolas; gerir e coordenar os equipamentos desportivos municipais perspetivando, qualitativamente, o desenvolvimento desportivo local; promover a criação de infraestruturas e serviços, de apoio ao desporto, e participar no planeamento e conceção das infraestruturas desportivas municipais; administrar e fazer a gestão corrente do Complexo Desportivo Municipal nos termos do Regulamento aprovado pela Câmara Municipal e da legislação em vigor; propor e organizar planos de animação desportiva de acordo com os fins específicos de cada uma das instalações, de forma a rentabilizar esse mesmo complexo desportivo.

4 – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS INTEGRADAS NO DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E AMBIENTE:

- Divisão de Planeamento e Projetos, à qual compete genericamente:

A elaboração de projetos de edifícios municipais, espaços verdes e de espaços públicos; a apreciação e acompanhamento de projetos e obras supra-municipais; a prestação de informação sobre a avaliação predial, a classificação toponímica assim com a atribuição de números de polícia; a organização de concursos para aquisição de serviços no âmbito da execução de projetos de obras municipais; a apreciação de propostas e acompanhamento da elaboração dos projetos.

A execução e acompanhamento da implementação de planos municipais de ordenamento do território; a organização de processos de concurso para aquisição de serviços no âmbito da elaboração de planos municipais de ordenamento do território e acompanhamento da sua execução, aprovação e implementação; a participação municipal na elaboração de planos regionais e intermunicipais de ordenamento do território; a execução de estudos urbanísticos de apoio à gestão urbanística; a prestação de pareceres urbanísticos; colaboração na prestação de informações sobre operações urbanísticas promovidas por particulares; a prestação de parecer sobre a localização de estabelecimentos industriais e comerciais.

Implementação do sistema de informação geográfica municipal; o controlo, tratamento e inserção de informação no sistema; a partilha e fornecimento de informação existente no sistema; a produção de cartografia temática; a aquisição e gestão de cartografia base e fornecimento de cópias de grande dimensão; a gestão e densificação da rede geodésica municipal; a execução de levantamentos topográficos e plantas cadastrais; a implantação de obras municipais; a verificação de alinhamentos de obras particulares.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

- Divisão de Ambiente, à qual compete genericamente:

Assegurar as atribuições e atividades na área do saneamento básico (abastecimento de água; drenagem e tratamento de águas residuais; recolha, tratamento, valorização e deposição dos resíduos sólidos urbanos); participar na elaboração e apreciação de estudos e, proceder ao acompanhamento a nível multimunicipal, intermunicipal e municipal dos vários sistemas na área do saneamento básico; coordenar e fiscalizar o contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos; acompanhar e fiscalizar o programa de controlo da qualidade da água nas escolas da competência da câmara municipal; manter o cadastro atualizado dos sistemas públicos de saneamento básico.

Elaborar e promover projetos e ações de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável no município.

- Divisão de Obras Particulares, à qual compete genericamente:

Ao nível técnico: emissão de pareceres técnicos, a realização ou participação em vistorias e a prestação de esclarecimentos técnicos ao público, relativos a obras de iniciativa particular, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, atividade industrial, instalações de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações, inspeção de elevadores e instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis; proceder à fiscalização técnica das obras de urbanização e da atividade industrial; elaborar modelos de requerimento, normas e regulamentos no âmbito dos regimes já referidos e a colaboração na execução de planos municipais de ordenamento do território. Ao nível da fiscalização: proceder à fiscalização, elaboração de informações, participação de contra ordenações e outras infrações e notificações pessoais de decisões dos órgãos municipais, relativos a obras de iniciativa particular, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, atividade industrial, instalações de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações, inspeção de elevadores e instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis. Ao nível administrativo: a organização, tramitação administrativa, notificações, junção de pareceres, emissão de alvarás, declarações e averbamentos dos processos de obras particulares no âmbito, do regime jurídico de urbanização e de edificação, atividade industrial, instalações de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações, inspeção de elevadores e instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis; emissão de certidões, cópias e o apoio ao Balcão Único na disponibilização dos referidos processos; prestar esclarecimentos aos munícipes por telefone e a organização administrativa do atendimento



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

29

técnico aos munícipes; organização, catalogação e colocação dos processos no arquivo de pendentes existente na Divisão.

- Serviço de Candidaturas e Gestão de Financiamentos, ao qual compete genericamente:

O acompanhamento e a participação na elaboração dos documentos de enquadramento e programação estratégica de referência para a aplicação de fundos nacionais e comunitários; a elaboração e acompanhamento das candidaturas municipais e intermunicipais à consignação de fundos nacionais e comunitários e a gestão integrada da sua execução física e financeira; a dinamização de parcerias com vista à concretização de projetos integrados que visem o desenvolvimento sustentável do concelho em particular as candidaturas a fundos nacionais e comunitários; a elaboração e acompanhamento de projetos de interesse municipal, públicos ou de interesse público, respetivos programas de execução e financiamento; a participação em programas de incentivo à fixação de empresas, e o acompanhamento e orientação e enquadramento de promotores e projetos de interesse para o município.

- Serviço de Trânsito, ao qual compete genericamente:

Desenvolver ações de molde a assegurar a regulamentação, ordenamento e tudo o que interesse à manutenção da boa ordem do trânsito, de harmonia com a legislação aplicável e posturas municipais, sugerindo para o efeito, medidas apropriadas; executar todos os trabalhos relativos à toponímia; promover e participar em ações de coordenação dos transportes urbanos, táxis e outros.

5 – UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS INTEGRADAS NO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

- Divisão de Empreitadas, à qual compete genericamente:

Executar, colaborar nos processos de concurso e analisar projetos de obras públicas; assegurar as cedências e cooperar em eventuais negociações ou expropriações; executar concursos de empreitadas de obras públicas, proceder à sua fiscalização e controlo dos respetivos financiamentos e custos; colaborar na execução de cadastros do património; fornecer e verificar cotas de soleiras que marginem as vias municipais.

Organizar e conduzir os processos de aquisição de bens necessários ao funcionamento dos edifícios e infraestruturas municipais, quando relacionadas com as empreitadas conduzidas por esta divisão; Assegurar a manutenção dos equipamentos adquiridos no âmbito de empreitadas, procedendo aos respetivos contratos de manutenção.

Proceder à planificação da segurança e saúde do trabalho, na fase de projeto, nos termos da legislação em vigor, e acompanhar a obra para verificação do cumprimento desse plano por parte da entidade executante.

- Divisão de Serviços Gerais, à qual compete genericamente:

Assegurar intervenções de manutenção, conservação, reparação, reabilitação ou beneficiação dos edifícios públicos municipais e do parque habitacional municipal – elaboração e execução dos planos de manutenção, incluindo a execução, por administração direta, das obras de conservação daí decorrentes;

Coordenar e gerir o pessoal afeto à administração direta, incluindo os serviços de portaria e guarda; fiscalização das obras de iniciativa particular (loteamentos); colaborar na execução de cadastros do património; construção e conservação das redes de águas pluviais; coordenar a utilização das viaturas municipais, bem como repará-las, conservá-las e administrar processos de acidentes de viação em que intervenham; dar apoio logístico e operativo no âmbito da proteção civil, em articulação com outros serviços municipais.

- Divisão de Serviços Urbanos, ao qual compete genericamente:

Promover a construção e manutenção de espaços verdes e arborização de ruas; assegurar a limpeza, conservação e fiscalização de mercados e feiras; promover a captura, remoção, apanha, tratamento e detenção de animais, nos termos da lei, e assegurar a gestão do canil, em articulação com o serviço de veterinário; proceder à limpeza urbana e de edifícios públicos; proceder à limpeza e remoção de águas residuais em fossas sépticas; assegurar o serviço de desinfeção e desbaratização em estabelecimentos públicos; administrar os cemitérios sob jurisdição do Município; desenvolver as ações necessárias com vista à execução de inumações, exumações e transladações.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 06 de dezembro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes

4. ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAUS: PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente informação de dez do corrente mês de dezembro, do departamento administrativo, registada no sistema de gestão documental com o número Doc_10467/2012 (II_0957/2012), relativa ao assunto em epígrafe, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o artigo 24º da lei 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da lei 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações que lhe foram entretanto introduzidas estipula que aos titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º graus podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº 2 do artigo 31º da lei 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela lei 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais;-----

Considerando que o nº 2 desse artigo 24º prevê que a atribuição das despesas de representação é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;-----

Considerando que no âmbito da vigência do DL 93/2004, de 20 de abril, o abono de despesas de representação ao pessoal dirigente da administração local decorria diretamente da lei;----

Considerando que os titulares de cargos dirigentes da câmara municipal e dos serviços municipalizados já recebiam despesas de representação desde a deliberação da assembleia municipal de dezoito do maio do ano 2000, sob proposta da câmara municipal de onze do mesmo mês do maio (item dois da respetiva ata);-----

Considerando que não existem razões que justifiquem que o pessoal dirigente da administração central seja abonado daquele suplemento, o mesmo não sucedendo com o pessoal



A

47

dirigente da administração local, a quem se aplica o mesmo regime jurídico da administração central, designadamente quanto a férias, faltas e licenças, relação jurídica de emprego, estatuto disciplinar, estatuto de aposentação, assistência médica, sistema retributivo em geral, e os direitos e deveres consignados no capítulo III da aludida lei 2/2004, de 15 de janeiro;-----

Face ao exposto proponho que esta câmara municipal delibere propor à assembleia municipal a atribuição de despesas de representação nos termos do nº 1 do artigo 24º da lei 49/2012, de 29 de agosto, aos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º graus da câmara municipal e dos serviços municipalizados de água, eletricidade e saneamento.-----

Mais proponho, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 128º do Código do Procedimento Administrativo, que a câmara delibere propor à assembleia municipal que atribua à sua deliberação eficácia retroativa à data da entrada em vigor da referida lei 49/2012 (trinta de agosto último).-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata entenderam abster-se neste ponto da ordem de trabalhos, pelas seguintes razões:-----

- Em setembro de dois mil e onze apresentamos nesta câmara uma proposta que visava uma significativa redução dos custos operacionais da autarquia;-----

Nesta proposta defendíamos uma redução significativa das despesas de representação e por isso mantemos, neste sentido de voto, algum sentido de responsabilidade e postura de coerência. Aliás, esta abstenção traduzir-se-ia numa não aprovação se não fossem todas as medidas restritivas que hoje pendem sob a administração pública, central e local, nomeadamente a própria adequação da estrutura orgânica da câmara à Lei 49/2012”.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista

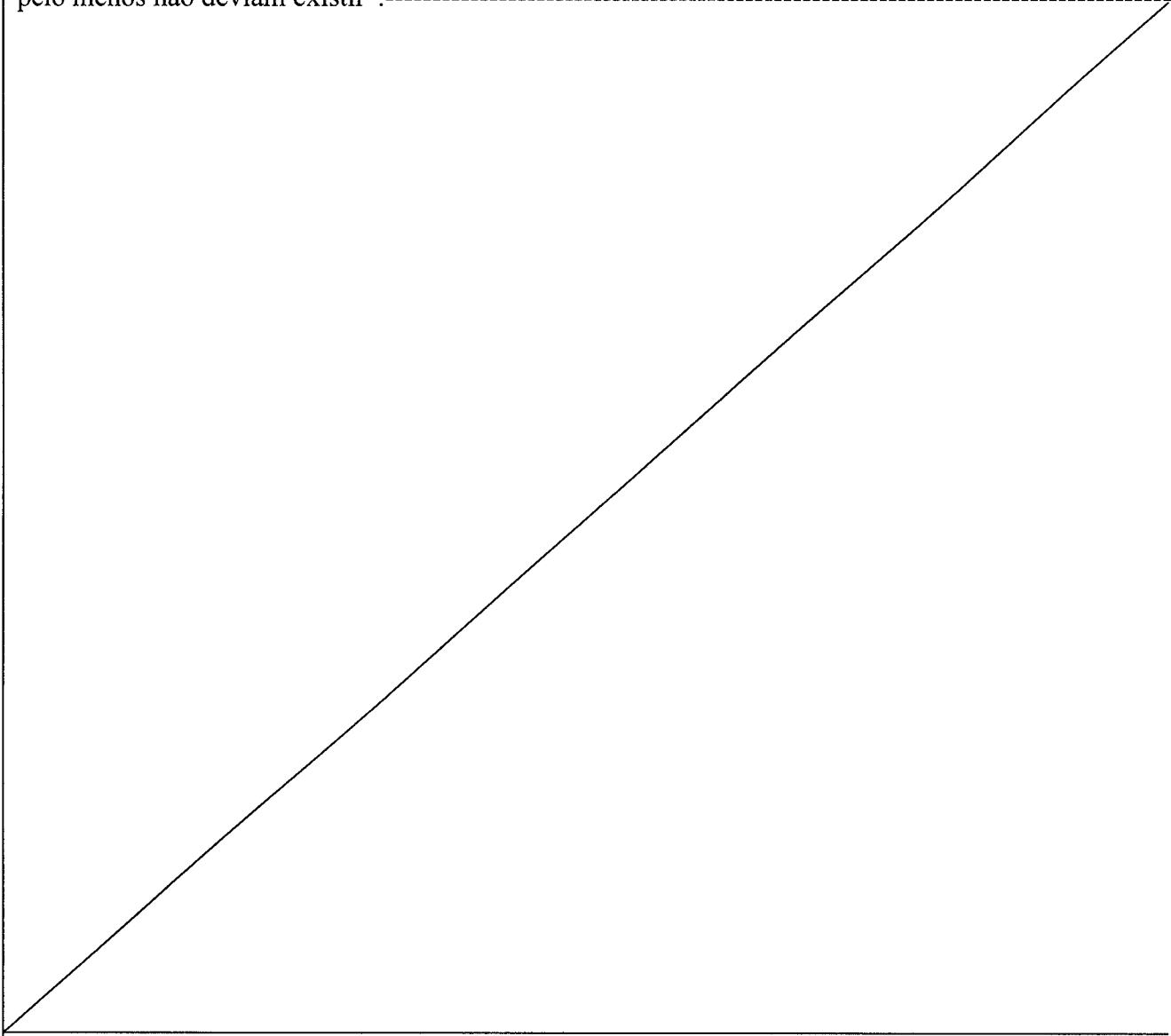


foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos esta proposta porque a consideramos perfeitamente legal, tendo em conta os considerandos da mesma.-----

Por questões de equidade defendemos que ao pessoal dirigente da administração local sejam aplicadas as mesmas regras da administração central.-----

Não existem em Portugal e na Administração funcionários de primeira e de segunda ou pelo menos não deviam existir”.-----





A

67

5. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPAS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2013.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à minuta e à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por sessenta e oito folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3 da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

O mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e treze tem como base a estrutura orgânica atual, nele se prevendo as futuras alterações e adaptações à nova estrutura orgânica constante da proposta anexa ao item dois da presente ata.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal para o ano de dois mil e treze foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

35
A. Melo
[Handwritten signature]

Ponto 5 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santo Tirso para o ano de 2013

O documento denominado como as Opções do Plano, só poderia merecer o voto favorável dos vereadores do PSD se:

- Fosse claro, rigoroso e objetivo quanto às opções que defende para o desenvolvimento do concelho;
- Assumisse compromissos exequíveis e mensuráveis no tempo;
- Promovesse o tratamento equitativo de todas as freguesias e a coesão territorial
- Promovesse a coesão social

Ora, a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento não é clara, não é objetiva, não é equitativa, e não promove um tratamento harmonioso das freguesias, do território e das populações!

Em épocas de forte retração económica, como a que vivemos no País e particularmente no concelho, sente-se mais a indispensabilidade de tornar as nossas comunidades sustentáveis.

Cabe ao poder público, neste caso à gestão camarária, alterar práticas e corrigir trajetórias. Mas não é isso que tem acontecido. A gestão da maioria socialista nega sistematicamente a necessidade de enveredar por novas abordagens de gestão, como por exemplo as diferentes formas de envolvimento dos cidadãos, nomeadamente nos processos de decisão e as formas alternativas de uso dos recursos endógenos. Muito mal vai um concelho que se esquece de tantos e tão importantes actores da vida local, representativos daquela a que a maioria socialista apelida de “atribuições do município”.

A 36 *ambição*
50.

Não havendo nada ou muito pouco a dizer sobre as Grandes Opções do Plano, opções e plano que não vislumbramos, resta o Plano de Atividades para 2013.

Na proposta classificada como Grandes Opções do Plano, continua ausente a ambição, o rasgo e os objetivos que permitam transformar o concelho, que lamentavelmente continua adiado.

A maioria socialista continua a navegar à vista e confunde obras com OBRA!

Considerar repetidamente como objetivos estratégicos, três variáveis de competitividade e qualidade dos serviços e uma variável de prestação do serviço, parece-nos confrangedor.



Continua ausente qualquer estratégia para a atração de investimento. V. Exs. dão como adquirido que a construção de estruturas, que podem de alguma forma potenciar o emprego, podem bastar-se, sem no entanto cuidarem de gerar dinâmicas para que isso aconteça. O exemplo mais gritante é a Incubadora de empresas de base tecnológica (inaugurada em 2009) que continua com níveis de ocupação muito reduzidas. Outro exemplo preocupante, que tem constituído fator de retração, são as desorganizadas áreas de acolhimento empresarial, agravada pelas deficientes acessibilidades.

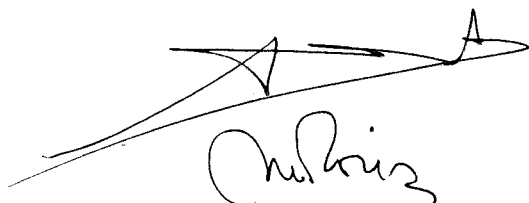

Apesar dos alertas e das sucessivas propostas do PSD, Santo Tirso continua com elevados custos de contexto e tem dificuldade em competir com os concelhos vizinhos.

Para além da relação exaustiva de rubricas e correspondentes valores, este documento não apresenta qualquer caminho nem qualquer plano no curto, médio e longo prazo.

Ao analisar estes documentos não estranhámos o vazio do seu conteúdo.

Considerar num documento de planeamento, apenas como atividades municipais relevantes as de carácter desportivo, recreativo e cultural, é no mínimo, angustiante!


Santo Tirso, com estes planos e orçamentos, continuará a estar na cauda do desenvolvimento e a desperdiçar as oportunidades. Em tempo de maior participação das pessoas e da sociedade, V. Exs. continuam a não conseguir mobilizar os Tirsenses, dificultando a afirmação do concelho nos diferentes contextos e colocando em perigo o seu futuro. Como escreveu Victor Hugo "'O futuro têm muitos nomes.' **Para os incapazes o inalcançável, para os medrosos o desconhecido, para os valentes a oportunidade.**" 

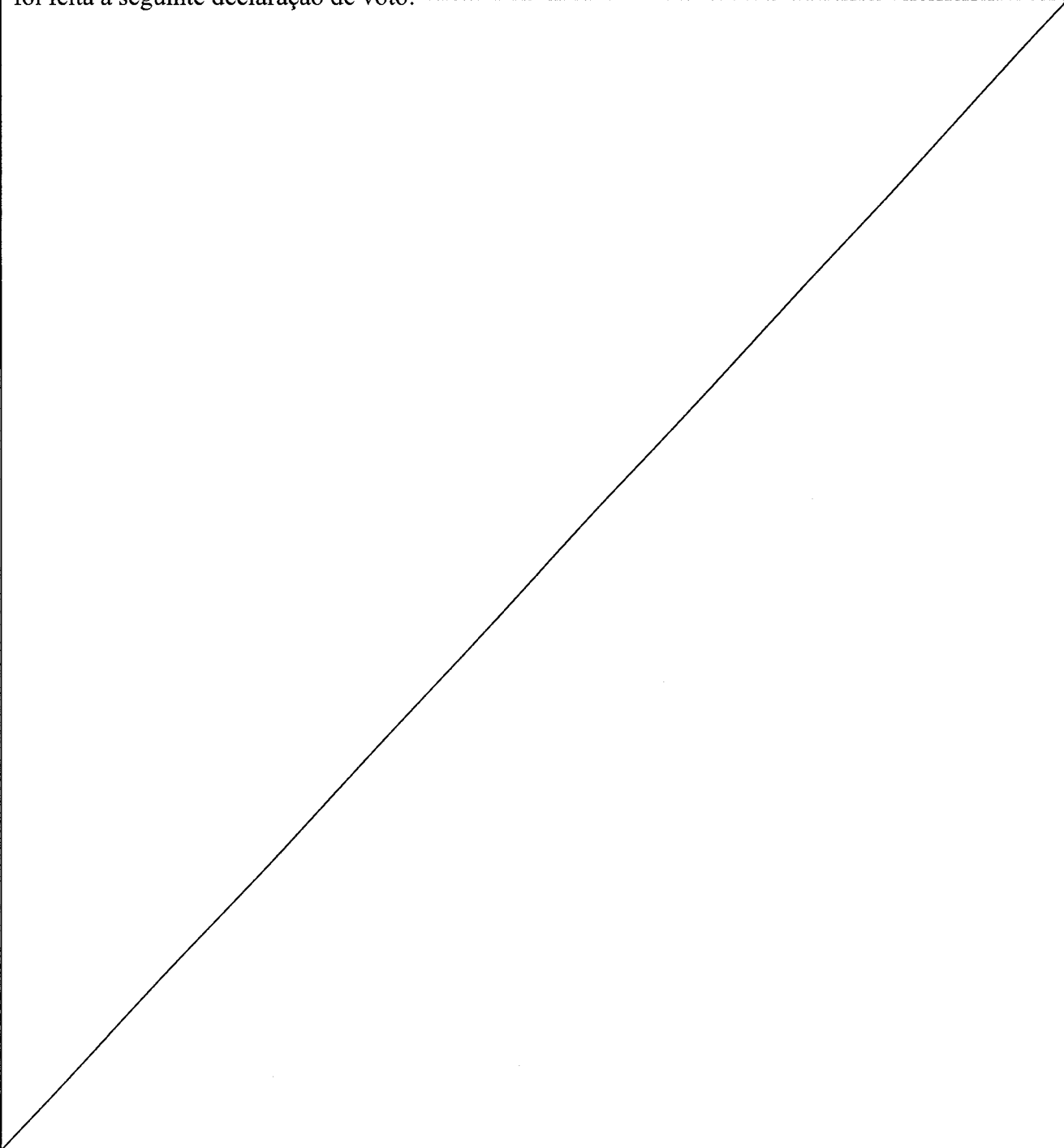
Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 25 Fl. 38
12 de dezembro de 2012

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista
foi feita a seguinte declaração de voto:-----



DECLARAÇÃO DE VOTO

Cumprindo um dos pilares da autonomia financeira reconhecida aos municípios e que consta na Lei das Finanças Locais, apresenta a Câmara Municipal os documentos previsionais para o ano de 2013, que os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista votam favoravelmente.

Para 2013, como nunca até agora desde o 25 Abril de 1974, a autonomia do poder local é posta em causa:

- Com uma lei limitadora e que continua sem aplicação possível em vários municípios, empresas municipais e outras entidades, a Lei dos Compromissos;
- Com as limitações ao crédito que não distinguem a gestão “do justo da do pecador”;
- Com a implementação de uma lei mal pensada, de supressão de freguesias que foi precipitada e cuja implementação só poderá ser atabalhoada, geradora de conflitos e ofensiva ao poder local democrático.
- Com a desestruturação dos serviços municipais gerada pela aplicação do Novo Estatuto de Pessoal Dirigente.

O contexto da gestão para 2013 é ainda agravado pela previsão da diminuição da receita fiscal, das transferências e da receita própria. Perante esta estimativa, do lado da despesa responder-se-á com a contenção e a redução de verbas na generalidade das rubricas pelo que, o total de meios a gerir diminuirá em cerca de 8%.

Os documentos apresentados são prudentes e credíveis, próprios da gestão criteriosa adotada e aos quais é assegurada capacidade técnica e financeira e são condimentados com a ambição política de fazer o máximo que as condições venham a permitir.

Estes documentos têm o nosso voto favorável porque, apesar das fortíssimas contingências não abdicam das funções autárquicas e persistem (porque o município tem capacidade financeira para o efeito) no investimento em funções sociais as quais atingem no PPI mais de 61% do seu valor global.

Estes documentos têm o nosso voto favorável porque, preveem a execução de ações em áreas de primordial importância como a Educação, Saúde, Regeneração Urbana e em vários casos, financiadas por fundos comunitários.

Em suma, o voto favorável dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista para as **Grandes Opções do Plano para o ano de 2013 é um voto favorável:**

- às aspirações formuladas nos documentos que o compõem,
- às infraestruturas e demais investimento,
- ao financiamento complementar das freguesias e de outras entidades concelhias,
- ao desenvolvimento sustentável que as suas opções induzem,
- à gestão equilibrada, em respeito pela Lei e pelos mais recomendáveis princípios de gestão .

Santo Tirso, 2012-12-12



A

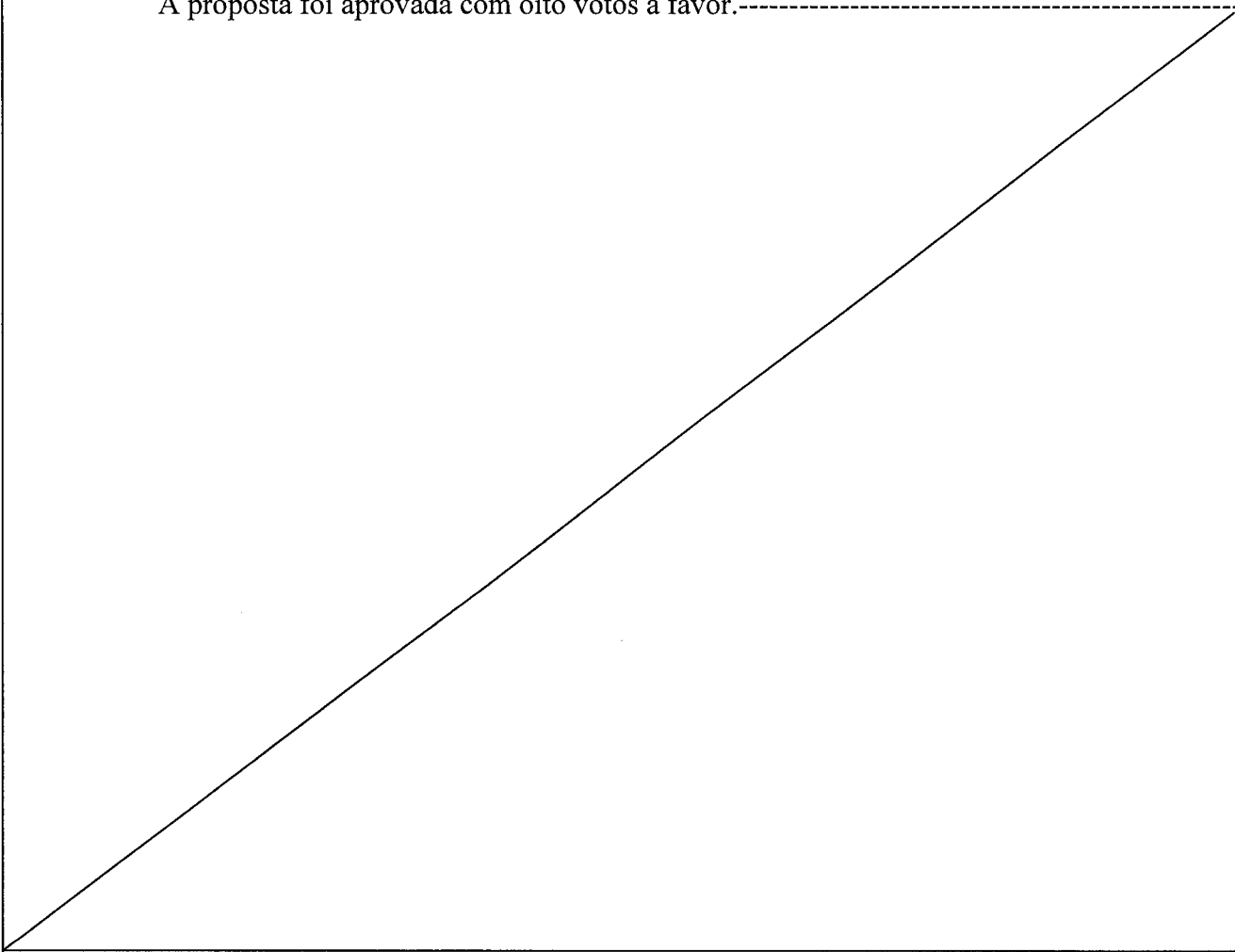
h

6. AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2013, INCLUINDO AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.-----

Presente para apreciação e votação uma proposta de pedido de autorizações à assembleia municipal para execução do Plano Plurianual de Investimentos no ano de 2013, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas.-----

O senhor presidente solicitou que a câmara municipal aprovasse a referida proposta e a remetesse à assembleia municipal para aprovação, juntamente com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de 2013.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

41

AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2013

Proponho que:

A Câmara delibere aditar ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013 as seguintes pretensões a apresentar à assembleia municipal, com o pedido de que sejam votadas na mesma sessão de aprovação dos instrumentos de gestão, a exemplo dos procedimentos seguidos nos últimos anos:

1. Autorização para delegar competências nas Juntas de Freguesia, quando disso se presuma benefício para o interesse comum e nos termos do artº 66º da Lei 169/99, de 18 de setembro;
2. Autorizar a contratação de empréstimos a curto prazo, a contrair quer pela câmara municipal de Santo Tirso quer pela Associação de Municípios do Vale do Ave e para o período de vigência do orçamento, nos termos do nº 7 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e desde que cumpridos os requisitos legais.
3. Autorização para a câmara municipal proceder à abertura de procedimentos que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços, desde que a respetiva aquisição já esteja prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2013, mas no decurso dos respetivos procedimentos se venha a concluir que as respetivas despesas darão lugar a encargos económicos no(s) ano(s) subsequente(s), e nos demais termos que constam da proposta que foi aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e oito de junho último (item quinze da respetiva ata), sob proposta da câmara municipal de vinte e sete do mesmo mês de junho, da qual, por economia processual se junta cópia à presente proposta e dela fica a fazer parte integrante, com as devidas adaptações.

A possibilidade da autorização prévia da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, está agora expressamente prevista no artº 12º do D.L. 127/2012, de 21 de junho.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 10 de dezembro de 2012

O Presidente,

Castro Fernandes



Assembleia Municipal de Santo Tirso

15. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente para discussão e votação a deliberação da câmara municipal de vinte e sete do corrente mês de junho, constante das subseqüentes três folhas da presente minuta da ata.-----

Após debate a assembleia municipal deliberou:-----

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da referida Lei 8/2012, de vinte e um de fevereiro, autorizar a câmara municipal ou os Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento a assumir compromissos plurianuais nos casos seguintes:-----

a) Os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das respetivas Grandes Opções do Plano aprovadas pela assembleia municipal em dezanove de dezembro último;---

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se aprova, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstas na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

3. O regime de autorização ora proposto aplica-se quer à câmara municipal quer aos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzidos efeitos a partir de vinte e dois de fevereiro de dois mil e doze.-----

4. Em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que agora se aprova.-----

Sessão Ordinária



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 03 Fl. 43 73

Reunião de 28/06/2012

43

A

[Handwritten signatures and initials]

A presente deliberação foi tomada com quarenta e seis votos a favor e um voto contra do membro eleito enquanto inscrito na lista da CDU.-----

[Large empty area with a diagonal line from the top left to the bottom right, likely for additional notes or signatures.]



[Handwritten signatures and initials]

2. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, prevê que *“A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projeto de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal”*;-----

Considerando que o artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que veio contemplar as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, doravante abreviadamente designada por LCPA (a referida Lei 8/2012), estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;-----

Considerando que no momento da aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, quer da câmara municipal, quer dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, aprovados pela assembleia municipal em dezanove de dezembro de dois mil e onze, não se encontrava em vigor a supracitada legislação, existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à assembleia municipal, de modo a simplificar e agilizar os procedimentos geradores de compromissos plurianuais para o município, tendo em conta as definições constantes das alíneas a) e b) do artigo 3º da LCPA;-----

Considerando que parte do artigo 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, foi revogado pela LCPA (artigo 13º);-----

Considerando que resultava dessa norma legal que *“a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação*



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da assembleia municipal, salvo quando:-----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos."-----

Considerando que o n.º 2 do artigo 11º do referido Decreto-Lei 127/2012, prevê que na Administração Central a autorização para a assunção de encargos plurianuais possa ser dada mediante despacho genérico;-----

Considerando que não se vislumbram razões para não ser adotar uma solução idêntica à preconizada para a Administração Central, tanto mais que na administração local o órgão deliberativo só reúne ordinariamente cinco vezes no ano, sendo que a realização de reuniões extraordinárias da assembleia municipal sempre que se mostre necessário proceder à abertura de procedimento que dê lugar a compromissos plurianuais é geradora de despesas, contrariando o espírito de toda a legislação recentemente produzida em matéria de despesas publicas, que tem como grande objetivo a redução de despesa;-----

Face ao exposto propõe-se:-----

1. Que a câmara municipal delibere solicitar autorização genérica à assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da referida Lei 8/2012, para assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal ou pelos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, nos casos seguintes:-----

a) Os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das respetivas Grandes Opções do Plano aprovadas pela assembleia municipal em dezanove de dezembro último;---

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 13 Fl. 46 76
27 de junho de 2012

da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstas na LCPA, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

3. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se quer à Câmara Municipal quer aos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzidos efeitos a partir de vinte e dois de fevereiro de dois mil e doze.-----

4. Em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

A proposta foi aprovada com 22 votos a favor.-----



A

67

7. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2013.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à minuta e à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por trinta e quatro folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3 da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

O mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para dois mil e treze, tem como base a estrutura orgânica atual, nele se prevendo as futuras alterações e adaptações à estrutura orgânica constante da proposta anexa ao item dois da presente ata.-----

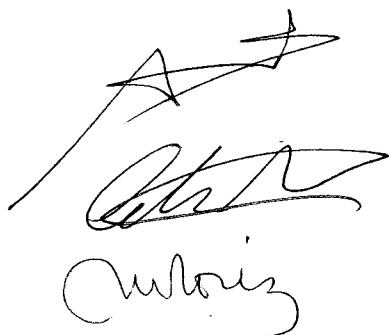
A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de dois mil e treze foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

Reunião de 12 de Dezembro de 2013

Ponto 7 – Grandes Opções do Plano e Orçamento do SMAES para o ano de 2013

Os vereadores do PSD, em bom rigor, não podem subscrever o documento em apreço (Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAES): Na verdade, neste documento, este serviço que há muito deixou de cumprir a missão para que foi criado, propõe-se investir em despesas de capital, ou seja, em infraestruturas que podem melhorar a qualidade de vida dos Tirsenses e reduzir os custos de contexto cerca de 370 mil euros e simultaneamente, gastar com pessoal cerca de 407 mil euros. Um verdadeiro contrassenso!



António



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o Ano de 2013.”-----

Os Serviços Municipalizados viram-se impedidos de realizar investimentos na expansão das redes de águas residuais urbanas em “baixa”, por lhe ter sido vedada a possibilidade de acesso a fundos comunitários, para realização das obras em falta;-----

Devido ao atraso a que foi submetido o processo de parceria, e à impossibilidade de recurso a financiamento, os investimentos previstos realizar pelos SMAES em anos anteriores têm sido adiados, pois tratam-se de investimentos elevados, que não podem ser suportados pelo orçamento municipal.-----

Considerando que o Processo de Parceria sofreu um atraso devido à nova estratégia do Governo de reestruturação do setor, que obriga a proceder à reformulação da anterior proposta, os investimentos deslizaram para o Ano 2015, quando deveriam ter sido iniciados em 2012.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o Ano de 2013, traduz um reduzido investimento a realizar pelos SMAES para o ano 2013, que se destina apenas à realização de pequenas obras, que se considerem urgentes para a resolução de problemas graves, enquanto não se dá início aos investimentos a realizar no âmbito da Parceria Pública Estado/Autarquias Locais, uma vez que o Plano de Investimentos da Parceria só terá início para finais do ano de 2014, início de 2015.-----

Os restantes investimentos a realizar no concelho em infra-estruturas de saneamento serão realizados no âmbito do contrato de Parceria.-----

Os SMAES em termos dos valores previstos aumentou ligeiramente o valor das despesas correntes, devido às despesas de pessoal em 2013 que contemplam o preconizado pela proposta de



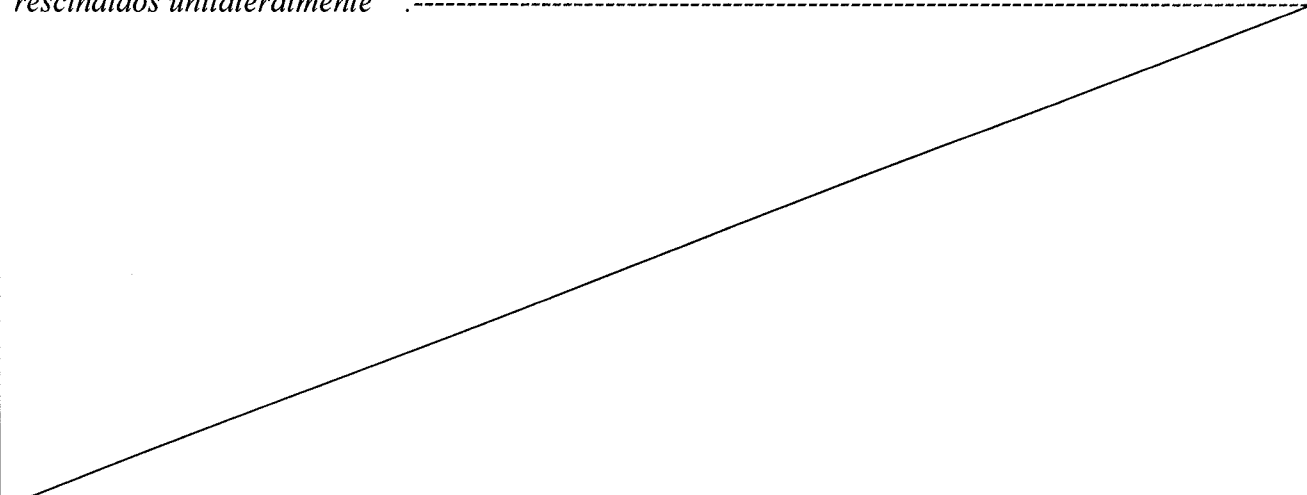
Lei de Orçamento para 2013, ou seja, a reposição do Subsídio de Natal dos funcionários e que aumenta os inerentes encargos a cargo da entidade patronal.-----

Verificou-se uma diminuição, na rubrica das aquisições de bens e serviços. O que traduz uma melhor gestão dos serviços de saneamento básico prestados à população.-----

Por último recordamos a declaração de voto que efetuamos em nove de dezembro de 2011, aquando da aprovação do “Plano”:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta tendo em conta que, para já, se mantém a situação dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento até que se concretizem os processos já protocolados com a Águas de Portugal, SA com vista à criação da Águas da Região do Noroeste, que prevê a assunção por esta de alguns dos serviços nomeadamente o saneamento.----

Todo o processo futuro de fusão entre os Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento e a Câmara Municipal, objetivo proposto no atual Programa de Governo, só poderá ser concretizado com a estabilização no setor da água, que aguardamos, até porque foi recentemente nomeado o novo Presidente da Águas de Portugal, S.A. e aguarda-se a todo o momento a publicação de legislação com vista à reestruturação do setor. Entretanto, e como é sabido, o Programa de Governo previa já para dois mil e doze um conjunto de medidas, em relação ao setor da água, que poderão já não ser concretizadas no próximo ano mas, não inviabilizarão os documentos protocolados com todas as Câmaras Municipais que os subscreveram até porque não foram rescindidos unilateralmente ””.-----



**8. REGULAMENTO DA “FÁBRICA DE SANTO THYRSO”: APROVAÇÃO.-----**

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dez do corrente mês de dezembro, a comunicar que no período de inquérito público relativo ao projeto de regulamento acima referido, aprovado por deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de outubro último e alterado por despacho do presidente da câmara de trinta e um do mesmo mês de outubro, ratificado pela câmara municipal em reunião de sete de novembro findo, não foram apresentadas quaisquer sugestões ou reclamações.-----

O período de inquérito público decorreu de cinco de novembro findo a sete do corrente mês de dezembro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o referido regulamento e remeter o mesmo à assembleia municipal para aprovação.-----

Anexou-se cópia do referido regulamento à minuta da ata e dela ficou a fazer parte integrante, o que constituiu o anexo III da mesma, composto por catorze folhas.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência própria prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 64º da lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a proposta de preços pela ocupação das lojas A, B, e C; Restaurante; Nave Cultural e Industrial e Praça Multimédia, nos termos que constam da proposta anexa à aludida informação da Divisão Jurídica (informação II_1098/2012), e com a fundamentação constante da mesma, aditando-se assim à Tabela de preços anexa ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras receitas municipais o capítulo XII, nos seguintes termos;-----

CAPITULO XII**FÁBRICA DE SANTO THYRSO**

45	Ocupação	
1	Loja A	270,00 €/mês
2	Loja B	600,00 €/mês



3	Loja C	475,00 €/mês
4	Restaurante	630,00€/mês
5	Nave Cultural Industrial	500,00€/dia
6	Praça Multimédia	125,00€/dia

O referido regulamento entrará em vigor no 15º dia posterior à respetiva publicação no jornal de Santo Thyrsó e os preços atrás previstos entrarão em vigor a partir do próximo dia um de janeiro.-----

A deliberação da assembleia municipal que aprovar o aludido Regulamento será publicitada nos mesmos termos do respetivo inquérito público.-----

As propostas foram aprovadas com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra o Projeto de Regulamento da Fábrica de Santo Thyrsó, nomeadamente contra os preços previstos no capítulo XII a aditar à Tabela de Preços anexa ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas, para os espaços físicos a serem ocupados pela iniciativa privada, porque achamos que os valores previstos para a sua ocupação podem inviabilizar a qualidade dos projetos, que gostaríamos que fossem de excelência para o quarteirão cultural. Os vereadores do Partido Social Democrata propuseram uma redução de 50% (cinquenta por cento) no primeiro ano, com dois objetivos: captar os melhores projetos e permitir que estes se consolidem. Lamentamos que a maioria socialista não tenha sido sensível a esta proposta”.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente tendo em conta a tabela anexa de cálculo que foi elaborada por um grupo técnico que fez a avaliação de mercado e apresentou a proposta fundamentada.-----



Handwritten signature and initials.

A proposta prevê desde já um incentivo de pela redução para as lojas de 20% (vinte por cento) e em 50% (cinquenta por cento) para o restaurante.-----

Acresce que os arrendatários usufruem de gratuidade em:-----

- Ar condicionado.-----
- Acesso à internet.-----
- Água.-----
- Saneamento.-----
- Recolha de resíduos.-----
- Condomínio.-----
- Segurança vídeo.-----
- Portaria.-----

Um investimento como este tem de ter uma sustentabilidade económica mínima.-----

Com os incentivos que propomos está-se a dar garantias de que este espaço privilegiado da Nave Cultural – Industrial terá uma qualidade garantida nos termos planificados.-----

A função da câmara municipal não é também de fazer concorrência de preços ao mercado livre e poder eventualmente afetar outras áreas do concelho.-----

O problema decisório não é um problema de sensibilidade pura porque nesse caso muito haveria a dizer sobre a atual governação. Veja-se o que aconteceu com o Estatuto dos Dirigentes da Administração Local em dois itens da ata desta reunião.-----

O problema é que para garantir o bom funcionamento de uma área requalificada não é necessário que o Estado no seu todo não seja o garante do funcionamento de empresas a custo dos impostos de todos”.-----

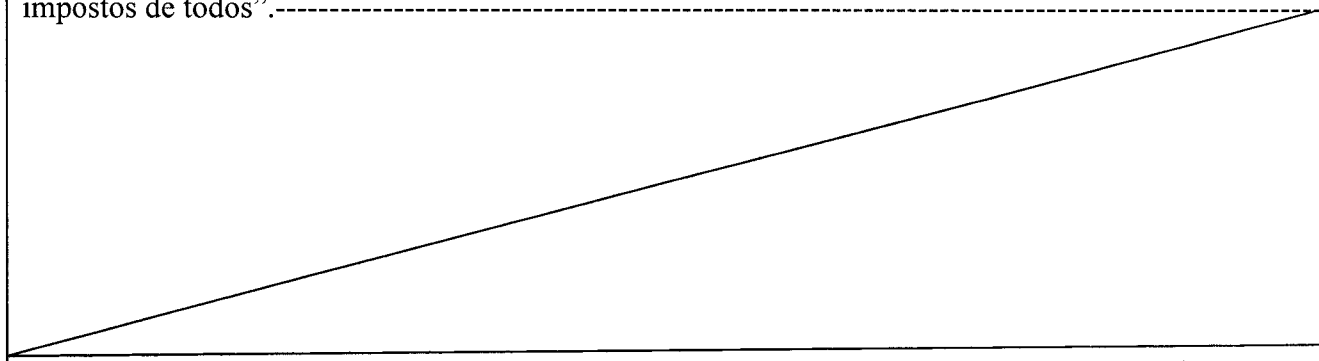


TABELA PREÇOS – ANEXO IV AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

PROPOSTA DE PREÇOS PARA A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS COMERCIAIS E RESTANTES ESPAÇOS DA FÁBRICA DE SANTO THYRSO E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO

1- A presente informação refere-se à proposta do preço de ocupação das Lojas A, B, C, Restaurante e restantes espaços da Fábrica de Santo Thyrsó, conforme Regulamento da Fábrica de Santo Thyrsó.

2- O preço calculado referente ao direito de ocupação dos espaços acima referidos foi obtido a partir de um valor de referência anual por metro quadrado de 50€ para as lojas e restaurante, de 40€ para a Nave Cultural e Industrial e de 20€ para a Praça Multimédia.

3- Àquele valor de referência, foi aplicado um fator de incentivo à instalação, pela redução em 20% para as lojas e em 50% para o restaurante.

4- Considerando que estes espaços beneficiam de gratuidade no ar condicionado (espaços fechados), acesso internet, consumo de água, saneamento, recolha de resíduos, saneamento, condomínio, segurança vídeo e de portaria, exceto o restaurante, o qual pagará água, saneamento e resíduos, foram calculados valores correspondentes a consumos médios para as áreas de cada espaço.

5- O valor de ocupação obtido é constituído, portanto, pelo produto das áreas de cada espaço pelo valor de referência anual, subtraído do valor de incentivo e adicionado do valor média dos bens e serviços disponibilizados gratuitamente e reportado ao mês para os espaços comerciais e ao dia para os restantes.

6- Ao valor mensal obtido para o restaurante será ainda subtraído o valor de 91,67 € correspondente 1/60 avos do investimento de infraestruturação estimado a cargo do ocupante.

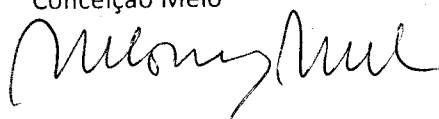
6- Em resumo:

TABELA DE PREÇOS - ANEXO IV

(Custos Ocupação Lojas A, B, C, Restaurante e Espaços Restantes)

	AREAS	VALOR	SERVIÇOS	INCENTIVO	INVEST OCUP	VALOR	OCUPAÇÃO
Loja A	59m2	245,83€	73,44€	49,17€		270,11€	270,00€/mês
Loja B	138m2	575,00€	140,17€	115,00€		600,17€	600,00€/mês
Loja C	108m2	450,00€	115,00€	90,00€		475,00€	475,00€/mês
Restaurante	245m2	1.020,83€	211,28€	510,42€	91,67€	630,03€	630,00€/mês
IMOD							
Nave Cultural Ind	2200m2	241,10€	264,44€			505,54€	500,00€/dia
Praça Multimédia	625m2	34,25€	89,44€			123,69€	125,00€/dia
Área Total	3375m2						

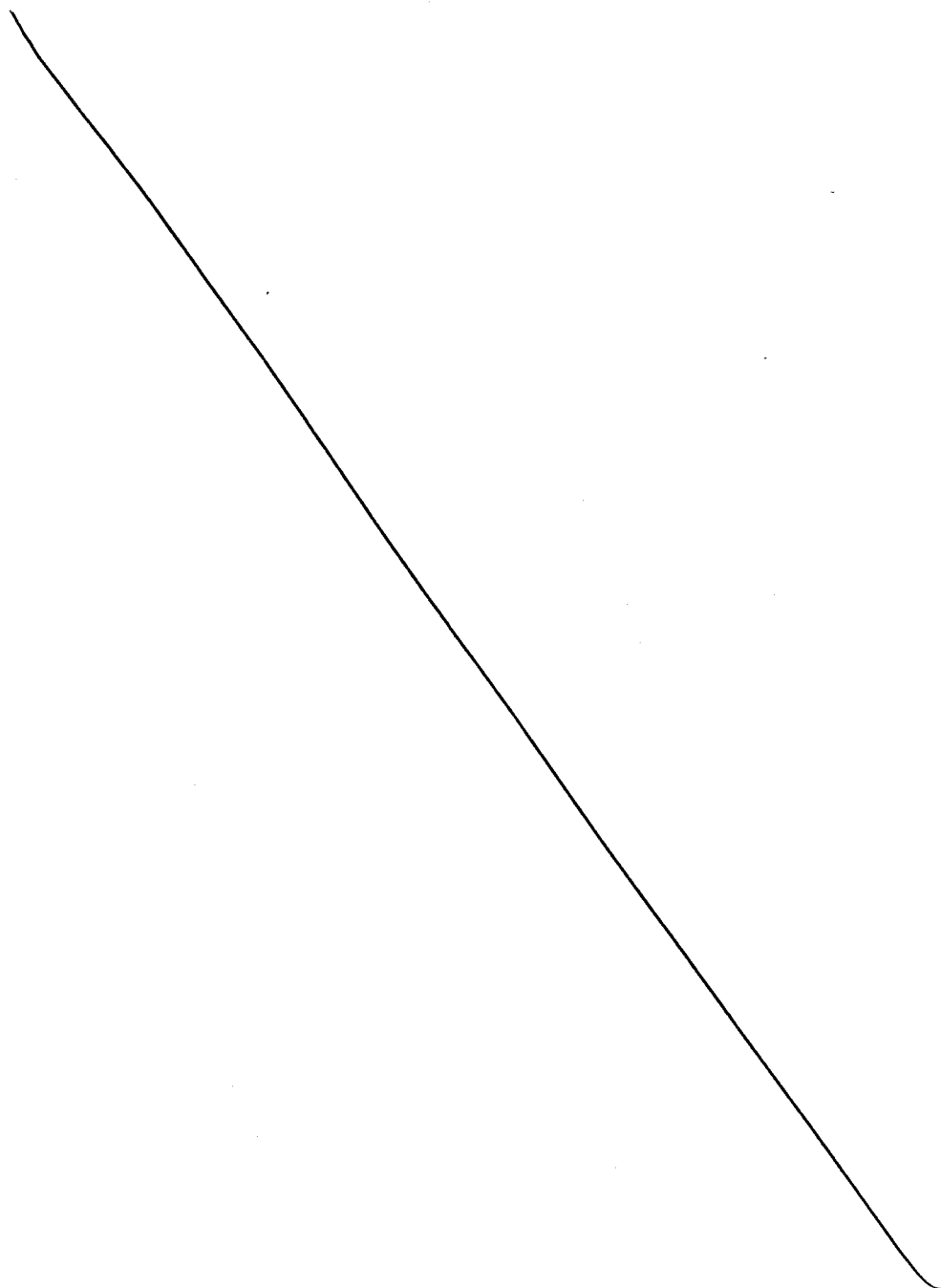
A Chefe de
Gabinete,
Conceição Melo



Rui Rosário,
Assessor



Santo Tirso, 10-12-2012





9. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL (ARTIGOS 4º E 12º): APROVAÇÃO.-----

Presente informação de cinco do corrente mês de dezembro da Divisão Jurídica e do Contencioso, registada com o número II_1091/2012, a comunicar que a proposta de alteração ao regulamento do mercado municipal aprovada por deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de outubro último (item cinco da respetiva ata) não foi objeto de quaisquer reclamações ou sugestões no período de inquérito público, que decorreu desde trinta e um de outubro último a trinta de novembro findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar as seguintes alterações ao Regulamento do Mercado Municipal e submeter a presente deliberação à assembleia municipal para aprovação.-----

São alterados os artigos 4º e 12º, que ficam com a seguinte redação:-----

Art. 4º

1- As lojas ou postos de venda do mercado municipal serão adjudicados mediante arrematação em hasta pública com base no valor que resultar da licitação acima da base estabelecida pelo presidente da câmara, para o que serão afixados editais e publicitados anúncios na imprensa local, com a antecedência mínima de 20 dias, ou mediante negociação direta, no caso de haver um só interessado, por decisão prévia da câmara municipal, para as finalidades pretendidas.

2- Compete ao presidente da câmara municipal decidir qual o procedimento a adotar para adjudicação do direito de ocupação das lojas ou postos de venda do mercado municipal.

3- (Anterior n.º 2).

Art. 12º

(...).

1- O montante único e inicial que resultar da licitação acima da base, sendo pago 50% desse valor nos dois dias subsequentes ao ato da praça e 50% nos dois dias subsequentes à

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 25 Fl. 57
12 de dezembro de 2012

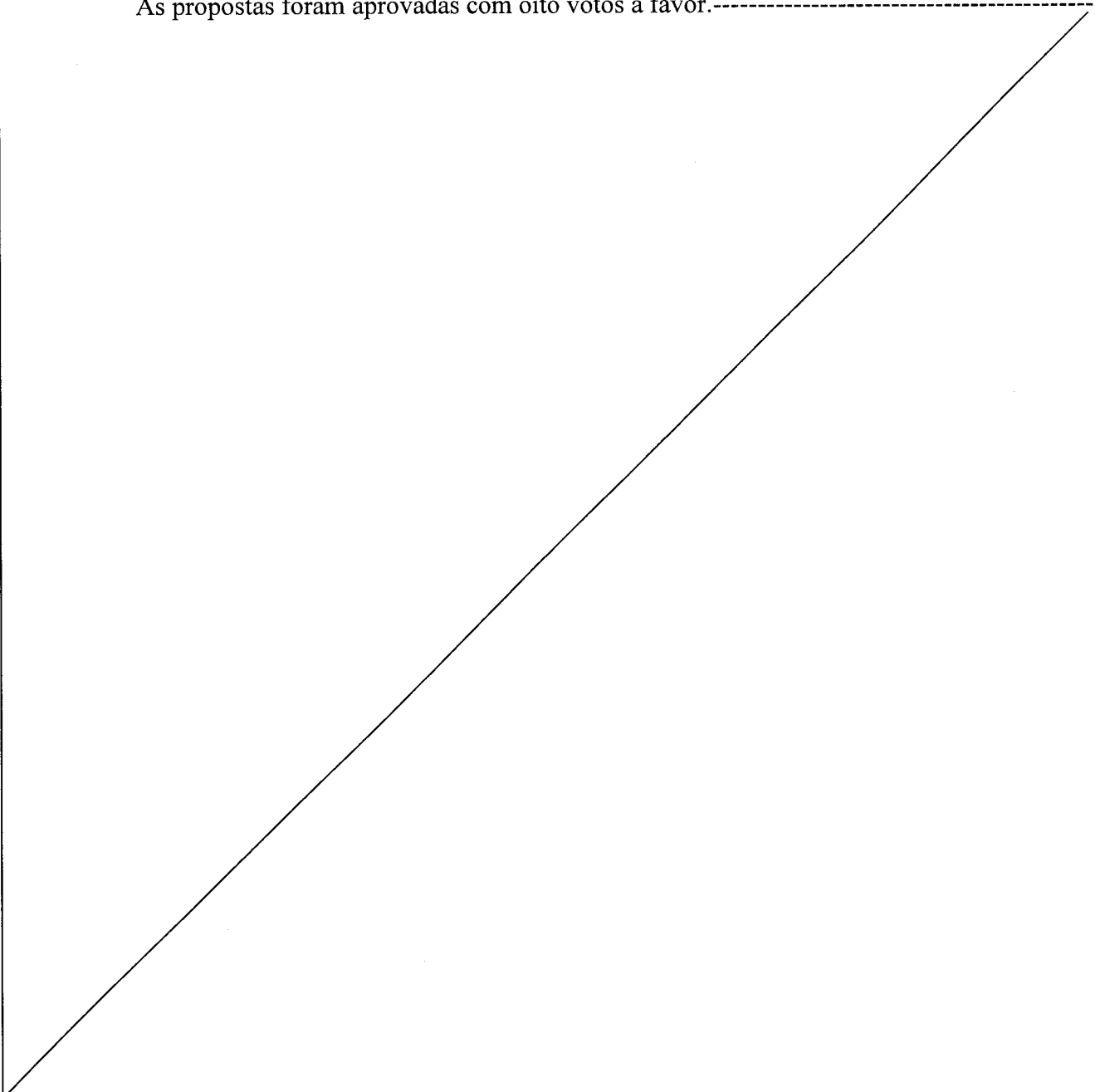
A

7

deliberação que a homologar, ou, no caso de adjudicação por ajuste direto, o montante que resultar dessa negociação.-----

O senhor presidente propôs ainda que as alterações entrem em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicitação no Jornal de Santo Thyrso.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----





A

f

10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO – 12ª ALTERAÇÃO (ALTERAÇÃO DO ARTIGO 7º - IMPLEMENTAÇÃO DO SENTIDO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO NA AVENIDA DE SOUSA CRUZ, FREGUESIA DE AREIAS, DA EN 204 PARA O INSTITUTO NUN'ALVRES.-----

Presente informação da Divisão de Trânsito, de seis do corrente mês de dezembro, a sugerir a alteração do artigo 7º do Regulamento Municipal de Trânsito, nos termos que constam da proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta de alteração tem como objetivo melhorar consideravelmente as condições de circulação na Avenida de Sousa Cruz, freguesia de Areias, desde a EN 204 para o Instituto Nun'Alvres.-----

O senhor presidente propôs, que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito e implementar a mesma de imediato, com a colocação da respetiva sinalização, pelas razões de facto referidas na aludida informação técnica e ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 32º do Regulamento Municipal de Trânsito, remetendo-se a presente deliberação à próxima sessão ordinária da assembleia municipal.

Sem prejuízo da proposta que antecede, a presente proposta de alteração deve ser submetida a inquérito público, pelo período de trinta dias, a efetuar nos termos legalmente previstos.

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a presente proposta.-----

PROPOSTA DE DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO

1 - À redação do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso, aprovado pela Assembleia Municipal em 11 de dezembro de 1996, com a redação dada por aquele órgão deliberativo nas reuniões de 22 de setembro de 1997, 26 de dezembro de 2002, 23 de setembro de 2003, 28 de junho de 2004, 14 de outubro de 2004, 28 de setembro de 2006, 28 de junho de 2007, 27 de setembro de 2007, 25 de fevereiro de 2009, 27 de Abril de 2011 e 12 de setembro do corrente ano, são introduzidas as seguintes alterações:

1.1 Aditar à alínea c) *Ponte-Nascente, ou aproximado*:

Areias

- Albino de Sousa Cruz (Avenida de)

2 – Planta esquemática da alteração a implementar:





11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS DE AMARANTE, AROUCA, BAIÃO, CELORICO DE BASTO, CINFÃES, FAFE, PÓVOA DE LANHOSO, SANTO TIRSO, TROFA E VILA NOVA DE FAMALICÃO, TENDO POR OBJETO AGREGAR OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL NA SOCIEDADE ANÓNIMA ÁGUAS DO NOROESTE, S.A.: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 15/06/2011 (ITEM 3).-----

Presente informação conjunta dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso e da Divisão Jurídica e do Contencioso de onze do corrente mês de dezembro, registada no Sistema de Gestão Documental com o nº II_1102/2012, da qual, para melhor enquadramento do assunto em discussão se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes onze folhas, bem como o gráfico referido na alínea g) do ponto II, que por lapso informático não ficou a constar da mesma informação.-----

Pelo Senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o artigo 8.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabelece que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si, sem prejuízo das suas competências próprias, formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, determinando, no seu n.º 2, que os contratos relativos ao exercício de competências municipais em regime de parceria estabelecem obrigatoriamente o modo de participação das partes na elaboração dos programas e na gestão dos equipamentos ou dos serviços públicos correspondentes, bem como os recursos financeiros necessários.-----

Considerando que a preocupação que subjaz àquela norma, bem como o respetivo modelo de gestão dos serviços, foram reiterados pelo artigo 54.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que



[Handwritten signature and initials]

prevê a celebração de parcerias públicas, permitindo que a administração central e a administração local atuem de forma coordenada na prossecução do interesse público, sem prejuízo das suas competências próprias, mediante prévia definição das competências a exercer em parceria, das obrigações das partes, da duração e do regime de distribuição de custos e de afetação de recursos financeiros.-----

Considerando a necessidade de implementação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 (PEAASAR II), aprovado pelo Despacho n.º 2339/2007, de 28 de dezembro de 2007, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no Diário da República n.º 32, 2.ª Série, de 14 de fevereiro.-----

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril de 2009, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.-----

Considerando que decorre do PEAASAR II, bem como do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, a promoção da integração territorial mais adequada dos sistemas municipais, sem prejuízo do respeito da autonomia local, no sentido da maximização das economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.-----

Considerando a necessidade de resolução eficaz dos problemas de infraestruturação e gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas.-----

Considerando que a celebração de uma Parceria, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, representará para as populações dos concelhos abrangidos uma melhoria da qualidade de vida resultante da realização de importantes investimentos, que se traduzem no incremento da



[Handwritten signature]

universalidade, da continuidade e da qualidade do serviço, com os consequentes benefícios em termos de saúde pública e de proteção do ambiente.-----

Considerando, por outro lado, na atual conjuntura económico-financeira que a instituição da Parceria se traduzirá numa racionalização e contenção de custos com os serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, uma vez que a gestão integrada dos mesmos oferece vantagens indiscutíveis no plano comparativo com os outros modelos de gestão previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, fruto das economias de escala e gama e da adoção consistente de boas práticas de gestão.-----

Considerando que a Parceria prevê um importante plano de investimento, promotor de emprego local, aproveitando a capacidade instalada e a colaboração dos municípios, bem como a candidatura concertada a fundos comunitários numa perspetiva de coesão regional.-----

Considerando que a solução propugnada preserva a gestão pública do serviço e a preservação da autonomia local.-----

Considerando que a livre escolha de uma parceria no que respeita aos serviços públicos em questão pressupõe cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.-----

Considerando que posteriormente à deliberação da assembleia municipal de vinte e oito de junho de dois mil e onze (item seis), mediante a qual foi autorizada a constituição de uma parceria pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, visando a criação do Sistema de Águas da Região do Noroeste, a proposta inicial foi reformulada quanto aos seguintes aspetos:-----

a) Alinhamento com a estratégia de reestruturação do setor das águas definida pelo XIX Governo Constitucional, que se traduz na opção de exploração e gestão conjunta do sistema integrado



de parceria e do sistema multimunicipal, através da mesma entidade gestora;-----

b) Redução de 14 (catorze) para 10 (dez) autarquias envolvidas na criação do Sistema de Águas da Região do Noroeste;-----

c) Revisão do cronograma de investimentos, em face da conjuntura económica e financeira que o País atravessa;-----

d) Atualização dos pressupostos macroeconómicos e de financiamento e a revisão dos montantes de retribuição dos municípios.-----

Propõe-se que a câmara municipal de Santo Tirso delibere revogar a deliberação da câmara municipal de quinze de junho de dois mil e onze (item três), com fundamento na alteração dos pressupostos da constituição da parceria pública;-----

Mais se propõe que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibere apresentar à assembleia municipal as seguintes propostas:-----

1- Revogação da deliberação da assembleia municipal de vinte e oito de junho de dois mil e onze (item seis), com fundamento na alteração dos pressupostos da constituição da parceria pública;

2- Aprovação da constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, mediante a celebração dos seguintes contratos:-----

2.1 Contrato de Parceria Pública e seus anexos, por intermédio do qual os municípios decidem agregar os respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas da Região do Noroeste, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de Santo Tirso previstos no plano de investimentos, nos termos descritos no Anexo II do anexo A da minuta da ata da presente reunião, que faz parte integrante da presente deliberação, e que é constituído por trezentas e oitenta e nove páginas;-----



Handwritten signature or mark.

2.2 Contrato de Gestão e seus anexos, que visam estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, nos termos descritos no Anexo V do referido anexo A, que faz parte integrante da presente deliberação;

3- Autorização, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e da alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, da realização de aumento de capital social na sociedade Águas do Noroeste, S.A. pela subscrição pelo Município de Santo Tirso de 126.697 (cento e vinte e seis mil seiscentos e noventa e sete) ações da categoria C, representativas de 633.485 € (seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e oitenta e cinco euros) do capital social da sociedade Águas do Noroeste, S.A., entidade gestora do Sistema de Águas da Região do Noroeste, nos termos dos estatutos que constituem o Anexo VI do aludido anexo A à presente deliberação e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do Anexo IV do mesmo anexo à presente deliberação, que dela fazem parte integrante;-----

4- Aprovação da minuta de acordo parassocial a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e pelo conjunto dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão, nos termos descritos no Anexo VII do dito anexo A, que faz parte integrante da presente deliberação;-----

5- Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações.-----

Os encargos com a subscrição do aumento do capital social na sociedade anónima Águas do Noroeste, S.A., inerentes à celebração do contrato de parceria pública, têm suficiente dotação



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

orçamental na rubrica com a classificação económica 090702 do orçamento da câmara municipal, e o compromisso inerente à subscrição do aumento do capital social está registado no sistema de contabilidade com o nº 4353/2012, de dez do corrente mês de dezembro.-----

As propostas foram aprovadas com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:---

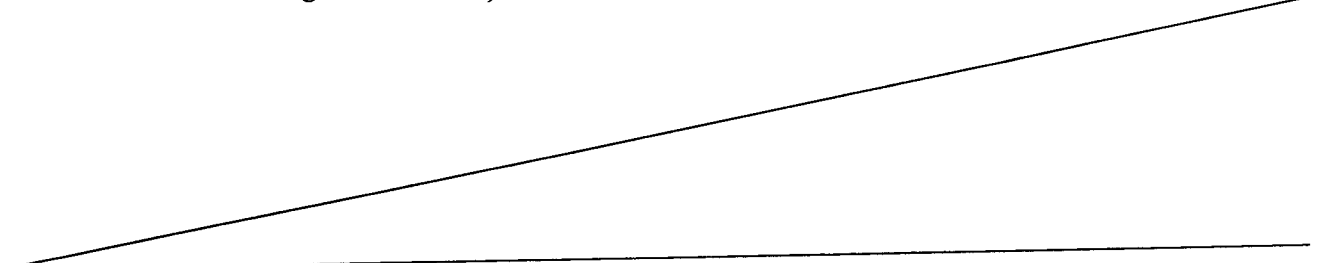
“Os vereadores do Partido Social Democrata abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos relativo à celebração de contrato de Parceria Pública entre o Estado Português e um conjunto de municípios, entre os quais se inclui o município de Santo Tirso por várias ordens de razão:-----

Primeiro, por uma questão de coerência, já que aquando da primeira discussão em sede de câmara desta proposta de Parceria, algumas das dúvidas então colocadas não foram suficientemente esclarecidas, dúvidas que persistem.-----

Segundo, os vereadores do Partido Social Democrata não têm qualquer reserva quanto à necessidade de se criarem estruturas intermunicipais que através de ganhos de escala (é pena que se invoque ganhos de escala só quando dá jeito) para minimizar custos e conseguir melhores resultados nos serviços prestados aos cidadãos.-----

Não obstante, os vereadores do Partido Social Democrata defendem que estas estruturas municipais se enquadrem em estruturas políticas e formas de organização, nomeadamente, no caso de Santo Tirso, na Área Metropolitana, para se garantirem os princípios da subsidiariedade e da solidariedade”.-----

Seguidamente, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----



7- Proposta de celebração de contrato de parceria pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, tendo por objeto agregar os sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas e pedido de autorização da subscrição do aumento do capital social na sociedade anónima Águas do Noroeste, S.A., revogação da deliberação camarária de 15/06/2011 (item 3)

1. A realização dos investimentos na expansão das redes de águas residuais urbanas em “baixa”, não puderam ser realizados pelos Serviços Municipalizados porque a Câmara Municipal não teve acesso fundos comunitários, para a realização das obras;
2. A solução encontrada para a realização dos investimentos terá que passar pela adesão do município à Parceria Pública Estado/Autarquias Locais.
3. A solução encontrada força os municípios a entregar os sistemas de saneamento municipais ao Estado.
4. O estudo técnico elaborado para a Criação dos Sistemas Multimunicipais de Baixa de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte, teve início em Outubro de 2007 e conclusão em Agosto de 2008. O projeto foi ajustado, no final de 2010, ao contexto macroeconómico, na expectativa de alocação de fundos comunitários e à obtenção de tarifas finais ao utilizador mais contidas. Porém, sofreu um grande atraso devido à nova estratégia do Governo.
5. Com a nova estratégia do Governo de reestruturação do setor, foi necessário introduzir alterações ao processo, que conduziram à opção de exploração e gestão conjunta do sistema integrado de parceria com a exploração e gestão do sistema multimunicipal, pelo que foi necessário proceder à reformulação da anterior proposta, que conduziu entre outras alterações à alteração dos Estatutos e dos montantes a subscrever do capital social.
6. Devido ao atraso a que o Processo de Parceria foi sujeito, os investimentos em “baixa” que deveriam ter sido iniciados em 2012 irão deslizar para o Ano 2015.
7. Com a reformulação do Processo de Parceria a participação do município no capital social da sociedade subiu de 599.210,00 € para 633.485 €.
8. Face ao exposto e tendo em conta que houve uma alteração dos pressupostos da constituição da parceria pública é necessário proceder à alteração das deliberações anteriormente tomadas pela câmara municipal, de 15/06/2011 e assembleia municipal de 28/06/2011.
9. A AdP pretende harmonizar os preços (a pagar pelos municípios) em todo o país, a partir de 2014., procedendo à agregação dos sistemas multimunicipais com o argumento de que pretende dar sustentabilidade ao setor.

10. Pretende reduzir as disparidades entre o interior e litoral agregando Águas do Douro e Paiva, Simdouro, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Águas do Noroeste. Será inevitável a subida das tarifas na região do Grande Porto.

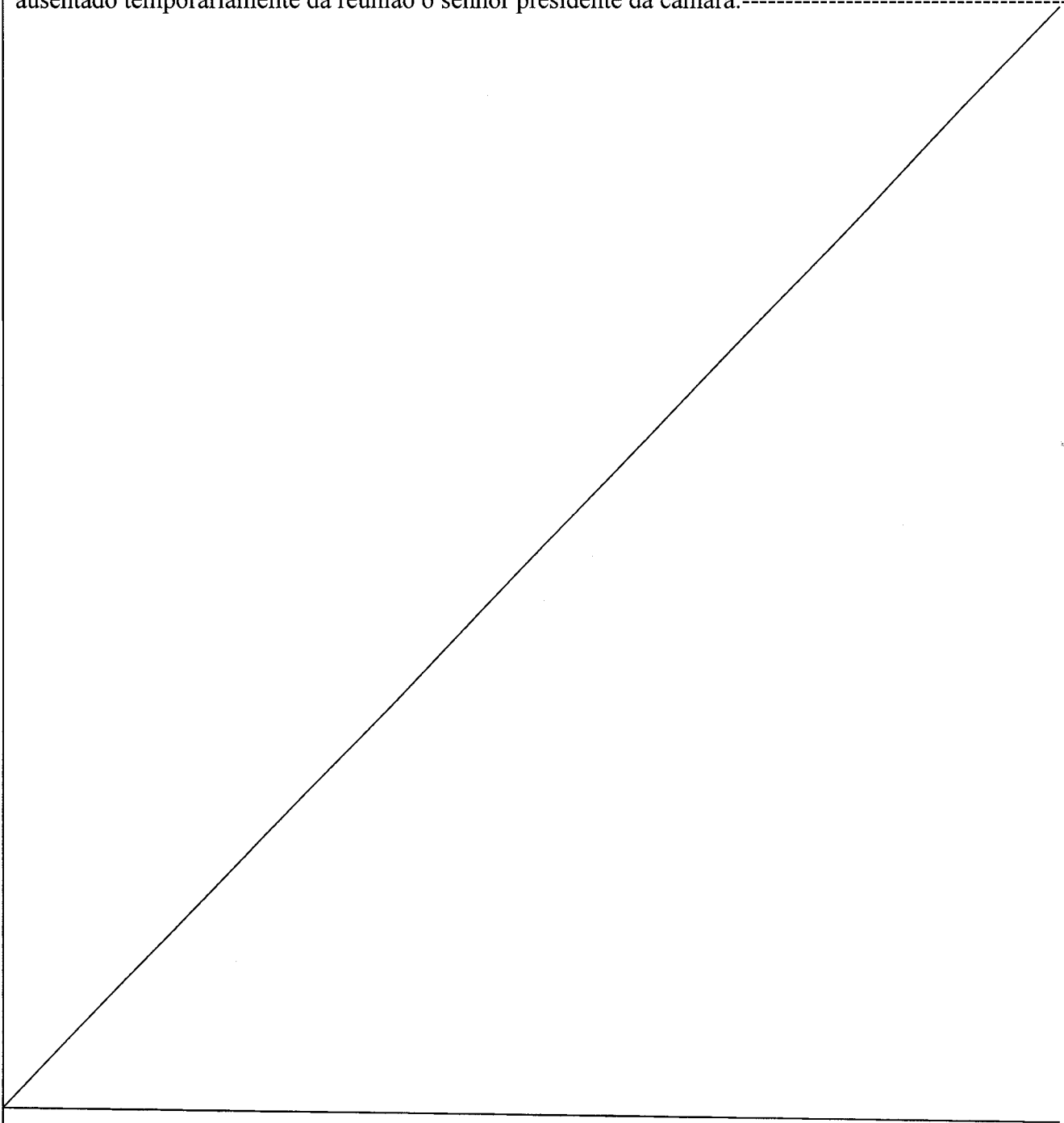
Votamos favoravelmente porque queremos recuperar o atraso de quase dois anos para execução das obras propostas, por paralisação da decisão governamental de apoiar os investimentos com Fundos Comunitários."



A

67

A declaração de voto que antecede foi lida pela senhora vice-presidente, Eng.^a Ana Maria Moreira Ferreira, que a partir deste momento passou a presidir à reunião, em virtude de se ter ausentado temporariamente da reunião o senhor presidente da câmara.-----



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

69

Origem

Assunto

Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão

DESPACHO

2012/12/11

O Presidente

Castro Fernandes

2012/12/11

O Diretor de Departamento

Adriana Magalhães

Informação Superior

Concordo.

O assunto já está agendado para a reunião da câmara municipal de amanhã (item 11 da respetiva ordem do dia).

11/12/2012

O Chefe de Divisão

Diana Salgado, Chefe de Divisão

Informação Superior

I- Enquadramento

1- O estudo técnico elaborado com a designação de "Planos Diretores para a Criação dos Sistemas Multimunicipais de Baixa de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte, Centro e Sul" teve início em Outubro de 2007 e conclusão em Agosto de 2008, nas suas principais componentes.

2- Em Fevereiro de 2009 evoluiu-se para uma nova fase de contactos com os municípios para submeter a proposta aos órgãos competentes de cada um dos municípios.

3- O projeto foi ajustado, no final de 2010, ao contexto macroeconómico, na expectativa de alocação de fundos comunitários e à obtenção de tarifas finais ao utilizador mais contidas.

4- A 12 de Junho de 2012 foi confirmado o interesse de 10 municípios.

5- A nova proposta foi apreciada em reunião conjunta com as partes envolvidas de 31 de Julho de 2012.

6- A minuta do Contrato de Parceria obteve a concordância do Estado, em 2012, através do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, após consulta da ERSAR.

7- A proposta inicial de parceria pública foi reformulada quanto aos seguintes aspetos:

a) Alinhamento com a estratégia de reestruturação do setor das águas definida pelo XIX Governo Constitucional, que se traduz na opção de exploração e gestão conjunta do sistema integrado de parceria e do sistema multimunicipal, através da mesma entidade gestora – Águas do Noroeste, S.A.;

b) Redução de 14 para 10 autarquias envolvidas na criação do Sistema de Águas da Região do Noroeste – Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Bastos, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão.

Sairam os municípios de Castelo de Paiva, Mondim de Basto, Vieira do Minho e Vila Verde.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

70

Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

c) Revisão do cronograma de investimentos, em face da conjuntura económico-financeira que o País atravessa;

d) Atualização dos pressupostos macroeconómicos e de financiamento e a revisão dos montantes de retribuição dos municípios.

8- Nesse pressuposto, propõe-se, no âmbito da constituição da parceria:

- Que a gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste seja assegurada pela mesma entidade gestora do sistema multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Noroeste, ou seja, Águas do Noroeste, S.A. (e que não seja constituída uma nova sociedade gestora, como inicialmente previsto – "Águas da Região do Noroeste, S.A.);
- A subscrição do aumento do capital social da sociedade Águas do Noroeste, S.A., entidade gestora, no montante de € 17.700.000 (aumento de 30% do capital inicial), a realizar pelo Estado e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão.
- Este aumento de capital irá acrescer ao atual capital social da sociedade totalizando o montante de € 87.700.000.

9- Os níveis de cobertura são os seguintes:

a) Níveis de cobertura atuais:

- Água – 78,2%;
- Águas Residuais urbanas – 57,2%

b) Níveis de cobertura previstos:

- Água do sistema multimunicipal – 88,9%
- Águas Residuais urbanas do sistema multimunicipal – 73,3%

c) Objetivo de Cobertura para o país:

- Água – 95%
- Águas Residuais urbanas – 90%

10- As referidas alterações à proposta inicial da constituição da parceria implicaram alterações em todos os seus documentos.

II- Contrato de Parceria

1- Em termos do contrato de parceria, e em traços gerais, importa ressaltar os seguintes aspetos:

a) Objeto – O contrato terá por objeto social a exploração e gestão, em regime de exclusivo, dos serviços de águas relativos ao Sistema, compreende a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais, nos termos previstos nos Anexo I e II. Contempla ainda o tratamento e rejeição de efluentes nas infraestruturas que, em qualquer caso, os municípios integrem, mesmo que fora do âmbito geográfico definido nos sistemas multimunicipais identificadas no Anexo I e II.

O referido conjunto de infraestruturas pode ser ampliado com o acordo da entidade gestora da parceria (EGP), se existirem razões de interesse público que o justifiquem, respeitando o limite previsto na parte final do parágrafo anterior, e mediante parecer prévio favorável da Comissão de Parceria (cláusula 3ª).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

Origem

Assunto

Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

b) Prazo – O contrato da parceria cessa no termo de vigência do contrato de concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste (o prazo do contrato de concessão da Águas do Noroeste é de 50 anos, a contar do dia 01/07/2010).

Em caso de substituição do sistema multimunicipal, o Contrato de Parceria mantém-se em vigor por referência ao novo sistema que vier a ser constituído, devendo as partes acordar nas alterações de adaptação contratual que se mostrem necessárias (cláusula 10ª).

Porém, foi considerado um período de projeção de 50 anos, com a atividade operacional a iniciar-se em 1 de janeiro de 2014, conforme no Estudo de Viabilidade Económico-financeira (EVEF).

c) Investimento - O investimento no âmbito da Parceria, a preços de 2012, é o seguinte:

- Investimento inicial até 2022 – €113,2 milhões;
- Investimento de renovação - € 114,50 milhões;
- Investimento de substituição - € 56 milhões;
- Subsídios ao investimento – € 62,9 milhões (comparticipação do POVT a fundo perdido);
- Financiamento bancário de médio longo prazo - € 45 milhões (Banco de Investimento Europeu).

d) Infraestruturas - Os municípios, parceiros obrigam-se a ceder as infraestruturas municipais mediante "Contratos de Cedência de Infraestruturas" (cláusula 7ª).

e) Retribuição aos Municípios - (corresponde a 4,2% do volume de negócios – € 48 milhões).

Prevê-se o pagamento de uma retribuição aos municípios, pela cedência das infraestruturas, após a realização dos contratos de cedência das infraestruturas.

O município de Santo Tirso, terá direito a 11,002% de repartição percentual da retribuição total (€ 5,28096 milhões).

O pagamento está previsto efetuar-se nos seguintes moldes:

- Uma parte será paga anualmente em duas prestações.
- A outra parte até ao limite de 40% atualizado, será paga nos primeiros 5 anos da seguinte forma:

25% Com a celebração do Contrato de Gestão - antecipação (Previsto ocorrer em finais do ano 2013 e princípios de 2014)	€ 1,32024 Milhões
25% Com a consignação das infraestruturas	€ 1,32024 Milhões
50% Até final do 3º ano de atividade (final do ano 2016)	€ 2,604048 Milhões
Total	€ 5,28096 Milhões

(Cláusula 23ª do contrato de parceria e respetivo Anexo V).

f) Período de Instalação ou Transição – Prevê-se um período de instalação de 6 meses, a contar da assinatura do Contrato de Gestão (cláusula 14ª).

g) Tarifário – A convergência dos diferentes tarifários municipais para a tarifa da parceria far-se-á no período 2014 a 2018.

Estão previstos dois períodos de tarifários:

O primeiro período – coincide com a realização dos investimentos, e dura 10 anos, decompondo-se em 2 subperíodos, cada um com 5 anos.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

72

Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

No 1º subperíodo, designado por período de convergência tarifária, que decorre desde 2014 a 2018, efetua-se a convergência dos tarifários municipais com o tarifário a vigorar em 2018. No final do período de convergência tarifária o défice de gastos ascenderá a cerca de 23 milhões.

Para o 2º subperíodo tarifário foram calculadas tarifas de equilíbrio, considerando a recuperação de 50% dos desvios gerados no período anterior de convergência tarifária (cláusula 22ª).

O segundo período - decorre desde o termo do primeiro período tarifário até ao termo do contrato de gestão, dividido em subperíodos de 5 anos. Neste período considera-se que será recuperada no primeiro subperíodo tarifário do segundo período os restantes 50% dos desvios gerados.

Os tarifários são quinquenais e serão aprovados pela comissão de parceria (CP).

Tarifa média a preços de 2012

	No presente projeto	No projeto anterior
Água	1,53 €/m3	1,55 €/m3
Saneamento	1,57 €/m3	1,57 €/m3

O gráfico seguinte apresenta a evolução das tarifas a aplicar a preços constantes de 2012.

h) Revisão das tarifas - A atualização anual do tarifário far-se-á por aplicação da fórmula de cálculo do índice de atualização tarifária, conforme consta do Anexo VII ao Contrato de Parceria.

No terceiro ano do período de convergência tarifária e caso os tarifários praticados não permitam concretizar, ao longo do mesmo período, o objetivo da convergência tarifária, a EGP pode solicitar à Comissão de Parceria (CP) uma revisão excecional do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira em vigor, nos termos que se mostrarem necessários para salvaguardar esse objetivo.

As tarifas para os subperíodos tarifários subsequentes ao período de convergência tarifária são revistas quinquenalmente, com início no quinto ano da atividade.

As revisões quinquenais, previstas, são efetuadas a preços constantes, pretendendo ajustar os pressupostos económicos dos tarifários a aplicar no quinquénio subsequente à realidade do Sistema

O disposto anteriormente não impede que a EGP, durante o primeiro período tarifário e sempre que circunstâncias excecionais associadas à atividade e aos resultados alcançados o justifiquem, solicite à CP a revisão excecional do EVEF em vigor (cláusula 24ª).

i) Denúncia - A denúncia do Contrato de Parceria por qualquer uma das partes, só poderá ocorrer desde que tenham decorrido 10 (dez) anos sobre a data da celebração do contrato de gestão (Cláusula 32ª). A transmissão do capital social subscrito, em caso de denúncia, far-se-á de acordo com a fórmula que consta do ANEXO VIII

j) Contrato de Gestão - Os outorgantes devem celebrar com a EGP um contrato de gestão, no prazo máximo de três meses após a assinatura do Contrato a celebrar entre os Municípios e o Estado (Cláusula 13.ª).

k) Comissão de Parceria - o cumprimento do contrato de gestão será assegurado pela Comissão de Parceria (CP).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

73
Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão
A CP é composta por 5 (cinco) membros, sendo dois representantes indicados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), dois representantes indicados pelos municípios e o quinto, que preside, é indicado por ambas as partes (Cláusula 12.ª).

l) Caducidade- O Contrato de Parceria caduca nas seguintes situações:

- No termo do seu prazo de vigência;
- Quando a EGP deixe de integrar o sector empresarial do Estado, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto (Cláusula 33.ª).

m) Recursos Humanos- Os trabalhadores diretamente afetos aos sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas podem, por recurso às figuras jurídicas que a lei prever, exercer funções na EGP (Cláusula 35.ª).

n) Reequilíbrio económico-financeiro- Sem prejuízo da revisão quinquenal dos pressupostos económico-financeiros e do EVEF, há lugar ao reequilíbrio em qualquer ano do segundo período tarifário caso se verifique um desvio acumulado igual ou superior a 5% e, no caso de os desvios não serem imputáveis às concessionárias dos centros de exploração (está prevista a concessão dos centros de exploração), devendo, nesse caso, a EGP acionar os mecanismos tendentes ao ressarcimento dos danos e à compensação dos lucros cessantes.

A reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato de gestão, far-se-á mediante uma das seguintes modalidades:

- Revisão do tarifário aplicável;
- Prorrogação do prazo da Parceria;
- Compensação direta pelos Municípios a cujos sistemas municipais seja imputado o desvio referido no número seguinte;
- Alteração da retribuição prevista na Cláusula 21.ª;
- A alteração do plano de investimentos global, no respeito dos princípios da equidade e da proporcionalidade;
- Combinação das medidas anteriormente referidas (Cláusula 26.ª).

2- Do Contrato de Parceria fazem parte os seguintes anexos:

Anexo I - Plano de investimentos;

Anexo II - Infraestruturas municipais a ceder pelos Municípios à EGP;

Anexo III - Regulamento de funcionamento da Comissão da Parceria;

Anexo IV - Estudo de viabilidade económico e financeiro da Parceria;

Anexo V - Fórmula de cálculo da retribuição;

Anexo VI - Modelo de convergência tarifária;

Anexo VII - Fórmula de cálculo do índice de atualização tarifária;

Anexo VIII - Fórmula para transmissão do capital social subscrito em caso de resolução unilateral ou denúncia do contrato de gestão.

III- Contrato de Gestão

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

74

Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

1- O contrato de gestão a celebrar entre o Estado Português, os Municípios e a empresa Águas do Noroeste, S.A., tem por objeto estabelecer os termos e os objetivos da exploração e da gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, a realizar pela entidade gestora da parceria (EGP).

2- No âmbito do contrato de gestão a celebrar, serão regulados os seguintes aspetos:

A atividade da EGP respeitante à gestão dos serviços de águas fica sujeita a regulação nos termos da lei.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, a EGP deve submeter à apreciação da entidade reguladora do setor (ERSAR), até maio do último ano do subperíodo tarifário e para efeitos de avaliação sobre a conformidade do tarifário com a regulamentação e legislação em vigor, o projeto tarifário para o subperíodo seguinte, a qual integra os planos de atividade, de investimento e financeiros quinquenais, com a desagregação da informação relativa à atividade da Parceria.

Os tarifários devem ter em conta o disposto na regulamentação setorial em matéria tarifária, sem prejuízo do cumprimento dos critérios de progressividade da convergência tarifária e dos critérios aplicáveis ao desvio de recuperação de gastos acordados no presente Contrato, os quais se afiguram indispensáveis à sustentabilidade económico-financeira da Parceria.

Os documentos a que se referem as alíneas a), b), c), d), h), i) do n.º 4 da Cláusula 15.ª e as deliberações relativas à concessão de centros de exploração e às respetivas condições devem ser levados ao conhecimento da entidade reguladora do setor na mesma data em que sejam enviados à CP nos termos previstos na Cláusula 15.ª.

3- Do presente Contrato de gestão fazem parte os seguintes anexos:

- Anexo I – Plano de investimentos;
- Anexo II – Infraestruturas municipais a ceder pelos Municípios à EGP;
- Anexo III – Contratos de fornecimento e de recolha celebrados com a concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste;
- Anexo IV - Regulamento de funcionamento da Comissão da Parceria;
- Anexo V - Fórmula de cálculo da retribuição;
- Anexo VI - Estudo de viabilidade económico e financeiro da Parceria;
- Anexo VII – Modelo de convergência tarifária;
- Anexo VIII – Fórmula de cálculo do índice de atualização tarifária;
- Anexo IX – Indicadores e referenciais de qualidade do serviço;

IV- Estatutos da Sociedade “ Águas do Noroeste, S.A.”

1- A sociedade tem por objeto social a exploração e gestão dos seguintes sistemas:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Noroeste;
 - Sistema de águas da região do Noroeste, que resulta da parceria a constituir entre o Estado e os municípios de Santo Tirso, Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Bastos, Cinfães, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Trofa e Famalicão.
- Na exploração e gestão encontram-se incluídos: o projeto, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e das infraestruturas, bem como a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários para o desenvolvimento das atividades previstas no número anterior.

2- O reforço do capital social é de 17.700.000 euros, que representa um aumento de 30%, (a subscrever 51% pela AdP e 49% pelos Municípios).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

Origem

75

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

3- O capital social atual (Águas do Noroeste) importaria em € 70.000.000, sendo que 64.854.250 euros já se encontra realizado e € 5.145.750 encontra-se por realizar. Com a parceria o capital social será reforçado montante de € 5.145.750 a realizar pelos municípios que integram a parceria, pelo que o capital social será de € 87.700.000.

4- O reforço de € 17.700.000 (em dinheiro), efetuar-se-á da seguinte forma:

- 30% com a data da assinatura do contrato (€ 5,31 milhões);
- 20% como início da atividade (€ 3,54 milhões);
- 50% em 2016 (€ 8,9 milhões).

5- Pelo Município de Santo Tirso, o valor a realizar será de € 633.485,00.

6- São titulares das ações da sociedade, o conjunto de municípios que perfazem o total de 49% do capital social com direito a voto, e a AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A., com 51% do capital social com direito a voto.

7- A subscrição de ações da categoria A e da categoria C é reservada aos acionistas titulares de ações do mesmo tipo.

As ações da categoria A e C são nominativas, não se podendo converter ao portador. São ações a realizar com subscrição do capital social pela AdP e Municípios Parceiros.

As ações da categoria A podem ser convertidas em ações da categoria B mediante deliberação da assembleia geral. No entanto, as ações das classes A e C terão que representar sempre 51%.

Os detentores das ações de classe C são a AdP e os Municípios que integram a Parceria.

As ações da classe B, são ações ao portador, ou seja podem ser adquiridas por qualquer entidade singular ou coletiva. Os acionistas das ações da categoria A têm direito de preferência sobre a alienação das ações nominativas das ações da categoria B.

8- Se algum dos acionistas das categorias A e C não exercer o direito previsto no n.º 3, podem as ações serem subscritas por qualquer um dos outros acionistas da mesma categoria de ações.

9- São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas.

10- Os membros da mesa da assembleia geral e dos demais órgãos sociais são eleitos em assembleia geral por períodos de três anos, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes nos termos da lei, contando-se como completo o ano civil em que foram eleitos.

11- O Conselho de administração da sociedade é composto por 5 a 13 membros. Os membros do conselho de administração que não possam estar presentes na reunião podem, em caso de deliberação considerada urgente pelo presidente, expressar o seu voto por via postal, telecópia ou eletrónica, dirigida a este.

12- Compete à assembleia geral eleger de entre os membros do conselho de administração o respetivo presidente. A cláusula 12ª fixa as regras especiais de eleição, assim:



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

76

Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

Uma minoria de acionistas que tenha votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores tem direito a designar um administrador, contando que essa minoria represente pelo menos 10% do capital social. No caso do conselho de administração ser composto por, pelo menos, cinco administradores, se a minoria prevista no número anterior representar, pelo menos, 49 % do capital social, tem direito a designar mais um administrador, além do administrador eleito.

Em qualquer caso, um terço do número de membros do conselho de administração, com um mínimo de 2 e um máximo de 4, terá que, necessariamente, ser eleito com o voto favorável da maioria dos acionistas titulares de ações da categoria C.

13- Os acionistas com direito de voto podem participar nas assembleias gerais, desde que as suas ações estejam registadas ou, no caso de ações ao portador não registadas, depositadas numa instituição de crédito ou na sociedade até 10 dias antes daquele em que a assembleia geral deva reunir em primeira convocatória.

A representação de acionistas em assembleia geral pode fazer-se em qualquer pessoa, sendo instrumento suficiente de representação uma carta dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

14- O conselho de administração pode delegar num administrador ou numa comissão executiva composta por três a oito administradores, a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação de delegação fixar os limites da mesma.

V- Acordo Parassocial

1- O Acordo a celebrar entre a AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. e os Municípios, estabelece que:

a) As partes acordam que 2% do volume de negócios da atividade de exploração e gestão, em regime de parceria, do Sistema de Águas da Região do Noroeste será pago à AdP, como contrapartida pelos serviços de administração, gestão e assistência técnica.

b) No que diz respeito ao mandato dos órgãos sociais da Sociedade em curso 2010 - 2012, aos Municípios é reconhecido apenas o direito a nomear 1 ou 2 administradores que completarão este mandato, adicionalmente aos que já se encontram em funções, passando o Conselho de Administração a ser constituído por 11 ou 13 administradores até ao final do referido mandato.

c) O Anexo I ao acordo estabelece a repartição do capital social, bem como o plano de realização desse capital social.

VI – Aplicação da Parceria Pública ao Município de Santo Tirso

1-Tendo em conta que a gestão do abastecimento público de água do município de Santo Tirso se encontra concessionado à Indaqua, em regime de exclusividade, apenas se prevê, no que se refere a Santo Tirso, a integração no referido sistema, do saneamento.

2- Está previsto na cláusula 1ª, ponto 5 do Contrato de Parceria, que enquanto durar a concessão dos sistemas de abastecimento de água de Santo Tirso, serão agregados exclusivamente os sistemas de águas residuais urbanas, existindo a possibilidade de integração da água no final da concessão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

3- No caso de Santo Tirso, em que se encontram concessionados os sistemas de abastecimento de água, o Município, a Concessionária (INDAQUA) e a EGP (entidade gestora da parceria) devem celebrar protocolos relativos à faturação e cobrança e de reporte periódico da informação (cláusula 1ª, ponto 4 do contrato de parceria).

4- Os Municípios devem adotar as diligências necessárias para que, no período de transição, se proceda à concretização das posições contratuais, designadamente quando estiverem em causa contratos celebrados com associações de municípios, como é o caso da AMAVE (ponto 6 da cláusula 5ª do contrato de parceria).

5- Os consumos mínimos vão ser regulados nos contratos de gestão, tendo em conta o dever legal da separação contabilística de atividades (ponto 2 da cláusula 6ª do contrato de parceria).

6- A extensão de rede a construir é de 59,7 quilómetros. Está previsto um aumento de cobertura de 14,5%. No entanto, o diagnóstico da situação atual está desatualizado, pois, entretanto, foram executadas obras não consideradas, pelo que os estudos técnicos e económicos carecem de ajustamentos, tal como é referido no ponto 5.1.1 do Programa Técnico (página 16 a 43).

Assim, embora o estudo possua a data de outubro de 2012, encontra-se desatualizada a informação contida:

- No Quadro 3 - Cobertura e atendimento de serviço de saneamento de Águas Residuais Urbanas.
- Situação atual e informação contida no Quadro 10 sobre os níveis de cobertura que constam da página 29 de 43.
- O "Anexo III- PROGRAMA TÉCNICO DA PARCERIA" ao Contrato está desatualizado embora date de outubro de 2012 conforme foi atrás referido.

No processo de parceria anterior, o investimento previsto realizar entre 2012 e 2020 em Santo Tirso a preços de 2007, totalizava 7.239.893,00 €.

7- Devido às alterações introduzidas no processo, nomeadamente à opção de gestão conjunta e à atualização dos pressupostos macroeconómicos e de financiamento, o processo alterou a calendarização dos investimentos, prevendo para o mesmo período, a preços de 2012, um investimento que totaliza 7.900.00 €, em Santo Tirso que se traduz num acréscimo da taxa de cobertura de 7% em 2015 e de 7% em 2020.

8- O município de Santo Tirso, terá direito a 11,002% de repartição percentual da retribuição total (€ 5,28096 milhões)

9- O montante total do capital social a subscrever por Santo Tirso, importa em 633.485,00 €.

10- A subscrição do capital social de Santo Tirso far-se-á da seguinte forma:

30%		Previsto
com a	190.045,50	até julho
celebração	€	de 2013
do		
Contrato		
de		
Gestão		

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

78

Origem

Assunto Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão

20% com o início da atividade e entrega das infraestruturas	126.697,00 €	Previsto janeiro de 2014
50% até final do 3º ano de atividade	633.485,00 €	Previsto dezembro de 2016
Total	633.485,00 €	

11- Será abrangido pela Parceria o trabalho de Limpeza de fossas sépticas particulares e recolha e transporte das respetivas lamas e águas residuais, até então assegurada pela Divisão dos Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Santo Tirso.

VII – Procedimentos a seguir face à alteração dos pressupostos da constituição da parceria pública

1- Por deliberação da assembleia municipal de 28 de junho de 2011 (item 6), sob proposta da câmara municipal tomada em reunião ordinária de 15 de junho de 2011 (item 3), foi autorizado que o Município de Santo Tirso celebrasse um contrato de parceria pública, nos termos do disposto no DL n.º 90/20009, de 9 de abril, com o Estado português e os seguintes municípios: Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Mondim de Basto, Póvoa do Lanhoso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde.

2- Mais foi deliberado autorizar a participação do município no capital da sociedade anónima a constituir – Águas da Região do Noroeste, S.A. - no montante de 599.210,00€, correspondente a 119.842 ações da classe A, no valor nominal de 5,00€ cada, sendo o seguinte o plano de realização do capital social:

- 2011 – 179.762,96€ (Aquando da constituição e assinatura do contrato de gestão);
- 2012 – 119.841,97€ (Aquando da consignação IE e início da atividade (janeiro de 2012));
- 2014 – 299.605,07€ (No final do 3º ano de atividade - dezembro de 2014).

3- O contrato de parceria pública ainda não foi celebrado e, como tal, ainda não se procedeu à transferência de qualquer verba pelo Município de Santo Tirso.

4- Prevê-se, agora, a subscrição de 126.697 ações da classe C, representativas de 633.485 € no capital social da sociedade "Águas do Noroeste, S.A".

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Referência externa
11.293/2012

Registo N.º
II_1102/2012

Data de Entrada
2012-12-11

79

Origem

Assunto

Parceria Pública entre o Estado Português, as Águas do Noroeste e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa e Vila Nova Famalicão

5- Face ao exposto e tendo em conta que houve uma alteração dos pressupostos da constituição da parceria pública propõe-se a alteração das deliberações anteriormente tomadas pela câmara municipal e assembleia municipal, nos termos da minuta que se anexa à presente informação.

6- Os encargos com a subscrição do aumento de capital na sociedade anónima "Águas do Noroeste, S.A.", inerentes à celebração do contrato da parceria pública, encontram-se cabimentados com a classificação económica 090702 do orçamento da Câmara, no qual tem suficiente dotação, e o compromisso inerente à celebração do referido contrato está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2012/4353.

7- Do dossiê que contém a Proposta fazem parte os seguintes anexos:

Documento enquadrador da Parceria

Anexo I – Resumo das alterações face à proposta de Parceria de 2011

Anexo II- Proposta de minuta do Contrato de Parceria

Anexo III – Programa Técnico da Parceria

Anexo IV – Estudo de viabilidade económica e financeira da Parceria

Anexo V – Proposta de minuta do Contrato de Gestão

Anexo VI – Proposta de minuta da alteração dos Estatutos da Entidade Gestora da Parceria

Anexo VII – Proposta de minuta do Acordo Parassocial entre os acionistas da Entidade Gestora da Parceria

Anexo VIII – Proposta de deliberação dos órgãos autárquicos

Anexo IX – Suporte digital dos documentos da Parceria

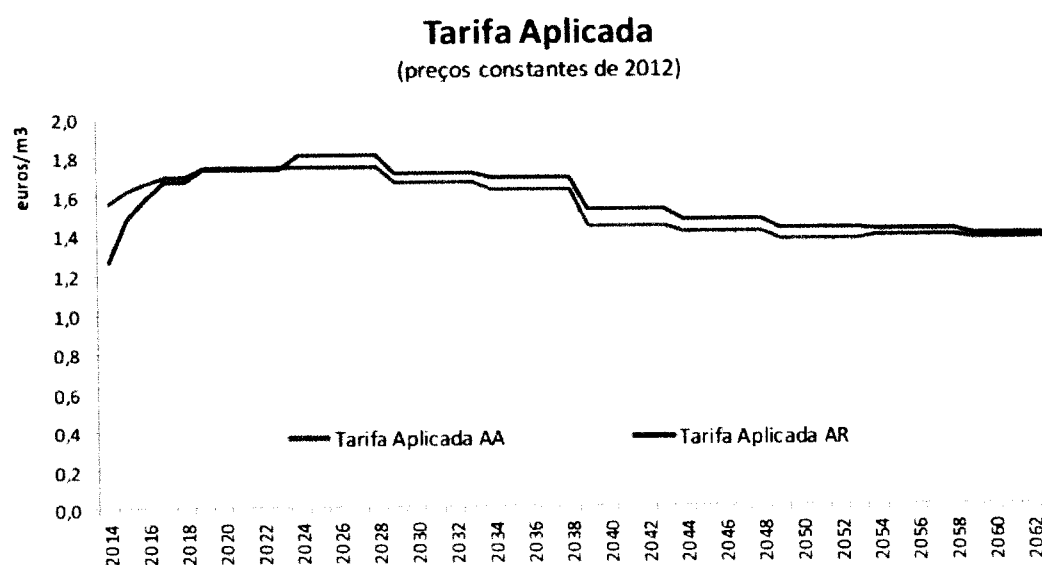
8- Conforme dispõe o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Sociais, "O ato de aquisição de participações locais está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à aquisição", pelo que deverá o Município de Santo Tirso submeter à fiscalização prévia do Tribunal de Contas a aquisição de 126.697 ações da categoria c, representativas de 633.485 € do capital social da Sociedade Águas do Noroeste, S.A.

9- A aquisição da referida participação local está também sujeita a comunicação, pelo Município de Santo Tirso, à Inspeção Geral de Finanças e à Direção Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 dias, conforme dispõe o n.º 2 do referido artigo 54.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.



A
h

O gráfico seguinte apresenta a evolução das tarifas a aplicar a preços constantes de 2012.





12. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10- 0241 - FEDER – 000324 DESIGNADA POR “PROGRAMA DE ANIMAÇÃO DO PARQUE URBANO DA RABADA, DO PERCURSO PEDONAL E DA NAVE CULTURAL”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil quatrocentos e sessenta e um, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em três de dezembro de dois mil e dez, ratificado pela câmara municipal em reunião de doze de janeiro de dois mil e onze (item 12 da respetiva ata) passou de 323 361,95€ (trezentos e vinte e três mil trezentos e sessenta e um euros e noventa e cinco cêntimos) para 343 572,07€ (trezentos e quarenta e três mil quinhentos e setenta e dois euros e sete cêntimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 60 630,36€ (sessenta mil seiscentos e trinta euros e trinta e seis cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Handwritten signature or mark.

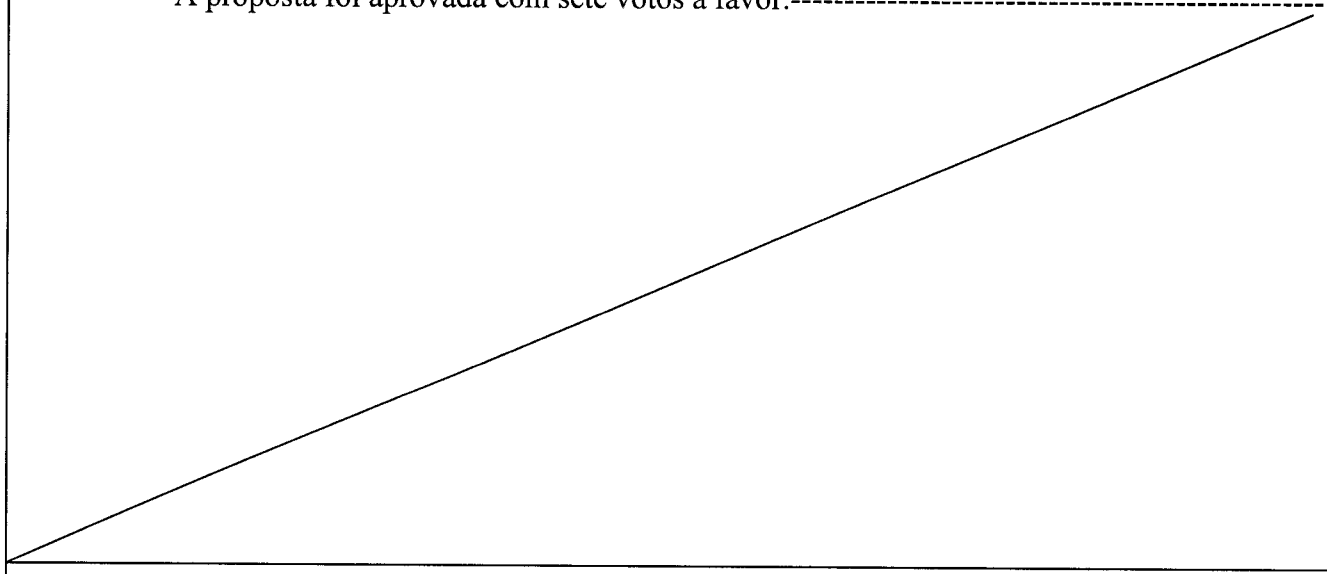
13. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10 - 0241 - FEDER – 000344 DESIGNADA POR “GESTÃO DO PROGRAMA E ANIMAÇÃO DA PARCERIA”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil quatrocentos e sessenta e quatro, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em três de dezembro de dois mil e dez, ratificado pela câmara municipal em reunião de doze de janeiro de dois mil e onze (item onze da respetiva ata) passou de 101.472,92 € (cento e um mil quatrocentos e setenta e dois euros e noventa e dois cêntimos) para 107.814,97 € (cento e sete mil oitocentos e catorze euros e noventa e sete cêntimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 19.026,17 € (dezanove mil e vinte e seis euros e dezassete cêntimos).--

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





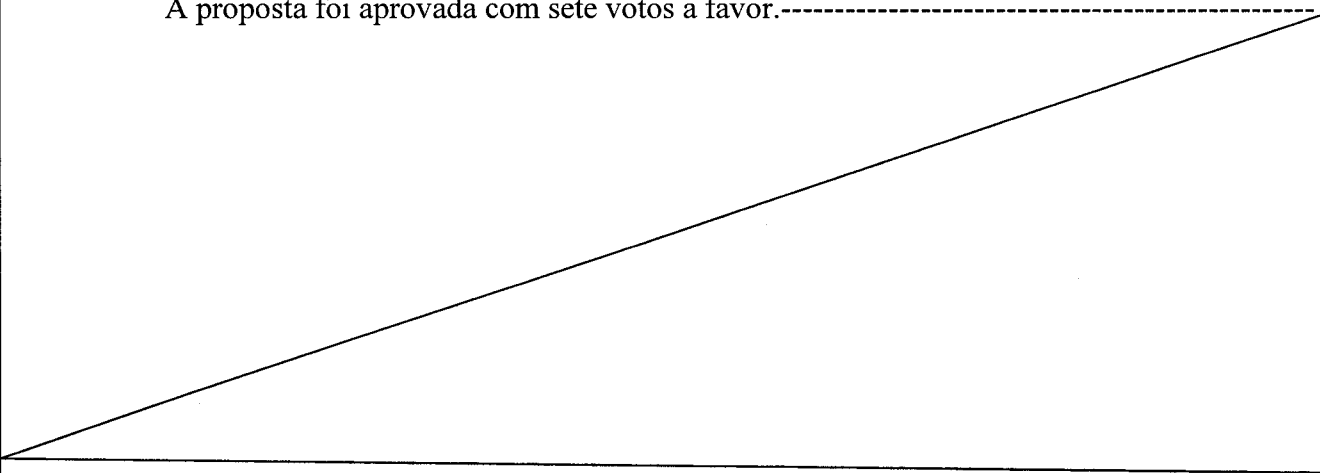
14. ADENDAS AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 09 – 0448 – FEDER – 000127 DESIGNADA POR “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS – CALDAS DA SAÚDE”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e três de novembro findo, anexa aos ofícios do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registados com os números nove mil trezentos e setenta e oito e onze mil oitocentos e sessenta e dois, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação, bem como a aprovação de reprogramação temporal da candidatura, com termo para vinte e oito de março de dois mil e treze.----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em oito de setembro de dois mil e nove, ratificado pela câmara municipal em reunião de cinco de novembro do mesmo ano (item dez da respetiva ata) passou de 708.264,88 € (setecentos e oito mil duzentos e sessenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos) para 860.035,92 € (oitocentos e sessenta mil e trinta e cinco euros e noventa e dois cêntimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 151.771,05 € (cento e cinquenta e um mil setecentos e setenta e um euros e cinco cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar as Adendas ao referido Contrato de Financiamento, das quais se anexam cópias à ata da presente reunião e ficam a fazer parte integrante, constituindo os anexos V e VI da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





15. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10- 0241 - FEDER – 000349 DESIGNADA POR “PERCURSO PEDONAL DAS MARGENS DO AVE”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e sete de novembro findo, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil quatrocentos e sessenta, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em três de dezembro de dois mil e dez, ratificado pela câmara municipal em reunião de doze de janeiro de dois mil e onze (item nove da respetiva ata) passou de 3.663.751,92 € (três milhões seiscentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos) para 3.892.736,42 € (três milhões oitocentos e noventa e dois mil setecentos e trinta e seis euros e quarenta e dois cêntimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 686.953,48 € (seiscentos e oitenta e seis mil novecentos e cinquenta e três euros e quarenta e oito cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



h

16. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10- 0241 - FEDER – 000357 DESIGNADA POR “REALIZAÇÃO DE PROVAS DE PESCA DESPORTIVA”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil trezentos e setenta e seis, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em três de dezembro de dois mil e dez, ratificado pela câmara municipal em reunião de doze de janeiro de dois mil e onze (item dez da respetiva ata) passou de 7.277,04 € (sete mil duzentos e setenta e sete euros e quatro centimos) para 7.731,85 € (sete mil setecentos e trinta e um euros e oitenta e cinco centimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 1.364,44 € (mil trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e quatro centimos)-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



17. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10- 0241 - FEDER – 000378 DESIGNADA POR “FABRICA DO TELES – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E ARRANJO DA FRENTE RIBEIRINHA”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e três de novembro findo, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil quinhentos e setenta e oito, a comunicar que por despacho da Comissão Diretiva da ON 2, de onze de setembro último, foi aprovada a prorrogação da data de fim da operação para trinta e um do mês de dezembro em curso, foi alterado o valor do investimento elegível da operação, que passou para 2.335.126,84 € (dois milhões trezentos e trinta e cinco mil cento e vinte e seis euros e oitenta e quatro centimos) e alterada a taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em dez de maio de dois mil e onze, ratificado pela câmara municipal em reunião de oito de junho de dois mil e onze (item dez da respetiva ata) passou de 1.871.687,40 € (um milhão oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e sete euros e quarenta centimos) para 1.984.857,82 € (um milhão novecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e dois centimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 350.269,02 € (trezentos e cinquenta mil duzentos e sessenta e nove euros e dois centimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



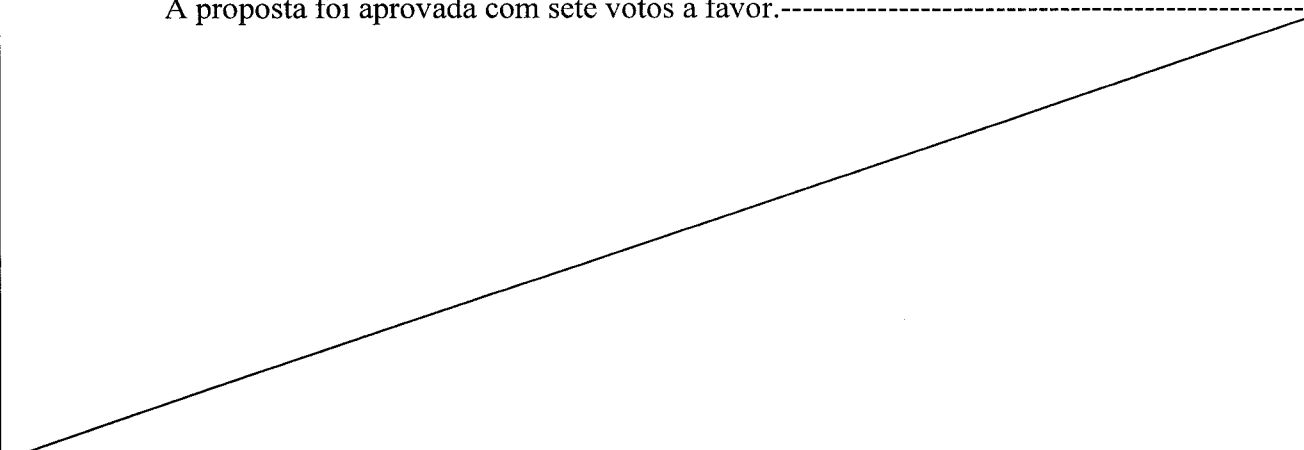
18. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10- 0241 - FEDER – 000384 DESIGNADA POR “ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA – AUDITÓRIO E ESCOLA DE HOTELARIA”:
RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil trezentos e setenta e sete, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em dez de maio de dois mil e onze, ratificado pela câmara municipal em reunião de oito de junho de dois mil e onze (item dez da respetiva ata) passou de 1.091.082,69 € (um milhão e noventa e um mil e oitenta e dois euros e sessenta e nove centimos) para 1.159.275,36 € (um milhão cento e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e cinco mil e trinta e seis centimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 204.578,00 € (duzentos e quatro mil quinhentos e setenta e oito euros).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





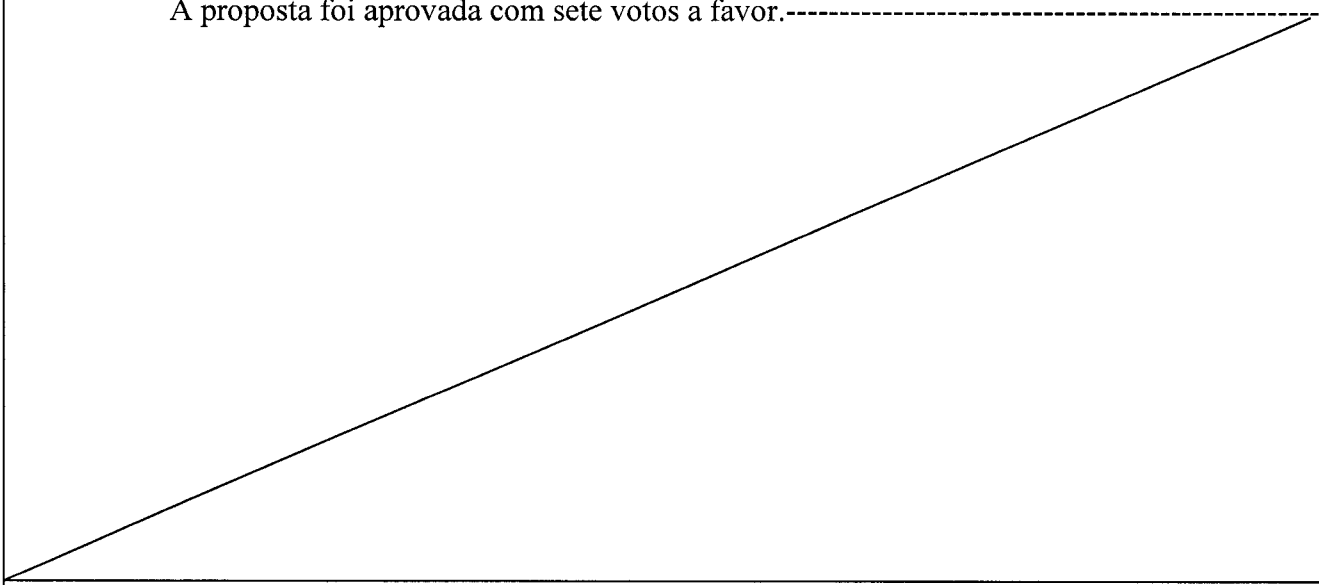
19. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10- 0241 - FEDER – 000412 DESIGNADA POR “PASSEIO DA ILHA – 1ª FASE”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil trezentos e setenta e quatro, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em dez de maio de dois mil e onze, ratificado pela câmara municipal em reunião de oito de junho de dois mil e onze (item dez da respetiva ata) passou de 131.040,00 € (cento e trinta e um mil e quarenta euros) para 139.230,00 € (cento e trinta e nove mil duzentos e trinta euros), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 24.570,00 € (vinte e quatro mil quinhentos e setenta euros).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

20. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 09 - 0137 - FEDER – 000008 DESIGNADA POR “PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil quatrocentos e sessenta e seis, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em três de fevereiro de dois mil e dez, ratificado pela câmara municipal em reunião de vinte e quatro do mesmo mês de fevereiro (item dez da respetiva ata) que foi objeto de alteração relativamente à comparticipação financeira inicialmente prevista, conforme Adenda assinada em trinta de junho de dois mil e dez, ratificada pela câmara municipal em reunião de catorze de julho do mesmo ano (item oito da respetiva ata), passou de 96.869,58 € (noventa e seis mil oitocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e oito euros) para 102.923,93 € (cento e dois mil novecentos e vinte e três euros e noventa e três centimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 18.163,05 € (dezoito mil cento e sessenta e três euros cinco centimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XII da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

21. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 09 - 0352 - FEDER – 000042 DESIGNADA POR “A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO: PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL”: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de três do corrente mês de dezembro, anexa ao ofício do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), registado com o número nove mil trezentos e setenta e nove, a comunicar que foi aprovada a alteração da taxa da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação.-----

Pelo que, o montante da comparticipação financeira FEDER prevista no Contrato de Financiamento assinado em quinze de julho de dois mil e dez, ratificado pela câmara municipal em reunião de oito de setembro de dois mil e dez (item sete da respetiva ata) passou de 50.233,28 € (cinquenta mil duzentos e trinta e três euros e vinte e oito centimos) para 53.372,86 € (cinquenta e três mil trezentos e setenta e dois euros e oitenta e seis centimos), sendo a despesa a assegurar pela autarquia no montante de 9.418,74 € (nove mil quatrocentos e dezoito euros e setenta e quatro centimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIII da mesma.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



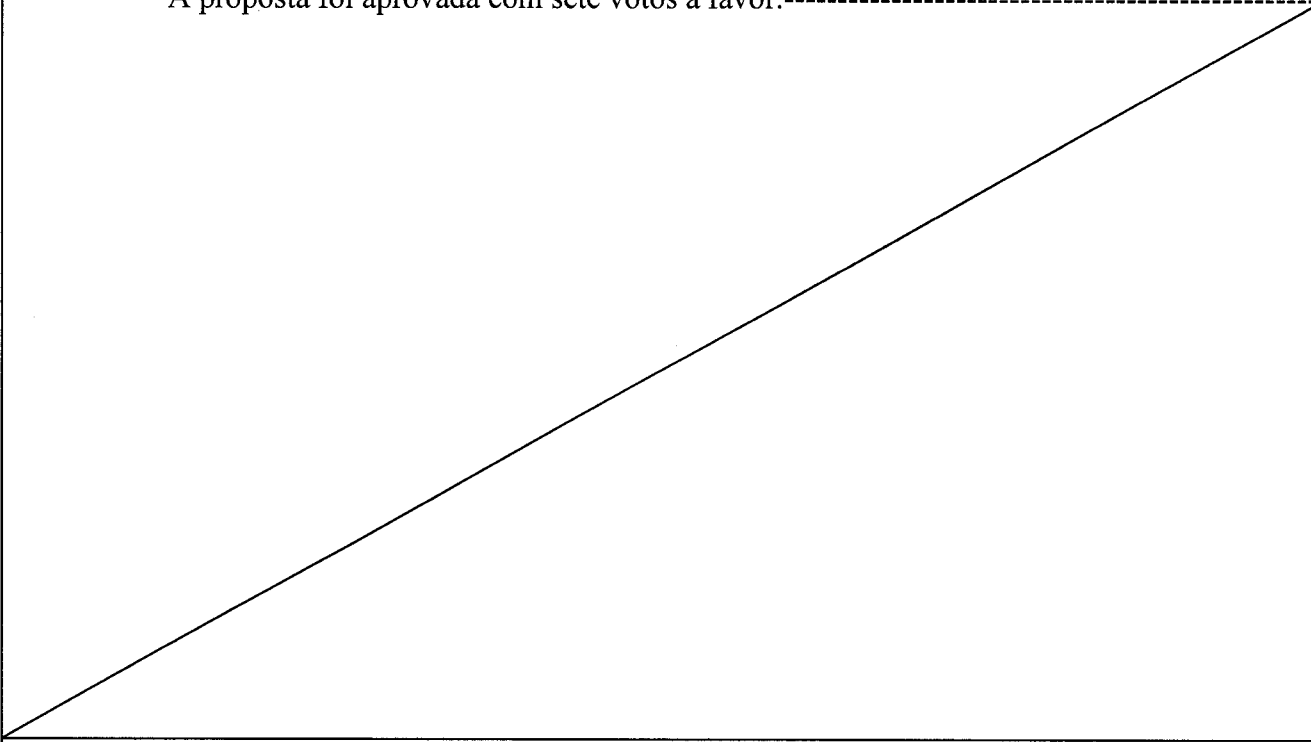
22. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE FERNANDO AZEVEDO, S.A.: PEDIDO DE REDUÇÃO / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS NO PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 1870/66.-----

Presente requerimento da sociedade Manuel Fernando Azevedo S.A., de seis do corrente mês de dezembro, registado com o número doze mil trezentos e setenta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerimento vem informado pelo diretor do departamento de planeamento e habitação, que informa que a fundamentação apresentada pelo requerente tem pleno enquadramento na alínea a) do n.º 2 do artigo 6º do Regulamento de Taxas de Obras Particulares e loteamentos.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo da referida norma regulamentar, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o interesse da empresa em causa para a economia do concelho e, consequentemente, deliberasse reduzir em 70% o montante das taxas devidas no processo de obras particulares 1870/66.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





23. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro e artigos 46º e 47º da Lei 5/2007, de 16 de janeiro, e ao abrigo da sua competência prevista nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64º da lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse celebrar um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Centro de Atletismo de Santo Tirso, com a seguinte fundamentação:-----

Considerando a informação da Divisão de Desporto de trinta de novembro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_10432/2012.-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pela associação Centro de Atletismo de Santo Tirso, pessoa coletiva número 503 201 553, com o seu ofício de vinte e dois de novembro findo, registado com o número doze mil trezentos e setenta e dois;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., Centro Distrital do Porto, em vinte e sete de novembro findo, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte de novembro findo, válida por seis meses;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelo Centro de Atletismo de Santo Tirso merecem o apoio do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes sete folhas.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3719/2012.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 4395/2012, de onze do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

94

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "C.A.S.T. – CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO"

Outorgantes

Primeiro: Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, portador do cartão de cidadão nº 02873162 0ZZ8, válido até 02/08/2013, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, desta cidade, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva nº 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Sílvia Maria de Sousa Coelho Alves, casada, natural da freguesia de Bairro, concelho de Famalicão, portador do Cartão de Cidadão nº 08068963, válido até 05/01/2015, residente na Rua Ferreira de Lemos, nº 108, 5º andar, na Freguesia de Santo Tirso deste Concelho, Presidente da "C.A.S.T. Centro de Atletismo de Santo Tirso", o qual outorga em nome e em representação da referida Coletividade, pessoa coletiva número 503201553, com sede na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 17, da referida freguesia e concelho, adiante designada por Coletividade.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal bem como na conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local, disposta nos artigos 21º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro e 64º, nº4, alíneas a) e b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

95

Considerando que compete aos municípios promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, em colaboração com associações desportivas;

Considerando que a Segunda Outorgante promove provas de grande dimensão da Modalidade Atletismo.

Considerando que a Segunda Outorgante movimenta, nas referidas provas, milhares de atletas jovens e adultos

Considerando que a Segunda Outorgante tem elevadas despesas na organização das referidas provas.

Entre o Município de Santo Tirso e o "C.A.S.T. Centro de Atletismo de Santo Tirso":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – Programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de participação, pelo MST, na concretização dos planos de ação ou iniciativas destinados a divulgar a prática do desporto e a promover o progresso das condições gerais da sua prática, a desenvolver pela Coletividade, que a seguir se enuncia:

- Promoção e organização da Prova "XII Milha Urbana de Santo Tirso";
- Promoção e organização da Prova "XV S. Silvestre de Santo Tirso".



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

96

Cláusula Segunda

Custo do Programa

A prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, tem um custo que ascende os 15.250,00 euros (quinze mil euros).

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- Pelo presente contrato-programa, o MST compromete-se a participar, no período de vigência do presente contrato, no montante de 5.500,00 euros (Cinco mil e quinhentos euros).

2- Sem prejuízo da prévia publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 91º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro, a comparticipação do MST, o pagamento será efetuado da seguinte forma:

- 1ª tranche, no valor de 3000€ (três mil euros), no momento da assinatura do presente contrato;
- 2ª tranche, no valor de 2500€ (dois mil e quinhentos euros), até ao dia 31 de Dezembro de 2012.

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato-programa serão efetuados pelo MST.

2- A Coletividade obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas às despesas relacionadas com a sua atividade.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

97

Cláusula Quinta

Responsabilidades da coletividade

Para além do disposto no nº 2 da cláusula anterior, a coletividade compromete-se a assumir as seguintes obrigações:

- a) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à finalidade para o qual foi atribuído;
- b) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Plano de Desenvolvimento Desportivo a que o mesmo se refere.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

- 1- O incumprimento do presente contrato por parte da Coletividade confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver a quantia paga quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.
- 2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2012, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2012.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

98

Cláusula Nona

Resolução de litígios

- 1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.
- 2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.
- 3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Os encargos assumidos pelo MST, inerentes ao presente contrato, serão suportados pela proposta de cabimento n.º xxx com a classificação económica 040701 do Orçamento da Câmara Municipal, na qual tem suficiente dotação, e o compromisso inerente ao presente contrato está registado no sistema de contabilidade com o nº xxxx.

O C.A.S.T. Centro de Atletismo de Santo Tirso tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social em xxxx válida pelo período de seis meses.

O C.A.S.T. Centro de Atletismo de Santo Tirso tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pela Autoridade Tributária Aduaneira, Serviço de Finanças de Santo Tirso em 20/11/2012, válida pelo período de seis meses.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

99

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de xxxx de 2012 (item xx) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, 13 de Dezembro de 2012

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO

FUNDADO 5 DE OUTUBRO DE 1992

100

PARQUE D.MARIA II - APARTADO 152 * TELEF: 914 055 884 * FAX: 252 857 147 * 4780-909 SANTO TIRSO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2012

12ª MILHA URBANA DE SANTO TIRSO

A 12ª edição – 21 de Julho de 2012 – com início às 16.00 horas.

A Milha Urbana de Santo Tirso, integra o calendário Nacional da Federação Portuguesa de Atletismo.

As provas “Milhas Urbanas” ganham cada vez grande notoriedade e destaque, movimentando centenas de atletas e muitos milhares de espectadores.

15ª S.SILVESTRE DE SANTO TIRSO

A 15ª edição – 29 de Dezembro de 2012 – com início às 16.00 horas.

A S. Silvestre de Santo Tirso é, sem dúvida, um marco de destaque para o concelho. Mais do que uma iniciativa desportiva, é um factor de união, de importância e notoriedade. Esta prova consegue reunir milhares de pessoas, não apenas os participantes, mas também todos aqueles que, pelo apoio e camaradagem, assistem a este evento. Este, sim, é o sinal de que a S. Silvestre é um sucesso e uma referência que há muito ultrapassou as fronteiras do Concelho de Santo Tirso e faz que seja a melhor prova de Atletismo do Concelho de Santo Tirso

Para 2012 vamos voltar a realizar a Caminhada S. Silvestre, denominada “Passeio das Gerações”, destinada a todos desde os 6 aos 100 anos.

CUSTO DO PROGRAMA

12ª MILHA URBANA DE SANTO TIRSO3.500€

15ª S.SILVESTRE DE SANTO TIRSO.....11.750€

TOTAL: 15.250€

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO


C.A.S.T.
Centro de Atletismo
de Santo Tirso
Fundado em: 05-10-92
SANTO TIRSO
(Sílvia Maria de Sousa Coelho Alves)



A

A

24. OUTROS SUBSIDIOS.-----

**A) APOIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS
TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.**-----

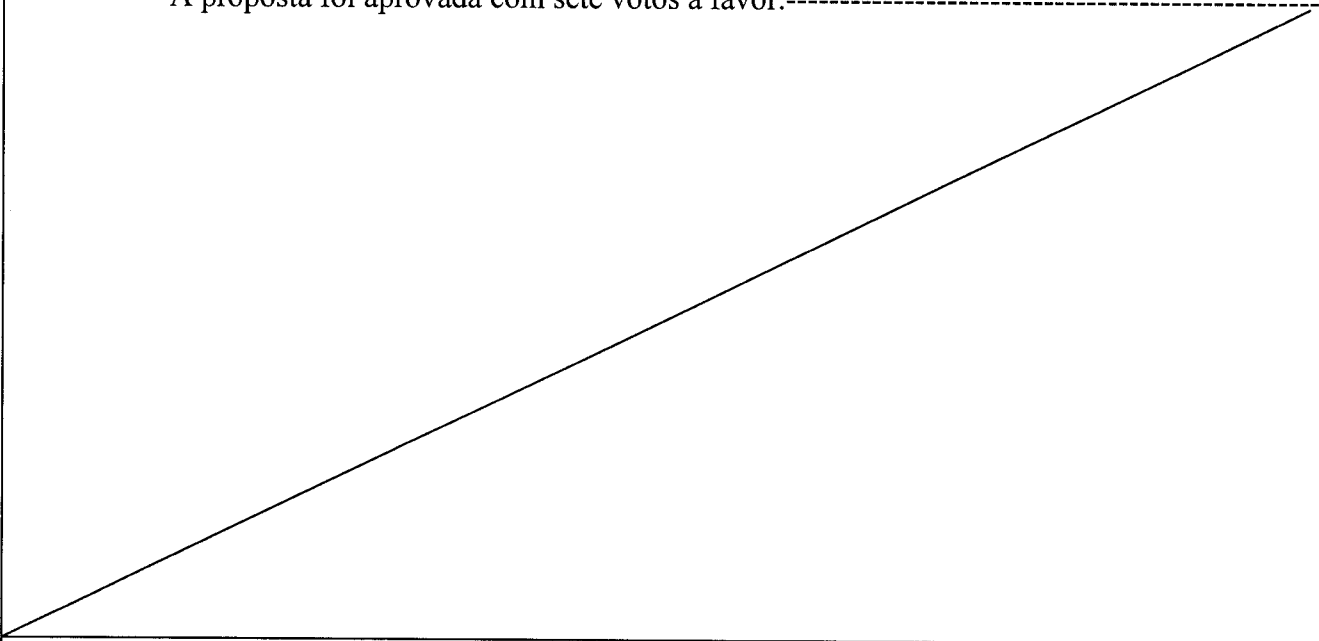
Presente requerimento de seis do corrente mês de dezembro, do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do município de Santo Tirso, registado com o número doze mil trezentos e vinte e quatro, a requerer a redução dos preços relativos à utilização da sala de musculação, campos de ténis, e piscina do Complexo Desportivo Municipal; a isenção do pagamento do preço pela utilização da sala de aquecimento ou 1/3 da nave do Pavilhão Municipal, duas horas por semana, para aulas de ginástica em grupo e a isenção do pagamento do preço pela utilização do campo de futebol, pelo período de uma hora semanal.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando que o pedido apresentado consubstancia um apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do município de Santo Tirso, nomeadamente aos seus sócios;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar a proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



PROPOSTA

Proposta de isenção e redução de 50% dos preços de utilização das instalações do Complexo Desportivo Municipal pelo Centro Cultural e Desportivo dos trabalhadores do Município de Santo Tirso

Por requerimento apresentado em 06 de dezembro de 2012, e registado sob o nº 12324, veio o Centro Cultural e Desportivo dos trabalhadores do Município de Santo Tirso a solicitar o seguinte:

- a) Redução dos preços relativos à utilização da sala de musculação e piscina do Complexo Desportivo Municipal;
- b) Isenção do pagamento do preço pela utilização da sala de aquecimento ou 1/3 da nave do Pavilhão Municipal, duas horas por semana, para aulas de ginástica em grupo;
- c) Isenção do pagamento do preço pela utilização do campo de futebol, pelo período de uma hora por semana.

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que o Centro Cultural e Desportivo constitui uma associação dos trabalhadores do Município de Santo Tirso que tem como objetivo providenciar no sentido de proporcionar um adequado e racional aproveitamento dos tempos livres dos seus associados, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e a dos seus familiares, promover iniciativas e realizações culturais, desportivas e sócio-económicas, de forma a alcançar aquele objetivo, e ainda estimular a colaboração com outras organizações afins;

Considerando que na atual sociedade a prática desportiva tem um papel fundamental;

Considerando que se tem por demonstrado que a prática de exercício físico previne doenças ocupacionais (relacionadas com o trabalho), além de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e promover o seu bem - estar físico e mental;

Considerando que há estudos que demonstram que o investimento e empenhamento das entidades empregadoras na prática do desporto pelos seus trabalhadores, conduz à promoção da saúde, qualidade de vida e melhoria do relacionamento interpessoal, sendo economizados em assistência médica, aumento da produtividade e redução das faltas ao trabalho;

Considerando que, com base nestes estudos, cada vez mais empresas investem em empreendimentos e programas com opção de lazer e de desporto para os seus trabalhadores;

Considerando que a redução dos preços pela utilização das instalações do Complexo Desportivo Municipal constituirá um incentivo à prática desportiva e à adoção de um estilo de vida saudável pelos trabalhadores da autarquia que, seguramente se irá refletir no respetivo campo pessoal e profissional;

Considerando que compete, nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, à câmara municipal deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos funcionários do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas.

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere, o seguinte:

- a) Reduzir em 50% o valor dos preços relativos à utilização da sala de musculação e piscina do Complexo Desportivo Municipal, pelos sócios do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município de Santo Tirso, que no ato da sua inscrição e respetivo pagamento deverão fazer prova dessa qualidade;
- b) Deferir a isenção dos preços enunciados nas alíneas b) e c) do pedido apresentado pelo Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município de Santo Tirso, em dias a acordar com a Divisão de Desporto.
- c) Que o deferimento do pedido seja concedido no pressuposto do cumprimento das condições de utilização das instalações, nos termos previstos no Regulamento do Complexo Desportivo Municipal, não sendo a redução dos preços a que se refere a presente proposta cumulável com outras reduções previstas no referido regulamento.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião da câmara municipal para aprovação.

Santo Tirso, 10 de dezembro de 2012

O Presidente

Castro Fernandes



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

24. B) AO CENTRO DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES – AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PARA TRANSPORTE DE CRIANÇAS.-----

Presente ofício de catorze de setembro último, do Centro de Ocupação de Tempos Livres, registado com o número dez mil oitocentos e onze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma viatura para o transporte de crianças.-----

A Diretora do Departamento de Educação e Ação Social informa que o Centro de Ocupação de Tempos Livres é uma associação de solidariedade social, que presta apoio a crianças e jovens, tendo acordo de cooperação com a segurança social para funcionamento de um ATL para setenta e cinco utentes (quarenta e cinco crianças do 1º ciclo sem almoço e trinta crianças do 2º ciclo com almoço). Mais informa que para além destas crianças apoia ainda mais doze da EB1/JI da Ermida, visto que esta ainda funciona em regime duplo. Esta instituição faz diariamente o transporte das crianças de e para a escola. Que a instituição neste momento apenas conta com uma carrinha, uma vez que foram obrigados a deixar de utilizar uma outra que possuíam, pois esta, por ter mais de dezasseis anos está, impedida, por lei, de efetuar transporte de crianças.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Centro de Ocupação de Tempos Livres um subsídio no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma carrinha para o transporte de crianças.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3716/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4372/2012, de sete do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

[Large diagonal line across the bottom of the page]



24. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL): OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO AREAL.

Presente ofício de vinte de novembro findo, da junta de freguesia de Couto (S. Miguel), registado com o número doze mil cento e vinte e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 49.890,00 € (quarenta e nove mil oitocentos e noventa euros) para custear as despesas com a obra acima referida.-----

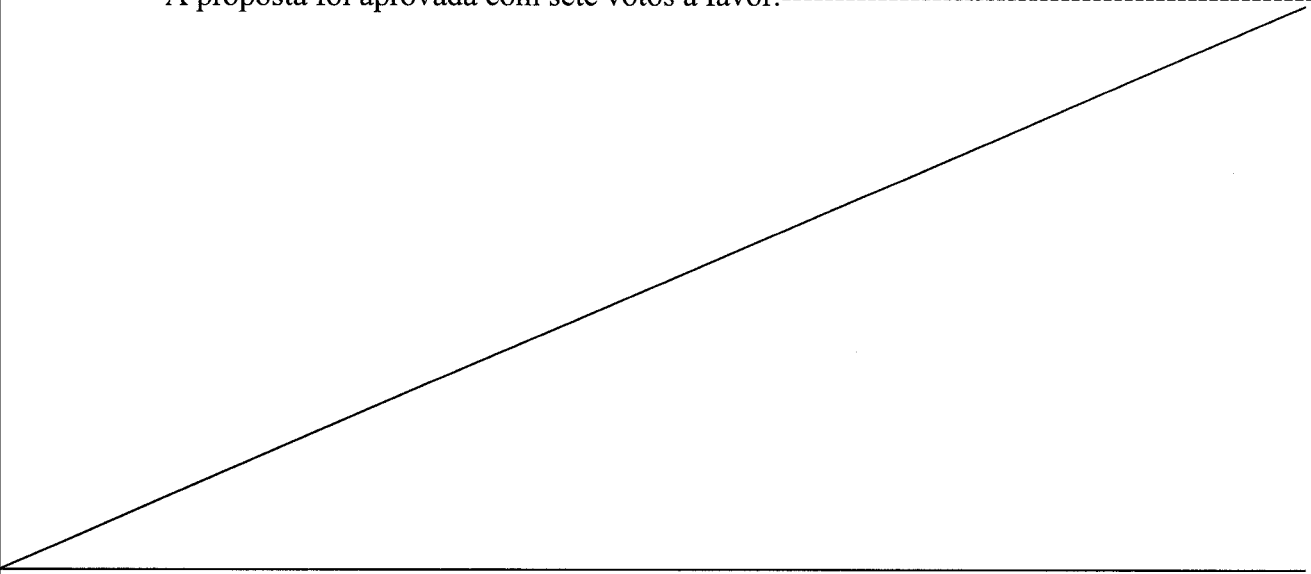
O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Edifícios (informação II_1088/2012, de quatro do corrente mês de dezembro).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Couto (S. Miguel) um subsídio no montante de 49.890,00 € (quarenta e nove mil oitocentos e noventa euros) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3717/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4407/2012, de onze do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





24. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL): REQUALIFICAÇÃO DO ARRUAMENTO DE ACESSO AO RINGUE DO AREAL.-----

Presente ofício de treze de novembro findo, da junta de freguesia de Couto (S. Miguel), registado com o número onze mil quatrocentos e sessenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) para custear as despesas com a obra acima referida.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Edifícios (informação II_1090/2012, de quatro do corrente mês de dezembro), que informa também que a estimativa orçamental dos trabalhos que se mostram necessários realizar é de 42.313,24 € (quarenta e dois mil trezentos e treze euros e vinte e quatro centimos), mais IVA.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Couto (S. Miguel) um subsídio no montante de 44.852,03 € (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e dois euros e três centimos) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3701/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4406/2012, de onze do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



[Handwritten signature]

24. E) À PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE LAMELAS: OBRAS DESTINADAS ÀS SALAS DE CATEQUESE E ESPAÇOS ENVOLVENTES.-----

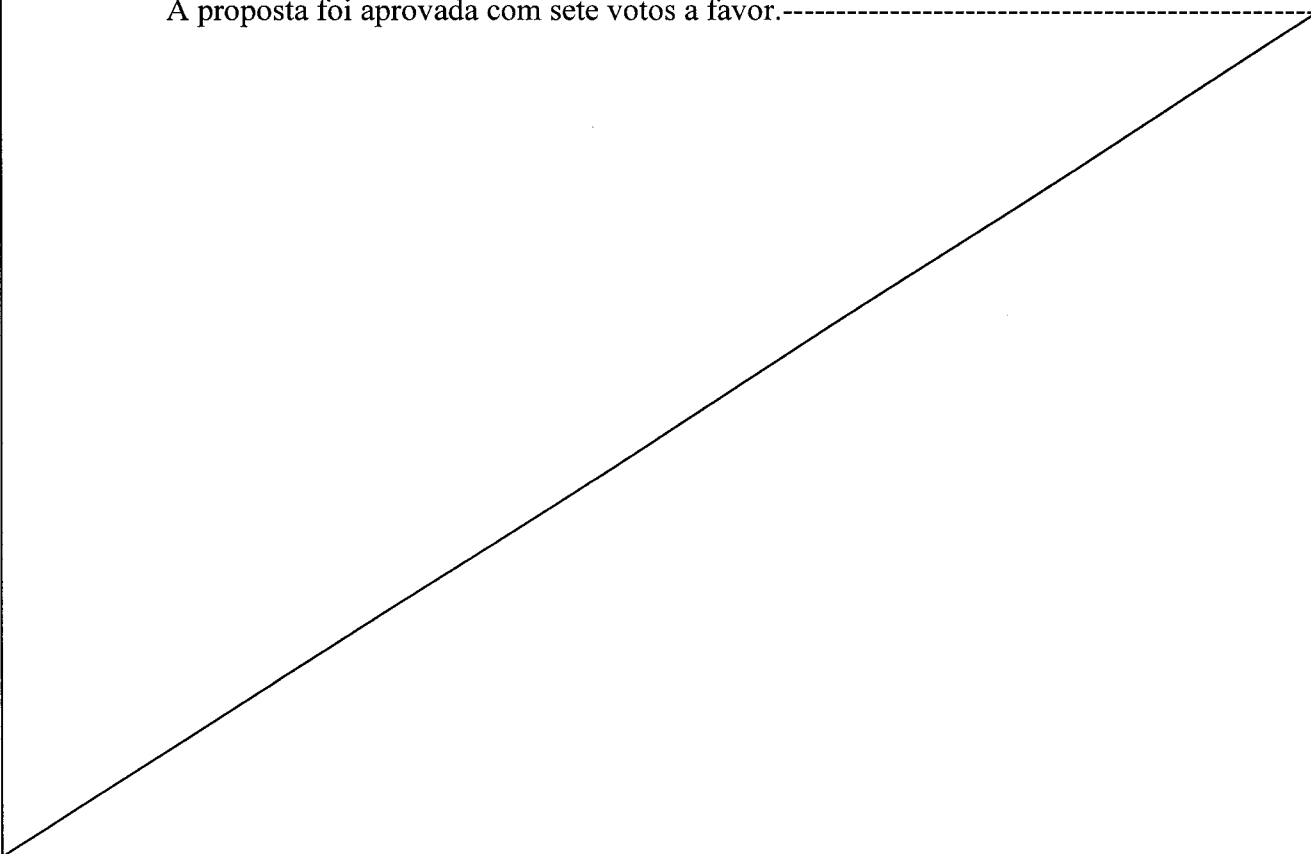
Presente ofício de dezoito de outubro último, do pároco da Paróquia de Santa Eulália de Lamelas, registado com o número dez mil seiscientos e trinta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras efetuadas na Paróquia para salas de catequese e espaços envolventes.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Paróquia de Santa Eulália de Lamelas um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3749/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4403/2012, de onze do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





[Handwritten signature]

24. F) AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS N.º 1348 DE S. MIGUEL DA LAMA – OBRAS DE RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DO AGRUPAMENTO.--

Presente ofício de quatro de maio último, do Agrupamento de Escuteiros n.º 1348 de S. Miguel da Lama, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar da custear as despesas com as obras de recuperação da antiga residência paroquial para instalação da sede daquele Agrupamento.---

Em anexo juntam orçamento no valor de 3.655,00 € (três mil seiscentos e cinquenta e cinco euros), sem IVA.-----

Do expediente consta informação da Divisão de Edifícios sobre o valor total dos trabalhos a executar na antiga residência paroquial da Lama (informação II_0837/2012).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Corpo Nacional de Escutas um subsidio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) para ajudar a custear as despesas com obras de recuperação da antiga residência paroquial da Lama, para instalação da sede do Agrupamento de Escuteiros n.º 1348 de S. Miguel da Lama, a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3762/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4416/2012, de onze do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

24. G) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos, em resposta aos pedidos das respetivas comissões de festas:-----

-Associação de S. Miguel Arcanjo-----900,00 € (novecentos euros)

O respetivo pedido consta do ofício registado na câmara municipal com o número mil duzentos e sessenta / dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas em honra de Santa Luzia – Monte Córdova-----

-----200,00 € (duzentos euros)

Esta comissão é representada por Augusto Manuel Ribeiro Ferreira e José Alfredo Ferreira Torres, conforme ofício registado na câmara municipal com o número dez mil oitocentos e setenta e nove/dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas em honra de Santo André – Santa Cristina do Couto-----



-----200,00 € (duzentos euros)

Esta comissão é representada por António Gomes Costa, conforme ofício registado na câmara municipal com o número dez mil quinhentos e sessenta/dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas em honra de Santo André – Sobrado – Vila das Aves-----

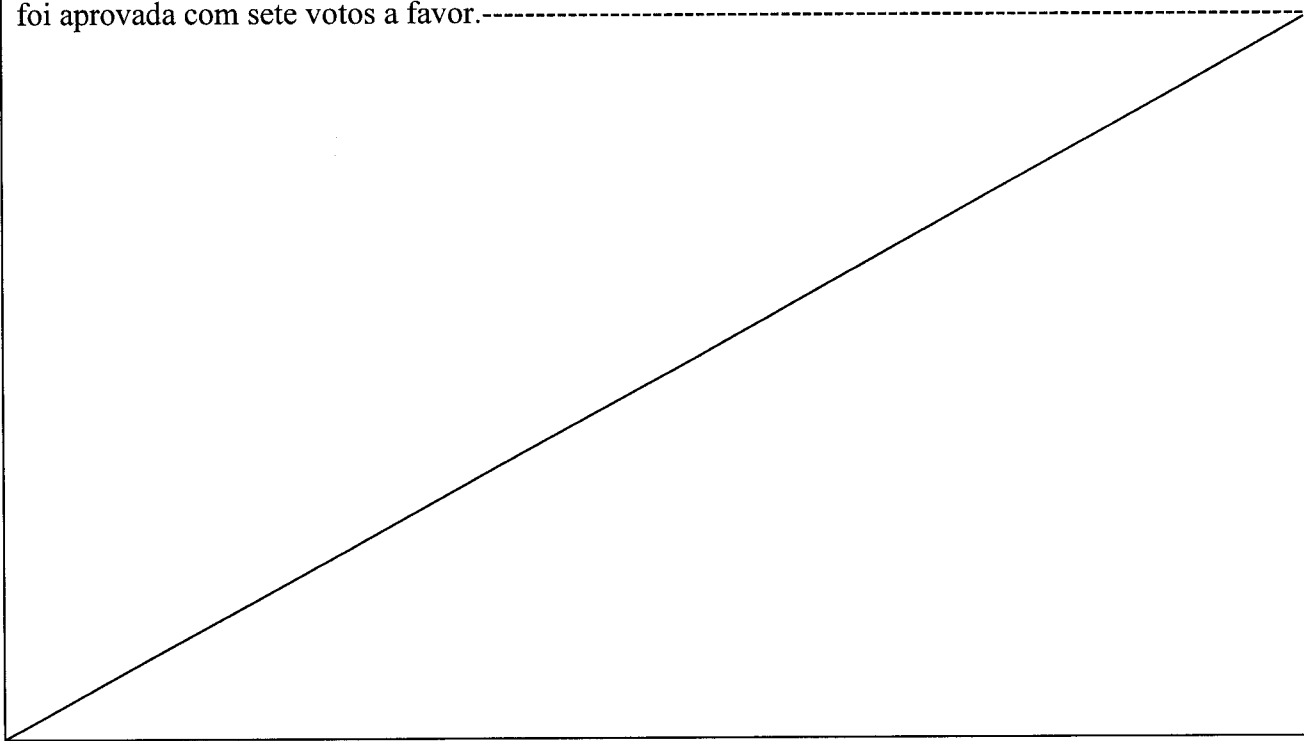
-----200,00 € (duzentos euros)

Esta comissão é representada por Maria Auxilia Ferreira, conforme ofício registado na câmara municipal com o número onze mil seiscientos e vinte e três/dois mil e doze.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 3741, 3747, 3740, e 3739 todas de 2012.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 4399/2012, 4401/2012, 4398/2012 e 4397/2012, todos de onze do corrente mês de dezembro.-----

A presente proposta de atribuição de subsídios às comissões de festas atrás identificadas foi aprovada com sete votos a favor.-----



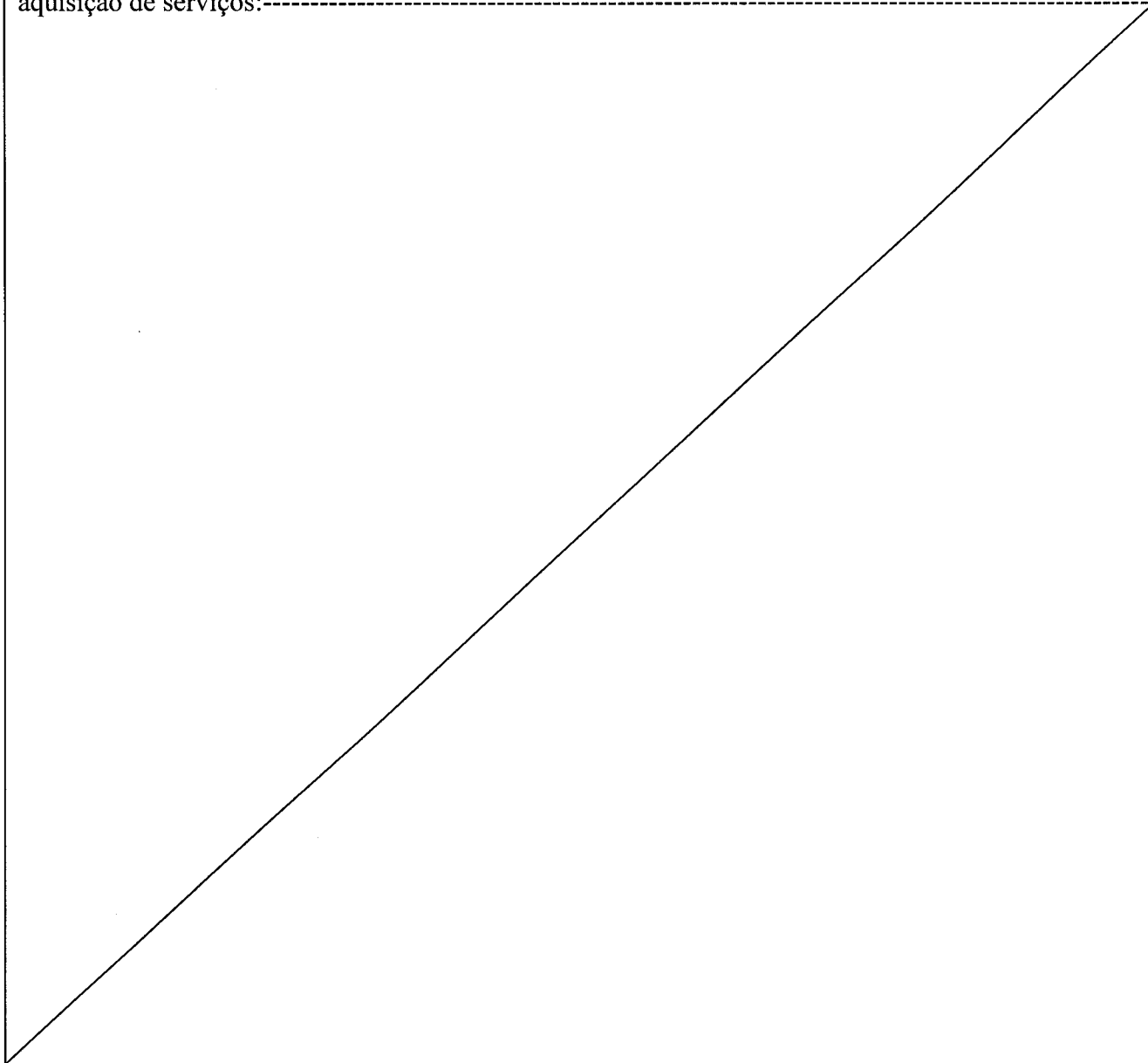


A

h

**25. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 8 do artigo 26º da lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





**25. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NA VIM (VIA
INTERMUNICIPAL) NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.---**

Presente informação da divisão de vias, de vinte e quatro de outubro último, registada com o número II_0986/2012, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, que será celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto a abrir após a deliberação da assembleia municipal que autorizar a assunção de compromissos plurianuais decorrentes do contrato a celebrar com a sociedade Servielectricidade & Afins Lda.-----

O custo global estimado decorrente do contrato a celebrar é de 16.995,00 € (dezassex mil novecentos e noventa e cinco euros), mais IVA, para um ano de vigência do contrato, propondo-se que o contrato seja celebrado pelo prazo de um ano, sucessivamente prorrogado por idênticos períodos de tempo, até ao limite máximo de três anos.-----

A proposta que vier a ser apresentada no respetivo procedimento está sujeita à redução remuneratória de 10%.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020202, na qual ficou cativa a importância de 1.691,25 € (mil seiscientos e noventa e um euros e vinte e cinco cêntimos), conforme proposta de cabimento orçamental número 3724/2012, de dez do corrente mês de dezembro.-----

Considerando que o contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, propõe-se ainda que a presente deliberação seja enviada à próxima sessão da assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----



A

h

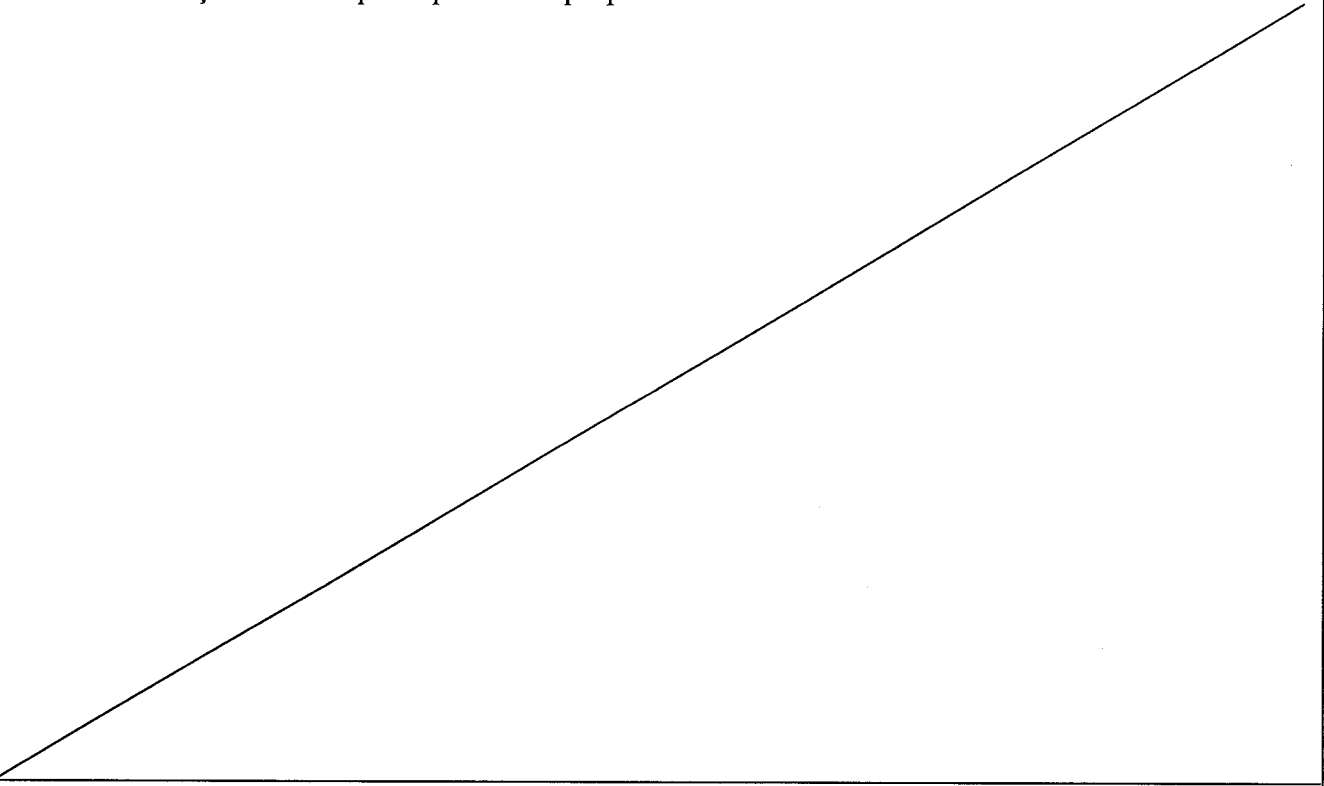
As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata votaram a favor desta proposta porque entendem que este serviço tem que obviamente ser prestado, e tem que ser prestado por alguém. Independentemente das razões aludidas quanto ao grau de satisfação dos serviços prestados por esta empresa, os vereadores do Partido Social Democrata não deixam de manifestar a sua preocupação pelo facto de concentrarem nesta empresa este tipo de serviço, sem consultarem o mercado e suscitar propostas que poderiam ser mais vantajosas para os cofres da autarquia”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a celebração deste contrato da prestação de serviços de acordo com a informação técnica que suporta esta proposta”.-----





**25. B) CELEBRAÇÃO DE DOIS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TENDO POR OBJETO O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DAS NOVAS
INSTALAÇÕES DA PSP DE SANTO TIRSO – PROTOCOLO COM O MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO INTERNA.**-----

Presente informação do diretor do departamento de planeamento e habitação, de sete do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil quatrocentos e cinquenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração dos contratos referidos na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 91.490,00 € (noventa e um mil quatrocentos e noventa euros).-----

As despesas estimadas com a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme propostas de cabimento orçamental números 3744/2012 e 3745/2012, ambas de onze do corrente mês de dezembro.-----

Sobre o valor das propostas que vierem a ser apresentadas será aplicada a redução remuneratória de 10% legalmente prevista.-----

Dos referidos contratos resultarão compromissos plurianuais, nos anos económicos de dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze, mas tal situação resulta da 3ª revisão ao PPI da câmara municipal de dois mil e doze, aprovada pela câmara municipal em reunião de cinco do corrente mês de dezembro (item dois da respetiva ata), que será submetida à próxima sessão ordinária da assembleia municipal.-----

Assim, a autorização daquele órgão deliberativo para a assunção de compromissos plurianuais resulta da autorização genérica concedida por deliberação do mesmo órgão de vinte e oito



A

de junho último, pelo que será dado conhecimento da presente deliberação à assembleia municipal.

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata subscrevem esta obra, aliás acham que ela é importante para acomodar a PSP, e que resulta de uma promessa que tem mais de uma década da maioria socialista, mas entendem que a câmara tem recursos suficientes para executar os projetos de requalificação, até porque se trata de um edifício que já existe”.-----



26. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS.-----

A) REQUERIMENTO DA SOCIEDADE METALIZAÇÃO DAS POMBINHAS LDA.: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE AMPLIAÇÃO DAS SUAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS.-----

Presente requerimento da sociedade Metalização das Pombinhas Lda., de vinte e seis de abril último, registado com o número quatro mil trezentos e cinquenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerimento vem informado pelo diretor do departamento de planeamento e habitação, que informa favoravelmente o pedido, conforme consta de informação de dez do corrente mês de dezembro, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 39º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que reconheça de interesse público municipal o empreendimento respeitante à ampliação das instalações industriais da requerente, a que diz respeito o processo de obras particulares n.º 301/2011-LEDI.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Assunto Pedido de Reconhecimento de Interesse Público da ampliação da indústria
"Metalização das Pombinhas, Lda."

Reunido

12-12-10

O Presidente

Castro Fernandes

DESPACHO

*Proporho o reconhecimento do Interesse Público
com base no exposto na informação técnica
de 2012.12.10 fundamentada no requerimento
de 2012.04.26 para efeito de aprovação da
informação Operação de controlo prévio (RJOE)*

Vem o requerente "**Metalização das Pombinhas, Lda.**", com nipc 501745890, representada pelo sócio gerente António Pereira Marques com sede na Rua do Miradouro nº139, freguesia de S. Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso, no enquadramento do processo de obras particulares n.º 301/11, requerer a esta câmara o reconhecimento de Interesse Público Municipal, da ampliação das instalações da indústria, ao abrigo do n.º 2 do art.º 39.º do regulamento do Plano Diretor Municipal.

O terreno da pretensão localiza-se na freguesia de S. Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso e encontra-se em Espaço industrial e Espaço florestal de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal.

A empresa "**Metalização das Pombinhas, Lda.**" tem instalações no referido terreno, pretendendo a sua ampliação, com o propósito de modernizar procedimentos, tendo em vista à melhoria das condições de salubridade, higiene e segurança do estabelecimento industrial. A ampliação prende-se com a necessidade de dar resposta ao crescimento da produção da empresa nos últimos anos, perspetivando a criação de mais postos de trabalho e contribuindo para a competitividade e desenvolvimento da economia do concelho.

Num princípio de sustentabilidade e apoio às empresas já instaladas, conferindo-lhes condições favoráveis ao crescimento, atração e fixação de investimento e tecnologia, bem como tendo em conta o importante facto do aumento da força laboral – minimizando o desemprego verificado – a natureza da atividade (diversa da área têxtil), julga-se de se atender ao requerido, pelo seu carácter social, económico, da natureza industrial e tecnológica, reconhecendo a valia e interesse público para o município do referido processo., Assim, e caso seja o sentido do despacho superior, julga-se possível certificar em conformidade.

2012-12-10
O Diretor do DPH

José António Lopes, Arqto



26. B) REQUERIMENTO DE PEDRO MOTA DA COSTA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO E PISCINAS AO AR LIVRE DENOMINADO “HOTEL E PISCINAS – MARGENS DO AVE”.-----

Presente requerimento de Pedro Mota da Costa, de vinte e nove de novembro findo, registado com o número doze mil e trinta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerimento vem informado pelo diretor do departamento de planeamento e habitação, conforme consta de informação de dez do corrente mês de dezembro, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 12º, da Portaria 162/2011, de 18 de abril, que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que reconheça de interesse público municipal o empreendimento turístico em causa, a que diz respeito o processo de obras particulares n.º 193/12, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na reserva Ecológica Nacional.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Assunto Pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Empreendimento Turístico e piscinas ao ar livre "Hotel e piscinas – Margens do Ave"

Ramiro
12/12/10

O Presidente

Castro Fernandes

DESPACHO

Proporho o reconhecimento de Interesse Público com base no exposto no informe de 2012.12.10 fundamentado no requerimento de 2012.11.30 para efeito de instrução do processo de CRA (Comunidade Agrícola)

Vem o requerente **Pedro Mota da Costa**, contribuinte fiscal número 224732145, residente na Rua Alberto Pimentel nº 6, freguesia de Santo Tirso, no enquadramento do processo de obras particulares n.º 193/12, requerer a esta câmara o reconhecimento de Interesse Público Municipal, ao abrigo da alínea I), no n.º 1, do art.º 22º do DL nº 73/2009 de 31 de março, com a regulamentação dada pela Portaria 162/2011 de 18 de abril, da construção do empreendimento "Hotel e piscinas – Margens do Ave", que inclui Hotel e bungalows, com serviços complementares de spa, ginásio, piscina interior, restaurante, bar e esplanada e piscinas ao ar livre, bem como todos os espaços complementares de apoio às atividades a desenvolver e áreas de enquadramento, nomeadamente áreas de estacionamento.

O terreno da pretensão localiza-se na freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso e encontra-se em Espaço de Natureza e Cultura de acordo com a Planta de Zonamento do Plano de Urbanização das Margens do Ave (PUMA), sendo a presente utilização proposta compatível com esta categoria de espaço. Relativamente às condicionantes legais em vigor, o mesmo interfere parcialmente com Reserva Agrícola Nacional (RAN) e com Áreas ameaçadas pelas cheias.

A pretensão, nas suas diferentes valências, quer ao nível da restauração e alojamento, quer do equipamento desportivo proposto, contribui para a valorização de todo o investimento público envolvente, Parque urbano da rabada e Percorso pedonal das margens do Ave, promovendo o Município de Santo Tirso, no âmbito desportivo, socioeconómico e ambiental.

Neste enquadramento e para efeito de instrução do processo de utilização não agrícola de áreas integradas em RAN, junto da entidade responsável, julga-se de reconhecer a valia e interesse público para o município da promoção das valências propostas pela pretensão, uma vez que possibilitam a valorização urbanística, socioeconómica e ambiental do local em particular e do concelho em geral, promovendo a atratividade, notoriedade e dinâmica económica do município, com consequente fixação e atração de população, bem como promovendo a criação de postos de emprego.

Assim, e caso seja o sentido do despacho superior, julga-se possível certificar em conformidade.

2012-12-10

O Director do DPH

José António Lopes, Arqto



[Handwritten signature]

**26. C) REQUERIMENTO DO CENTRO SOCIAL DE BURGÃES –
RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DO
DISPOSTO NO N.º 4 DO ARTIGO 34º DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL.**-----

Presente requerimento do Centro Social de Burgães, de trinta de novembro findo, registado com o número doze mil cento e dezanove, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerimento vem informado pelo diretor do departamento de planeamento e habitação, conforme informação de dez do corrente mês de dezembro, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo do n.º 4 do artigo 34º do Regulamento do Plano Diretor Municipal que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que reconheça o interesse público municipal do empreendimento a levar a efeito pela identificada Instituição Particular de Solidariedade Social, conforme processo de obras particulares n.º 7/11, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na Reserva Agrícola.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

No fim da votação do ponto que antecede, compareceu novamente na reunião o senhor presidente da câmara municipal, que retomou a presidência da mesma.-----


SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
 Praça 25 de Abril
 4780-373 SANTO TIRSO
 Tel. +351 252 830 400
 Fax +351 252 856 534
 gap@cm-stirso.pt
 www.cm-stirso.pt

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E HABITAÇÃO

Tipo de Documento
 Requerimento

Registo N.º
 12119/2012

Data de Entrada
 2012-12-03

Origem
 Externo

Assunto

Pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Centro Social de Burgães

12.12.10

O Presidente

Castro Fernandes

DESPACHO

Propõe o reconhecimento de Interesse Público com base no relatório de informação técnica de 2012.12.10 fundamentado no requerimento de 2012.12.03 para efeito de instrução do processo junto do Comissão Regional de Reserva Agrícola.

Vem o **Centro Social de Burgães**, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), contribuinte n.º 506547140, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, com sede na Rua das Escolas da Abelha, AP. 28, na freguesia de Burgães, concelho Santo Tirso, no enquadramento do processo de obras particulares n.º 7/11, requerer a esta Câmara o reconhecimento de interesse público municipal, da construção do Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Respostas Sociais e Creche, ao abrigo do n.º 4 do art.º 34.º do regulamento do Plano Diretor Municipal.

O terreno da pretensão localiza-se na freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso e encontra-se em Espaço Agrícola, confrontando com Imóvel de Interesse Municipal não classificado de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal. Relativamente às condicionantes legais em vigor, o mesmo interfere com Reserva Agrícola Nacional e linhas de água do domínio público.

A pretensão, nas suas diferentes valências, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e respostas sociais e creche é essencial do ponto de vista do serviço social prestado, ajudando a suprir as carências ao nível destas valências verificadas no concelho, devidamente documentadas e suportadas por diversos estudos realizados, nomeadamente o "Diagnóstico Social". A localização do equipamento é em termos urbanísticos favorável, sendo de assinalar a sinergia resultante da proximidade de equipamentos existentes de relevância social, nomeadamente Igreja Paroquial, Centro Pastoral, Casa Mortuária, Residência Paroquial, contribuindo para o reforço da centralidade.

Neste enquadramento, julga-se de reconhecer a valia e interesse público para o município da construção do referido equipamento, pelo carácter social, económico e urbanístico do mesmo, através da melhoria do serviço social prestado à população, bem como promovendo a criação de postos de emprego.

Assim, e caso seja o sentido do despacho superior, julga-se possível certificar em conformidade.

2012-12-10

O Director do DPH

José António Lopes, Arq.º

EMPRESA CERTIFICADA
eic
ISO 9001
 certificação
 acreditada
 IFPC



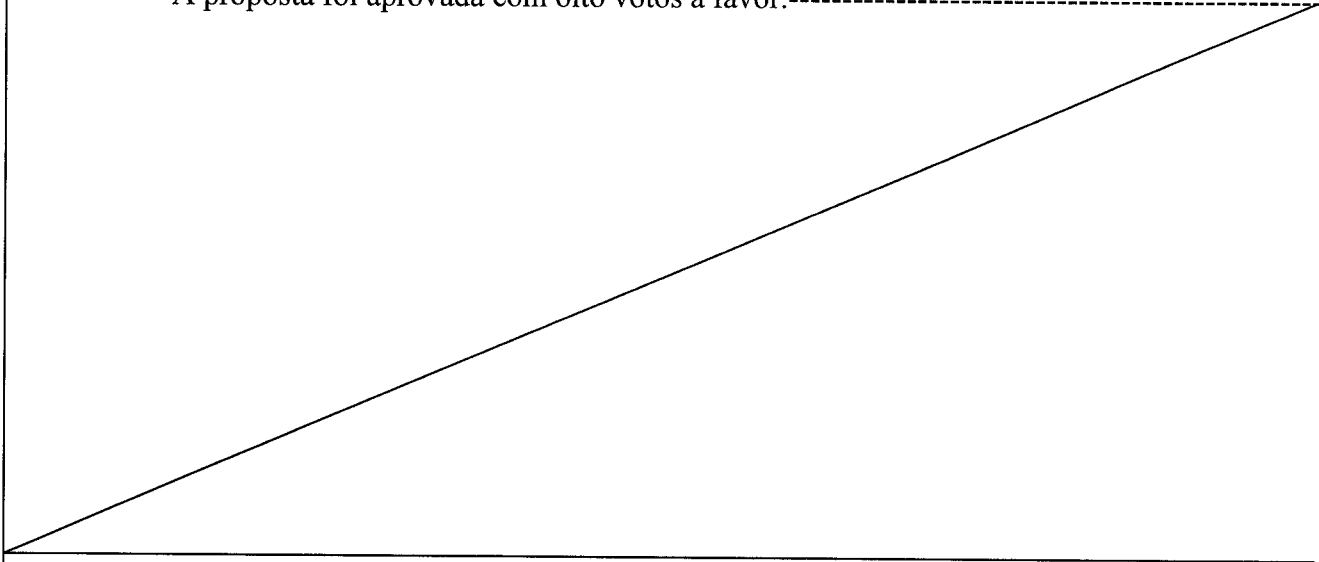
26. D) REQUERIMENTO DE ADELINO RIBEIRO DA SILVA: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE INSTALAÇÃO (LEGALIZAÇÃO) DE UMA PEDREIRA, CONHECIDA POR “PEDREIRA DE RORIZ”.-----

Presente requerimento de Adelino Ribeiro da Silva, de quatro do corrente mês de dezembro, registado com o número doze mil duzentos e oitenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerimento vem informado pela chefe da Divisão de Planeamento Ambiental e Proteção Civil, que informa favoravelmente o pedido, conforme consta de informação de cinco do corrente mês de dezembro, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 39º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que reconheça de interesse público municipal o empreendimento respeitante à aludida exploração de massas minerais (pedreira).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



DEPARTAMENTO DE AMBIENTE

Referência externa

Registo N.º
11472/2012

Data de Entrada
15/11/2012

123


Origem
Externo

Assunto

Pedreira de Roriz - solicitação de elementos adicionais ao Estudo de Impacte Ambiental - pedido de declaração de interesse municipal (artigo 39º do PDM de Santo Tirso) reconhecimento pela Assembleia Municipal

DESPACHO

12, 14, 15
O Presidente


Castro Fernandes

Reunião.

Informação Superior

2012/12/05

Deve seguir previamente para Reunião da CM.


O Chefe de Divisão


Alexandra Carla Moreira,

Arq. Paisagista

INFORMAÇÃO

2012/12/05



Alexandra Carla
Moreira, arquiteta
paisagista

Presente pedido de declaração de interesse municipal para ocupação de 876m² de área integrada na categoria de Espaço Florestal (espaço florestal principal) e Estrutura Ecológica Municipal (EEM), de acordo com o n.º 2 do artigo 39º do regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santo Tirso para instalação (legalização) de uma pedreira, que se localiza na freguesia de S.Tomé. De acordo com o n.º 2 do artigo 39º do regulamento do PDM neste espaço florestal pode ser admissível, com caráter excecional, “a implantação de empreendimento de interesse público municipal, como tal reconhecido pela Assembleia Municipal”.

De acordo com o n.º 7 do artigo 13º do regulamento do PDM (EEM), *“nas áreas integradas na EEM, devem ser preservados e valorizados os elementos naturais, a arquitetónicos e estruturas que representem valores únicos ou constituam fator de distinção da paisagem, nomeadamente espécies vegetais ou núcleos arbóreos com interesse, afloramentos rochosos, edifícios, muros socacos em terraços, eiras, levadas, moinhos, aquedutos, pégulas e ramadas”*.

Decorre na CCDRN (Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental) a avaliação de conformidade do Estudo de Impacte Ambiental relativo ao projeto de atribuição de licença da “Pedreira de Roriz”, no âmbito da legislação específica em vigor, nomeadamente o DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo DL n.º 340/2007, de 12 outubro que aprova o regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras) e o DL 69/2000, de 3 de maio, alterado pelo DL n.º 197/2005, de 8 de novembro que aprova o regime jurídico de avaliação de impacto ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

Refere-se que o projeto da pedreira em questão insere-se na sua quase totalidade em espaço de indústria extrativa (11.803 m² do terreno em questão), conforme a planta de ordenamento do PDM de Santo Tirso e de acordo com o artigo 47º do

regulamento do PDM," este espaço destina-se à extração e transformação de granitos a atividades relacionadas de acordo com a legislação específica em vigor".

De acordo com o referido pelo requerente neste pedido de declaração de interesse público municipal a área inserida em espaço florestal não se destina "a extração de pedra, mas sim a uma área de manobras de máquinas e armazenamento temporário de produto acabado"; a área em questão "é passível de recuperação, de acordo com o proposto no Plano de Lavra" e que "as medidas de minimização propostas no Estudo de Impacte ambiental e no Plano Ambiental e de Recuperação paisagística permitirão a recuperação de todo o terreno afetado, recuperando deste modo as funções originais".

Mais refere o requerente que "a legalização da pedreira é vital para a manutenção de diversos postos de trabalho diretos na pedreira e para o sustento da empresa, o que também contribui de uma forma importante para a economia da região".

Nas plantas de zonamento, fase de modelação e situação final que apresenta estão propostas cortinas arbóreas e plantações, respetivamente.

Face ao exposto e considerando ainda que:

- 1 - A área que integra o espaço florestal é residual e inexistentes valores únicos ou de distinção da paisagem (neste local existem já anexos de pedreira e está cortado por acessos);
- 2 - A quase totalidade do terreno insere-se, de facto, em espaço de indústria extrativa e na envolvente existem já pedreiras em laboração;
- 3 - Está a decorrer um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que inclui medidas de mitigação e de recuperação paisagística e rearboreização deste local com vista a aumentar o valor e o melhor enquadramento desta área,

não se vêem inconvenientes em declarar o interesse público municipal do empreendimento, salvaguardando todos os procedimentos legais e ainda todo o processo, em curso, de Avaliação de Impacte Ambiental e sua conformidade.



Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o senhor presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- **Contrato de empréstimo de médio / longo prazo, até ao montante máximo de 872.129,00 € destinado ao financiamento da execução de vários projetos: proposta de adjudicação e pedido de autorização à assembleia municipal.**-----

- **Aquisição de terreno sito no lugar de Além-Rio, freguesia e concelho de Santo Tirso, junto ao Percurso Pedonal das Margens do Ave – Parte sobrance do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 179 e prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 5678.**-----

A câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente ata.-----



27. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO / LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 872.129,00 € DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE VÁRIOS PROJETOS: PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente o processo de consultas efetuadas com vista à contratação do empréstimo supra mencionado, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação desta câmara municipal de vinte e quatro de outubro último (item sete da respetiva ata), do qual consta informação da Divisão de Gestão Financeira, de dezanove de novembro findo, no sentido de o contrato de empréstimo ser adjudicado ao Banco Santander Totta S.A., por se entender que a sua proposta é a mais vantajosa.----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse solicitar autorização à assembleia municipal para a contratação do referido empréstimo com Banco Santander Totta S.A. nas condições propostas por aquela instituição financeira, através da sua carta de dezanove de novembro findo, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

Os projetos a financiar e respetivo montante são os que constam da aludida deliberação da câmara municipal.-----

A câmara municipal deliberou, com oito votos a favor, solicitar autorização à assembleia municipal para a contratação do referido empréstimo com o Banco Santander Totta S.A., nas condições propostas por esta instituição financeira.-----

Para:

**EXMO. SR.
PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**Praça 25 de Abril
4780-373 Santo Tirso

Handwritten signature and initials, including a circled '1'.

S/Referência	N/ Referência	Data
DGF/F-8		2012/11/19

Assunto: EMPRÉSTIMO DE MÉDIO / LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 872.129,00 EUROS

Exmo. Senhor Presidente,

Acusamos recepção da Vossa carta em assunto, a qual nos mereceu a melhor atenção.

Em resposta à Vossa consulta, informamos que o BANCO SANTANDER TOTTA, SA aprovou o financiamento à Camara Municipal de Santo Tirso, nas seguintes condições:

1. Mutuário: Município de Santo Tirso;
2. Finalidade: De acordo com o teor da Vossa consulta;
3. Modalidade: Abertura de Crédito MLP;
4. Montante: até ao limite máximo de 872.129 Euros (Oitocentos e setenta e dois mil, cento e vinte e nove euros);
5. Prazo do Empréstimo: 15 anos;
6. Taxa de Juro: Euribor a seis meses em vigor no início de cada período de contagem de juros, acrescida do spread de 6,75 %, arredondada à milésima superior;
7. Cobrança de Juros: Semestral e Postecipada;
8. Período de Utilização: Até 2 anos após a assinatura do respectivo contrato;
9. Utilização de Fundos: Livre em função das necessidades de financiamento dos investimentos descritos no Vosso ofício ;
10. Reembolso: Prestações semestrais, sucessivas, vencendo-se a primeira no primeiro mês após o período de carência;
11. Carência de Capital: 24 meses após a data de formalização;
12. Comissões: Isenção de todas as Comissões;


13. Garantias: As que decorrem da própria Lei;
14. Condições Gerais: A presente proposta está sujeita à condição da *contratação* da operação de crédito em termos mutuamente aceites pelo Mutuário e Mutuante, designadamente pela celebração de um Contrato de Abertura de Crédito em uso no banco, o qual incorpora cláusulas standard neste tipo de operações, de que a entidade pode dispor desde já se o solicitar.
15. Condição de revisão Se a operação não for efectiva e definitivamente contratada no prazo de 120 dias a contar da data da presente proposta, o Banco fica automaticamente investido no direito de rever as condições descritas em 6. Taxa de Juro, reflectindo eventuais alterações que ocorrerem nos custos de financiamento no mercado de capitais até essa data.

Ficamos na expectativa que as condições apresentadas sejam do Vosso agrado e permitam o incremento do relacionamento comercial entre as Instituições que representamos.

Sem outro assunto de momento, e colocando-nos desde já à Vossa disposição para qualquer esclarecimento adicional, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração, apresentando os nossos melhores cumprimentos.

Atentamente

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.



MONTANTE	872 129,00
TAXA DE JURO ANUAL	7,108%
IMPOSTO	0,00%

DATA	PRESTAÇÃO	CAPITAL	AMORT. CAPITAL	JUROS	IMPOSTO	PRESTAÇÃO MENSAL	CAP. DIV. NOVO PERIODO
Nov/12							
Mai/13	1	872 129,00	0,00	30 995,46	0,00	30 995,46	872 129,00
Nov/13	2	872 129,00	0,00	30 995,46	0,00	30 995,46	872 129,00
Mai/14	3	872 129,00	0,00	30 995,46	0,00	30 995,46	872 129,00
Nov/14	4	872 129,00	0,00	30 995,46	0,00	30 995,46	872 129,00
Mai/15	5	872 129,00	33 543,42	30 995,46	0,00	64 538,88	838 585,58
Nov/15	6	838 585,58	33 543,42	29 803,33	0,00	63 346,75	805 042,16
Mai/16	7	805 042,16	33 543,42	28 611,20	0,00	62 154,62	771 498,74
Nov/16	8	771 498,74	33 543,42	27 419,07	0,00	60 962,49	737 955,32
Mai/17	9	737 955,32	33 543,42	26 226,93	0,00	59 770,35	704 411,90
Nov/17	10	704 411,90	33 543,42	25 034,80	0,00	58 578,22	670 868,48
Mai/18	11	670 868,48	33 543,42	23 842,67	0,00	57 386,09	637 325,06
Nov/18	12	637 325,06	33 543,42	22 650,53	0,00	56 193,95	603 781,64
Mai/19	13	603 781,64	33 543,42	21 458,40	0,00	55 001,82	570 238,22
Nov/19	14	570 238,22	33 543,42	20 266,27	0,00	53 809,69	536 694,80
Mai/20	15	536 694,80	33 543,42	19 074,13	0,00	52 617,55	503 151,38
Nov/20	16	503 151,38	33 543,42	17 882,00	0,00	51 425,42	469 607,96
Mai/21	17	469 607,96	33 543,42	16 689,87	0,00	50 233,29	436 064,54
Nov/21	18	436 064,54	33 543,42	15 497,73	0,00	49 041,15	402 521,12
Mai/22	19	402 521,12	33 543,42	14 305,60	0,00	47 849,02	368 977,70
Nov/22	20	368 977,70	33 543,42	13 113,47	0,00	46 656,89	335 434,28
Mai/23	21	335 434,28	33 543,42	11 921,33	0,00	45 464,75	301 890,86
Nov/23	22	301 890,86	33 543,42	10 729,20	0,00	44 272,62	268 347,44
Mai/24	23	268 347,44	33 543,42	9 537,07	0,00	43 080,49	234 804,02
Nov/24	24	234 804,02	33 543,42	8 344,93	0,00	41 888,35	201 260,60
Mai/25	25	201 260,60	33 543,42	7 152,80	0,00	40 696,22	167 717,18
Nov/25	26	167 717,18	33 543,42	5 960,67	0,00	39 504,09	134 173,76
Mai/26	27	134 173,76	33 543,42	4 768,54	0,00	38 311,96	100 630,34
Nov/26	28	100 630,34	33 543,42	3 576,40	0,00	37 119,82	67 086,92
Mai/27	29	67 086,92	33 543,42	2 384,27	0,00	35 927,69	33 543,50
Nov/27	30	33 543,50	33 543,50	1 192,14	0,00	34 735,64	0,00
Mai/28	31	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Nov/28	32	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Mai/29	33	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Nov/29	34	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Mai/30	35	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Nov/30	36	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Mai/31	37	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Nov/31	38	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Mai/32	39	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Nov/32	40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00



28. AQUISIÇÃO DE TERRENO SITO NO LUGAR DE ALÉM-RIO, FREGUESIA E CONCELHO DE SANTO TIRSO, JUNTO AO PERCURSO PEDONAL DAS MARGENS DO AVE – PARTE SOBRANTE DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL SOB O ARTIGO 179 E PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL SOB O ARTIGO 5678.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Aquando do levantamento cadastral dos terrenos necessários à execução da obra denominada “Percurso nas Margens do Ave – Renaturalização e Requalificação da frente de rio em Santo Tirso” foi equacionada a hipótese de aquisição de todo o prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Tirso sob o artigo 179 (cento e setenta e nove) e do prédio urbano contíguo, em virtude de todo o prédio estar enquadrado pelo Plano de Urbanização das Margens do Ave, e se situar dentro da Unidade Operativa “Passeio Desportivo” – UO4;-----

Então, por razões financeiras, decidiu-se apenas adquirir os terrenos estritamente necessário e indispensáveis à execução daquela obra;-----

Aquando da aquisição duma última parcela de terreno com a área de 500,62 m² (quinhentos vírgula sessenta e dois metros quadrados) – contrato celebrado em treze de janeiro último – a câmara municipal assumiu a obrigação de proceder à vedação da parte sobrance do prédio, nas condições constantes do contrato, cuja estimativa orçamental é de 6.750,00 € (seis mil setecentos e cinquenta euros);-----

Entretanto essa vedação não foi executada em virtude da câmara municipal, por razões de requalificação urbanística do local e também de modo a facilitar o acesso aos terrenos contíguos ao percurso pedonal e à margem do rio Ave, ponderou a hipótese de adquirir todo o terreno, a seguir identificado, tendo iniciado a respetiva negociação em doze de abril último, pelo ofício número seis mil seiscentos e trinta e quatro, junto ao dossiê DDA-C0002;-----

Das negociações desenvolvidas, conforme documentação junta ao referido dossiê,

presente nesta câmara municipal, resultou um acordo entre as parte relativamente ao preço de aquisição do terreno, impondo os proprietários, como condição de manutenção da sua proposta, que a escritura de compra e venda venha a celebra-se ainda no ano em curso;-----

O terreno foi avaliado por perito da lista oficial, que apresentou também parecer quanto à contraproposta apresentada pelos proprietários, conforme comunicação datada de seis do corrente mês de dezembro, entregue nesta câmara municipal no dia sete do mesmo mês;-----

Consta do referido parecer que o valor da contraproposta está dentro dos valores reais e correntes para os bens a adquirir;-----

Assim, porque o terreno em causa irá permitir a execução integral da Unidade Operativa “Passeio Desportivo” UO4 do Plano de Urbanização das Margens do Ave, a sua aquisição foi prevista na 3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovada por esta câmara municipal em reunião de cinco do corrente mês de dezembro e que será submetida à ratificação da câmara municipal na próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere a aquisição, livre de quaisquer ónus ou encargos, dos prédios a seguir descritos:-----

1- Parcela de terreno sita no lugar de Além Rio, freguesia de Santo Tirso, com a área de 9.772,4 m² (nove mil setecentos e setenta e dois vírgula quatro metros quadrados), que corresponde à parte sobrance do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 179 (cento e setenta e nove), descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1477 (mil quatrocentos e setenta e sete), propriedade da sociedade JUNCALTIRSO lda, pessoa coletiva número 500 701 911, pelo preço de 129.834,01 € (cento e vinte e nove mil oitocentos e trinta e quatro euros e um centímo);-----

2- Prédio urbano, (parcela de terreno, destinada à construção), sito no mesmo lugar e freguesia, Rua Dr. Arnaldo Coelho, com a área de 1.323 m² (mil trezentos e vinte e três metros quadrados), inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 5678 (cinco mil seiscentos e setenta e



oito) e descrito na Conservatória do Registo predial de Santo Tirso sob o número 1476 (mil quatrocentos e setenta e seis), propriedade de Joaquim Saldanha de Oliveira – Cabeça de casal da herança de, com o número de identificação fiscal 705 217 345, representada por Jorge Filipe Pinheiro de Oliveira (cabeça de casal), pelo preço de 125.860,58 € (cento e vinte e cinco mil oitocentos e sessenta euros e cinquenta e oito cêntimos).-----

Os identificados prédios estão delimitados na planta que se anexou à minuta da ata da presente reunião, e que ficou a constituir o anexo IV da mesma, correspondendo a parcela A ao prédio identificados em 2. e a parcela B ao prédio identificado em 1.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental 070101, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento número 3752/2012, de onze do corrente mês de dezembro.-----

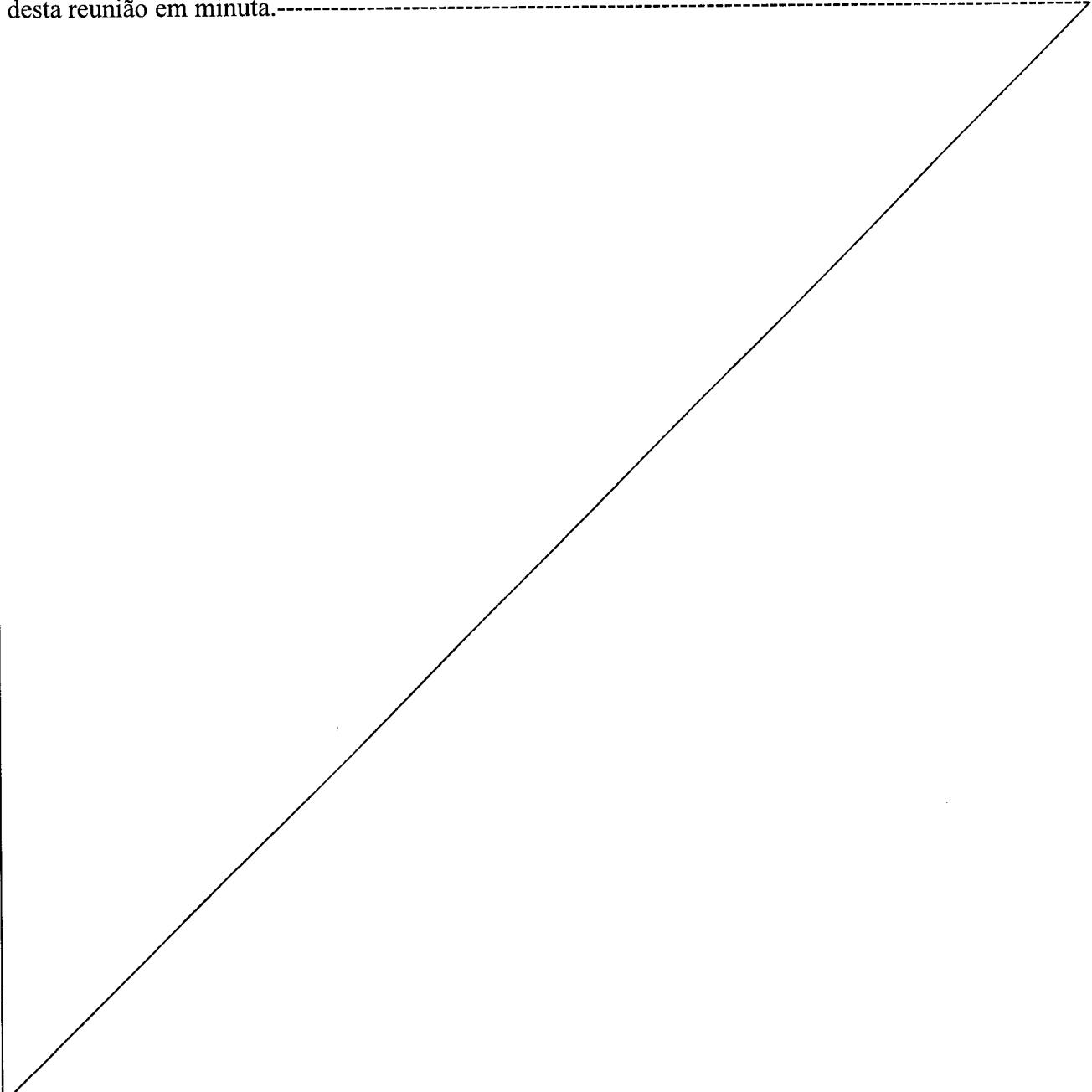
Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 4424/2012 e 4425/2012, ambos da mesma data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Treze horas e vinte minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cento e trinta e quatro folhas, e treze documentos anexos, sendo o anexo I relativo ao item cinco; o anexo II, relativo ao item sete; o anexo III, relativo ao item doze; anexo IV, relativo ao item treze; anexos V e VI, relativo ao item catorze; anexo VII, relativo ao item quinze; anexo VIII, relativo ao item dezasseis; anexo IX, relativo ao item dezassete; anexo X, relativo ao item dezoito; anexo XI, relativo ao item dezanove; anexo XII, relativo ao item vinte; anexo XIII, relativo ao item vinte e um; apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 9/01/2013, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Seis da respetiva minuta).-----

A Secretária,